

P r e f e i t u r a   d a   C i d a d e   d e   S ã o   P a u l o



# PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

## ANEXO V

### DETALHAMENTO DE DIRETRIZES E AÇÕES

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## SUMÁRIO

Introdução.....	4
Capítulo 1 - Planejamento.....	34
Capítulo 2 - Gestão.....	44
Capítulo 3 - Saúde.....	47
Capítulo 4 - Educação.....	57
Capítulo 5 - Habitação.....	66
Capítulo 6 - Assistência Social.....	76
Capítulo 7 - Infra-estrutura.....	82
Capítulo 8 - Trabalho.....	87
Capítulo 9 - Transporte.....	89
Capítulo 10 – Subprefeituras.....	97
Capítulo 11 - Serviços.....	102
Capítulo 12 - Verde e Meio Ambiente.....	106
Capítulo 13 - Cultura.....	117
Capítulo 14 - Deficientes.....	123
Capítulo 15 - Segurança.....	126
Capítulo 16 - Turismo.....	129
Capítulo 17 - Esportes.....	136
Capítulo 18 - Participação e Parcerias.....	141

## LISTA DE TABELAS, QUADROS e GRÁFICOS

<b>Introdução</b>	
Tabela 1- Concentração das Sedes das Grandes Corporações por Estado -1998.....	6
Tabela 2- Participação da população do Município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo.....	13
Tabela 3- População e taxas de crescimento por Região Metropolitana do Estado de São Paulo - Município sede e demais municípios (por mil).....	14
Quadro 1- Número de cortiços.....	21
Tabela 4- Estabelecimentos e empregos nos vários setores.....	31
Tabela 5- Número de empresas – 2001.....	32
Tabela 6- Número de empregos – 2001.....	32
<b>Capítulo 3 - Saúde</b>	
Quadro 1 – Indicadores demográficos e socioeconômicos – Regionais de Saúde e Município de São Paulo....	49
Gráfico 1 – Dez principais causas de morte – Município de São Paulo - 2004.....	50
Gráfico 2 – Dez principais causas de morte no sexo masculino – Município de São Paulo - 2004.....	50
Gráfico 3 – Dez principais causas de morte no sexo feminino – Município de São Paulo - 2004.....	51
Gráfico 4 – Coeficiente de mortalidade infantil e componentes (por 1000 nv) – Município de Sao Paulo – 1999 a 2004.....	52
Tabela 1 – Indicadores.....	52
<b>Capítulo 5 - Habitação</b>	
Quadro 1- Necessidade Habitacionais Prioritárias.....	69
<b>Capítulo 12 - Verde e Meio Ambiente</b>	
Tabela 1- Novos Parques Propostos.....	116
<b>Capítulo 16 - Turismo</b>	
Tabela 1- Brasil – Mercado de Viagens e Turismo.....	131

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -Taxa Geométrica de Crescimento por Subregião na RMSP 1991/2000.....	16
Mapa 2-Taxa geométrica de crescimento 1991/2000.....	17
Mapa 3-Varição de população 1991/2000.....	17
Mapa 4-Varição de população 1991/2000.....	18
Mapa 5-Densidade populacional 1991 .....	19
Mapa 6-Densidade populacional 2000 .....	19
Mapa 7-Taxa de crescimento de domicílios por distritos e municípios da RMSP entre 19991 e 2000....	22
Mapa 8-Chefes com renda entre 1 e 3 salários mínimos por distrito e municípios (1991-2000).....	23
Mapa 9-Chefes com renda abaixo de 1 salário mínimo por distritos e municípios (1991-2000).....	23
Mapa 10-Porcentagem de chefes de família com superior completo na RMSP (19891-2000).....	24
Mapa11-Evolução do atendimento da rede de água por distritos e municípios (1991-2000).....	24
Mapa 12-Evolução do atendimento da rede de esgoto por distritos e municípios (1991-2000).....	25
Mapa 13-Evolução do atendimento da coleta de lixo por distritos e municípios (1991-2000).....	25
Mapa 14-Concentração de sede de empresas na RMSP (2001).....	26
Mapa 15-Hotéis, Flats e Centros de Convenção (2001).....	26
Mapa 16-Hospitais e clínicas na RMSP (2001).....	27
Mapa 17-Distribuição de equipamentos de lazer na RMSP (2001).....	27
Mapa 18-Supermercados e Hipermercados na RMSP (2004).....	28
Mapa 19-Shopping Centers e Cinemas na RMSP (2004).....	28
Mapa 20-nstituições de Ensino Superior na RMSP (2001).....	29

## São Paulo, Cidade Mundial

Alguns analistas<sup>1</sup> tem visto as cidades de Nova York, Londres e Tóquio como um grupo superior da hierarquia dos centros urbanos e as denomina *global cities*, ou Cidades Globais. Os critérios utilizados para classificá-las foram baseados no papel que desempenham na organização da economia globalizada. Como um desdobramento desta classificação surgiu um rol de novas categorias para designar outras metrópoles e cidades que, embora não representassem um papel tão central, eram também vitais para a economia globalizada.

Dentre essas está a categoria de Cidade Mundial, que pode ser definida como uma cidade que possui os atributos indispensáveis para assegurar a inserção de uma determinada área geográfica no contexto da economia mundializada. São Paulo já desempenha este papel hoje -- e poderá desempenhá-lo de forma ainda mais eficiente, num futuro próximo.

Consolidar esse status é o grande desafio deste PPA. Para vencê-lo, é preciso atingir dois grandes objetivos concomitantes e articulados. De um lado, permitir a recuperação dos instrumentos básicos de ação do poder público, entre os quais o planejamento governamental e a adoção de práticas orçamentárias realistas. De outro, definir os marcos para a criação dos instrumentos e processos que ajudem São Paulo a cumprir seu papel estratégico no desenvolvimento nacional e internacional.

Os obstáculos para conseguir isso são grandes e numerosos. O maior deles refere-se ao orçamento da Prefeitura, que se encontra bastante comprometido. As despesas crescem a uma velocidade superior à da arrecadação, fazendo com que os resultados primários deterioresem. Deduzidas as despesas de educação, saúde, previdência social, transporte, folha de pagamento dos funcionários e o pagamento dos chamados encargos especiais, o saldo se reduz a parcos 20%, insuficientes para arcar com os gastos restantes.

Sem dúvida, o aumento do controle da arrecadação, através de mecanismos de fiscalização mais eficientes e modernos, pode ajudar. Nesse sentido, a aprovação da nova Lei do ISS para o município, com a exigência do cadastramento das empresas para prestarem serviços na cidade pode ser a oportunidade para se melhorar a eficiência arrecadatória através de aumento de controles. E sem reajustar alíquotas.

Na mesma direção, uma maior transparência na elaboração de demonstrativos, tornando-os mais simplificados e diretos, associada a uma divulgação imediata, poderá ajudar a combater excessos e desvios de gastos, facilitando a gestão de curto prazo com o aumento da eficiência.

Entretanto, apesar de necessárias, todas essas ações parecem ser insuficientes. Isso se dá, em parte, porque as limitações orçamentárias são decorrentes da desobediência quanto às regras de contabilização das despesas da gestão passada, que, contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal, deixou dívidas a vencer de curto prazo, que comprometeram o orçamento da gestão do atual Administração.

### Cidades Globais e Cidades Mundiais – onde fica São Paulo

A aceleração do processo de globalização, resultante do avanço da tecnologia digital, vem mudando não só a dinâmica dos países e das empresas, mas a geografia econômica internacional. Os principais agentes desta transformação são as empresas, o capital financeiro e as cidades.

De multinacionais, muitas empresas se transformaram em globais, em grandes corporações transnacionais, que passaram a dominar crescentemente a dinâmica econômica e geográfica internacional.

---

<sup>1</sup> Saskia Sassen, *The Global City*, de 1991.

O capital financeiro, considerado por muitos o mais ágil e volátil agente da globalização, cresce a taxas espetaculares, desconhecendo fronteiras e regras locais, procurando valorizar-se onde o risco for menor e as oportunidades de lucro maiores.

As Cidades Globais foram inicialmente localizadas em países desenvolvidos, que se tornaram o núcleo físico do processo de globalização. Passaram então a desempenhar funções de centro financeiro, de sede das grandes corporações, concentrando as funções de comando e/ou coordenação das empresas multinacionais, e de base complexa das redes de serviços modernos, de padrão mundial, que servem de apoio ao processo de globalização.

Ao contrário das megacidades, que predominam nos países pobres ou em desenvolvimento, as Cidades Globais são os centros nervosos da parte globalizada da economia mundial, fazendo parte da lógica da globalização, que dispersa e fragmenta o processo produtivo ao redor do globo, ao mesmo tempo que exige a concentração das funções de comando e articulação em alguns pontos do planeta.

A crescente internacionalização dos fluxos de bens, serviços e informações dão origem à formação de uma rede mundial de metrópoles, onde são geradas e por onde transitam as decisões financeiras, mercadológicas e tecnológicas capazes de moldar os destinos da economia mundial. Os centros urbanos situados no topo da hierarquia do sistema urbano nacional são denominados Cidades Globais, que atuam como foco de irradiação das decisões tomadas em escala planetária para as demais cidades do sistema.

Ao lado delas existem as Cidades Mundiais. Nestas, as vantagens comparativas regionais e metropolitanas, derivadas das atividades exportadoras, devem constituir-se no principal foco de dinamismo para as grandes metrópoles, em especial as atividades ligadas à indústria intensiva em tecnologia e aos serviços típicos de cidades mundiais, tais como telemática, pesquisa e desenvolvimento (P&D), consultoria de negócios, gestão empresarial e financeira e serviços de transportes internacionais. São Paulo já pode ser considerada dentro desta categoria. Mas é preciso consolidar e avançar o papel de São Paulo como Cidade Global.

**Tabela 1**

**Concentração das Sedes das Grandes Corporações por Estado -1998\* (%)**

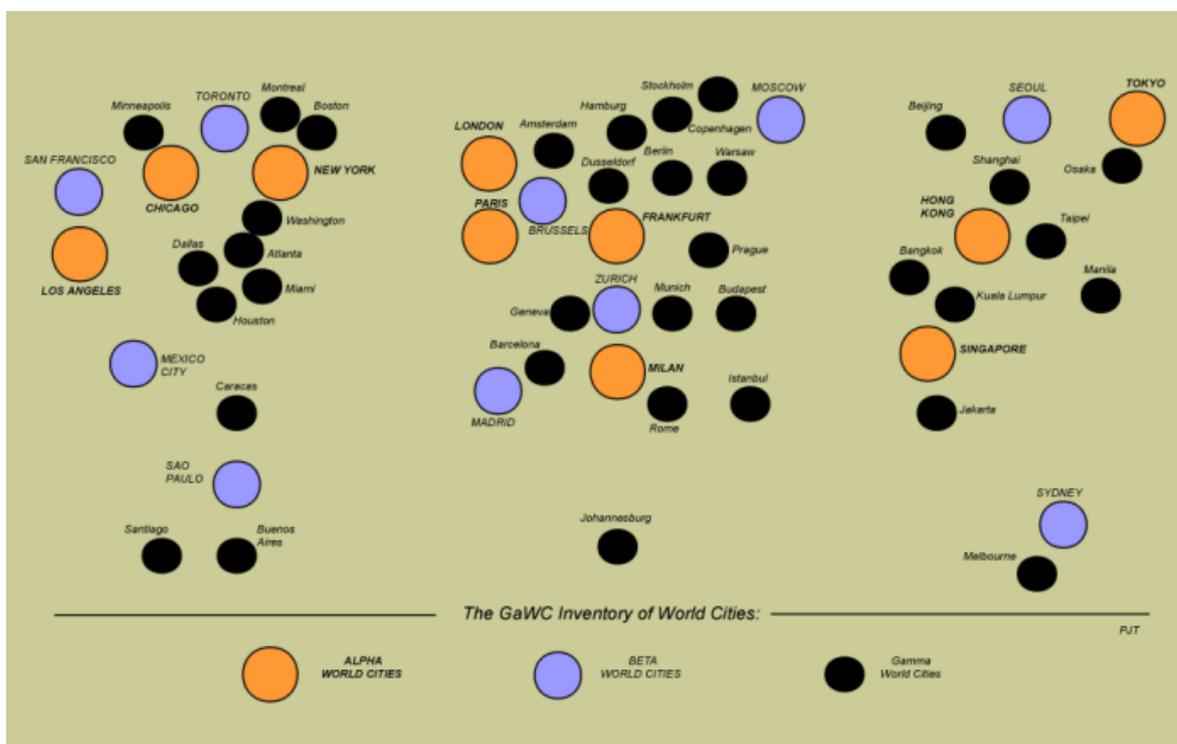
Região	CEM MAIORES EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS	CEM MAIORES EMPRESAS ESTRANGEIRAS	CEM MAIORES BANCOS PRIVADOS NACIONAIS	BANCOS ESTRANGEIROS
Metropolitana de SP	35	54	45	94
Interior de SP	3	7	0	0
RJ	18	13	22	3
RS	9	4	7	0
MG	6	7	5	0
BA	7	1	2	0
Outros Estados	22	14	19	3
TOTAL	100	100	100	100

\* P r o Receita Operacional Líquida

Fonte: *Balço Anual – Gazeta Mercantil; Apud Wagner Iglecias.*

Como se sai São Paulo na análise dos impulsionadores e dos cenários? Em termos gerais muito bem. Na classificação de cidades nos três cenários sempre a metrópole paulistana está classificada entre as dez melhores cidades. O cenário onde obtém a melhor classificação é o cenário 2, onde qualidade do capital humano é chave – mas onde há certo equilíbrio dos fatores ‘custos’, ‘qualidade do capital humano’ e ‘ambiente de negócios’. Nesse cenário ocupa o 2º lugar,

logo atrás de Manila nas Filipinas. Nos outros dois cenários, o de 'custo' e o de 'tamanho de mercado' potencial, a metrópole paulistana ocupa o 9º lugar. (Note-se que nestes dois cenários os melhores lugares são ocupados por cidades asiáticas, pela cidades hindus, no 1º cenário, e pelas chinesas, no 2º cenário).



Suas características provam isso. São Paulo é, de fato, a sede das mais importantes empresas nacionais, multinacionais e transnacionais, que garantem um parque manufatureiro inovador e com escala internacional, e dos maiores centros financeiros modernos. Abriga também atividades terciárias e quaternárias de ponta. Como uma verdadeira cidade mundial, possui um dinamismo não encontrado em outras grandes metrópoles internacionais, e muito menos em cidades ainda que grandes e densamente povoadas do mundo.

### A emergência de um novo ciclo urbano

É bastante evidente que a força da nova organização produtiva do capitalismo globalizado repousa na sua capacidade de atuar de forma eficaz, isto é, de buscar espalhar suas atividades -- financeiras, produtivas, de pesquisa e inovação, de divulgação e publicidade, de distribuição e comercialização -- nos espaços onde forem detectadas vantagens claras para qualquer uma de suas etapas.

Esta busca visa, entre outras coisas, baixar o custo final da mercadoria. Por isso instalou-se, em menos de duas décadas, uma lógica produtiva e uma estratégia de distribuição em escala global. Para as questões localizadas no território, os atributos mais decisivos do novo modo de operar passaram a ser a flexibilidade geográfica, a distribuição da cadeia produtiva e a concomitância de processos ditos locais e globais, onde as transformações nas relações entre tempo e espaço assumem um papel chave. São esses atributos que se tornaram centrais para o urbanismo e responsáveis pelo que se denomina de dimensão urbana da globalização.

Rompida a cadeia produtiva, cuja localização concentrada em distritos industriais suburbanos é definitivamente ultrapassada, uma longa lista de impactos começam a emergir no território urbano. Ao longo da década de 1990, os estudos mostraram que é na cidade e no território urbanizado que o fenômeno da globalização deixa transparecer a sua face mais contraditória. As primeiras observações do fenômeno deixavam claro que a fragmentação produtiva estava criando, do ponto de vista territorial, espacial e funcional, entidades urbanas específicas e freqüentemente isoladas. Em cada uma delas alojava-se uma diferente etapa ou aspecto do sistema produtivo: o aparato tecnológico, a produção, que por sua vez pode ocorrer em mais de uma localidade, a organização do estoque varejista e a comercialização.

É importante observar, porém, que a cadeia produtiva fragmentada em diferentes lugares não estava gerando, obrigatoriamente, uma rede territorial, pois a nova lógica produtiva dispensa proximidades e continuidades territoriais. Ao contrário, um atributo essencial do novo modelo produtivo é a sua capacidade de operar à distância. Completando esse quadro surge um outro atributo, quase como um corolário da fragmentação do processo produtivo, que é a intensa concentração dos agentes econômicos e financeiros que conduzem o processo.

Dessa forma, o novo modelo produtivo pode ser descrito nos seguintes termos: a economia globalizada possui -- e isso a distingue de qualquer outro momento econômico -- a capacidade de operar como uma unidade em tempo real em escala planetária.

É um modelo cujos condicionantes e exigências operacionais impõem novos padrões tecnológicos. Trata-se de um novo padrão<sup>2</sup>, sustentado por uma verdadeira revolução tecnológica, no qual estão presentes a informação, o processamento e a comunicação, em uma complexa organização que se baseia, por sua vez, na lógica das redes, cuja flexibilidade é a garantia de uma permanente adaptação de todo o conjunto.

O impacto dessas transformações na vida sócio-econômica das populações, em escala mundial, traduzem-se em mudanças urbanas que não são propriamente novas, mas assumem atributos novos tendo em vista a nova escala territorial. A expansão do capitalismo globalizado está, sobretudo a partir da década de 80, traduzindo-se em alterações estruturais, incidindo em situações e escalas locais e globais, criando distâncias interclasses ainda mais profundas e complexas do que as vividas na etapa anterior do sistema capitalista.

O primeiro fenômeno a manifestar-se em escala local e mundial é a ampliação da exclusão social. A dificuldade de acesso ao trabalho domina e condiciona o conjunto. Além disso, a quebra do sistema previdenciário, que nos países onde as conquistas do *welfare state* já estavam consolidadas, mostra-se desastrosa. E o terceiro fenômeno está ligado às questões ecológicas.

Esse panorama obriga o poder público a propor políticas compensatórias, já adotadas em larga escala pelos próprios países que lideram o processo de globalização, o que confirma essa evidência.

Hoje, em todo mundo, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, busca-se com insistência detectar as características físicas, espaciais, programáticas e funcionais que evidenciem a presença deste novo ciclo urbano. Surge uma variada gama de novos atributos urbanos a começar pela dimensão populacional das cidades. De acordo com o relatório anual da Unesco para o ano de 1980, a população das cidades de mais de um milhão de habitantes cresceu, no período entre 1900 e 1975, 10 vezes; no mesmo período, a população das cidades com mais de 5 milhões multiplicou-se 20 vezes<sup>3</sup>.

Também as novas dimensões das manchas urbanas se tornaram um marco importante do novo ciclo urbano. Em 1960, existiam no mundo 64 cidades com mais de 1 milhão de habitantes; ao final dos anos 80, o número saltou para 272, atingindo em 1995 a marca de 316. E a previsão da ONU, de que 28 aglomerações teriam mais de 10 milhões de habitantes na virada do século, foi confirmada por dados do início desta década.

<sup>2</sup> Castells, Manuel "The rise of the network society". Blackwell Publishers. Cambridge.M.I.T. 1996

<sup>3</sup> Metropolis. "Les Grandes Métropoles, acteurs du développement au XXIe siècle" Istambul juin/1996.

A denominação mais corrente para a cidade que alcançou esse patamar é *megacidade*, sendo a extensão sua mais forte característica. Os índices populacionais em geral acompanham a dimensão física. Consta-se que a dinâmica física suplanta as econômicas e as sociais. No entanto, a dimensão territorial e populacional não pode ser confundida com qualidade e, principalmente, com vitalidade urbana.

### Da megacidade à cidade mundial

A análise das características de organização da megacidade deixa claro que, embora sua dimensão traduza força econômica e diversidade funcional, ela nem sempre poderá ocupar a categoria de cidade mundial. A análise dos dados mostra que a dimensão é muitas vezes uma característica essencial, mas nunca suficiente para uma cidade desempenhar de forma adequada seu papel de espaço de conexão com a rede de cidades mundialmente conectadas.

Assim, observando a cidade de São Paulo a partir dos anos 50 até o final do século XX, e principalmente neste início do XXI, podemos constatar um fenômeno que auxilia a análise de sua conjuntura atual. A história urbana e econômica nos mostra que, no momento de instalação da grande indústria, as regiões mais desenvolvidas do país competiam tendo como parâmetros decisivos os seguintes elementos: disponibilidade de energia barata; presença de grandes glebas para abrigar as plantas industriais; e um sistema rodoviário bem estruturado e conectado a um terminal portuário. Esta conjugação favoreceu o município de São Paulo na década de 1950, quando o governo federal elegeu os municípios vizinhos – o ABC paulista -- como lugar estratégico para a instalação da grande indústria nacional. Ali estavam as unidades industriais e no município sede se localizou todo o aparato e suporte para a atuação da grande indústria.

Desde a última década do século XX, o sistema econômico mundializado mostrou que a competição e o poder de atração das cidades baseia-se na mesma capacidade de ser estratégica, só que agora com novos atributos, pois as transformações no modo de produção dispensam a tríade descrita acima.

Hoje, os ingredientes que definem o caráter estratégico de uma cidade, ou de uma metrópole, estão relacionados à conjugação de novos atributos. A crescente internacionalização da economia e da cultura exige um aparato urbano constituído por novos elementos, tais como: possuir serviços avançados que garantam a possibilidade de gerar e receber informação em tempo real; possuir centros de pesquisa de ponta capazes de gerar e inovar conhecimento; oferecer um amplo rol de atividades culturais de cunho local e cosmopolita.

Entretanto, podemos acrescentar que, de acordo com o novo padrão da atividade produtiva, que impõe às metrópoles a necessidade de tornarem-se bases econômicas com bom desempenho funcional, elas devem também, simultaneamente, assumir o papel de centros privilegiados de liderança social, cultural e política para todo o País. Desta forma, atenuam-se as características que privilegiam a dimensão para enfatizar aquelas que apontam para a qualidade urbana.

É importante enfatizar ainda que será sempre do interior dessa relação - local versus global - que emergirão os paradoxos da cidade mundial, isto é, os ambíguos processos de modernização que se instalam nas metrópoles situadas nos países em desenvolvimento com forte vocação para integrar as redes globais. A nova estruturação urbana se relaciona diretamente e em todos os níveis - físico, funcional e social - com as formas assumidas pelos serviços exigidos pelos novos encargos, ditados por padrões impostos pela sua articulação à rede econômica globalizada.

A estruturação das cidades tem se mostrado dependente da presença de grandes projetos urbanos. E o valor estratégico desses projetos está alterando a capacidade de promover transformações no meio urbano e regional, aumentando a atratividade e expandindo sua área de

influência. Nesse sentido, tais projetos diferem substancialmente das ações de “melhoramentos urbanos”, que muitas vezes respondem a demandas pontuais.

A capacidade de oferecer uma eficiente infra-estrutura de telecomunicações e demonstrar capacidade de administrar com competência para enfrentar o conflito sócio-espacial é, dessa forma, decisiva. Torna-se fundamental, assim, instalar, por exemplo, uma eficiente rede de telefonia de fibras óticas; centros de excelência em tratamentos de saúde (como os oferecidos pelo Incor e os hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês), centros de pesquisa científica de ponta, além de atrativos culturais, como um rico museu e uma orquestra sinfônica de nível internacional. Também é fundamental criar condições para enfrentar as questões ambientais decorrentes da ocupação ilegal dos mananciais, encaminhar e resolver as questões relacionadas aos moradores de rua, aos cortiços, à criação de espaços públicos adequados, enfim, tudo que confere a uma cidade ou metrópole a possibilidade de integrar a rede das cidades mundiais.

### **A emergência de um novo ciclo urbano e a cidade de São Paulo**

A força do processo de globalização, resultante do avanço da tecnologia digital, torna obrigatório repensar as políticas nacionais, regionais, estaduais e municipais. Não para uma submissão passiva ao processo, mesmo porque ele agrava as desigualdades inter-regionais e sociais. Mas, ao contrário, para viabilizar uma interação da Cidade, do Estado e do País com o mundo, que permita um crescimento sustentado e mais equânime e ajude a consolidar o Brasil como uma nação democrática e socialmente mais justa.

Após a abertura da economia e o advento do Plano Real, o Brasil passou por avanços importantes. O setor produtivo brasileiro se reestruturou de forma surpreendente. As empresas, até então familiares e muitas vezes obsoletas, renovaram-se. Em resumo, a reformulação da estrutura produtiva brasileira passou a garantir que o país continue no jogo internacional e não fique à margem, como muitos países cujas dinâmicas internas os impediram de continuar participando. Os atuais superávits comerciais que o país vem auferindo são um resultado dessa reestruturação e uma prova do dinamismo do setor produtivo brasileiro.

Em menos de dez anos o setor agrícola se transformou radicalmente, tornando-se o agronegócio mais produtivo do mundo. O setor automotivo realizou investimentos pesados, praticamente renovando todo o seu parque industrial. O País atraiu investimentos diretos externos e passou a ser a base exportadora de inúmeras empresas transnacionais.

O Brasil, de fato, mudou -- mas não a ponto de garantir a retomada de um crescimento sustentado, ou garantir a redução das desigualdades sociais. As razões disso são de diversas ordens: sucessivas crises internacionais que atingiram em menor ou maior grau as diversas economias; os erros das opções de políticas econômicas implementadas, tais como a excessiva valorização do Real (logo após o Plano e agora novamente) e a busca por metas inflacionárias muito rígidas; a recusa em se implementar qualquer tipo de política industrial; e o atraso na implementação de políticas comerciais mais ativas.

É fundamental que o Brasil complete sua reestruturação, pois só assim conseguirá uma inserção internacional menos vulnerável às vicissitudes de uma dinâmica vigorosa, porém cruel, que ao mesmo tempo em que cria riqueza em uma escala jamais vista, condena países, regiões e segmentos da sociedade a uma qualidade de vida miserável.

É preciso completar as reformas da previdência, administrativa e tributária. É preciso aumentar os investimentos em infra-estrutura, em ciência e tecnologia, em educação. Os marcos regulatórios precisam ser mais bem definidos e respeitados para poder atrair investimentos privados. Em síntese: para poder ter uma inserção mais ativa e menos vulnerável no cenário internacional o Brasil precisa ter uma porta de entrada e saída para o mundo. Uma porta moderna e

dinâmica, que dê conta das funções sofisticadas de ligar o Brasil ao mundo globalizado. Em outras palavras, o Brasil precisa de uma cidade global – e essa cidade só pode ser São Paulo.

O desenvolvimento da cidade nessa direção, no entanto, cria problemas de magnitude equivalente à grandiosidade da megalópole. Tendo sido a região que mais se industrializou no paradigma instaurado nos anos 50, de substituição de importações, São Paulo recebeu um enorme fluxo migratório que, na ausência de uma política pública de desenvolvimento urbano, levou a um crescimento caótico gerando situações de imensa precariedade para extensas camadas da população. Parcela significativa da população vive, circula e trabalha em condições inaceitáveis, incompatíveis com a riqueza gerada pela cidade.

São Paulo sofreu um processo de desconcentração da atividade industrial e uma mudança do perfil de geração de riquezas. Ao introduzir a competição em uma economia historicamente fechada e protegida, as empresas brasileiras e multinacionais tiveram que se atualizar tecnologicamente, sob pena de sucumbirem à competição internacional. Desencadeou-se então um processo que, se de um lado foi altamente positivo para o País, de outro provocou uma transformação radical nas relações trabalhistas e no volume de emprego gerado, com alto custo para grande parte da população.

Neste processo, São Paulo se firmou como o centro de coordenação das multinacionais para a América Latina e, muito especialmente, para a América do Sul, suplantando a concorrência do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Transformou-se em um centro urbano de importância internacional, com estruturas produtivas densas e diversificadas, com um parque manufatureiro parcialmente inovador, com grandes escalas de produção e com dinamismo em suas relações internacionais, o que lhe confere importante nível de competitividade e, ao mesmo tempo, importante capacidade de atração de novos investimentos.

A desconcentração da atividade industrial, no entanto, acarretou uma perda de participação industrial da cidade de São Paulo de 36% para 22% entre 1980 e 1995. Conseqüentemente, desemprego e informalidade aumentam dramaticamente. Se excluirmos da população de 10,4 milhões de habitantes as crianças (menores que 10 anos) e os idosos (acima de 70 anos), este número cai para 8,3 milhões. Como no total a cidade gera 2,4 milhões de empregos formais (que aparecem nas estatísticas) e o índice de desemprego está em média 10% (1,04 milhões de pessoas), chega-se à conclusão de que a informalidade absorve aproximadamente metade da população da cidade. O resultado disso é a deterioração social e o aumento de criminalidade.

Faz-se necessário, assim, enfrentar concomitantemente as duas realidades urbanas: responder às expectativas de funcionamento dentro do novo padrão, e promover políticas públicas e as ações que correspondem ao atendimento das demandas sociais. É uma tarefa complexa, e o volume de recursos para implementá-la escasso.

## **O papel da Prefeitura**

### **São Paulo na virada do século: questões urbanas**

Observando a evolução da rede metropolitana brasileira, constatamos que a partir dos anos 50 consolidou-se no País uma rede de grandes cidades onde vivem, a partir de 1990, de acordo com o IBGE, cerca de 60 milhões de pessoas. Essas cidades construíram-se dentro de padrões de crescimento que se convencionou denominar padrão periférico de crescimento. Até o início dos anos 80, esse padrão manteve-se inalterado. O crescimento urbano das áreas centrais girava em torno de 3,5% e as áreas periféricas cresciam 7%.

Ao fechar a década de 90, essa rede metropolitana tornou-se o centro dos mais importantes problemas urbanos do país. Aí se concentram os maiores índices de pobreza urbanos, representados, sobretudo pela população vivendo em condições habitacionais muito precárias.

No que diz respeito à organização territorial, funcional e espacial da metrópole, temos que nos debruçar sobre algumas questões urbanas decisivas. A primeira emana dos dados disponíveis sobre qualidade de vida.

**Urbanização sem cidade** - Ao longo de cinco décadas produziu-se em São Paulo um processo denominado urbanização sem cidade, muito presente nas áreas periféricas. Esse conceito define o processo de expansão territorial cuja principal característica é a formação de territórios urbanos, sem os atributos essenciais da organização física espacial da cidade. A precariedade está presente em todos os níveis, o que justifica a denominação de universo marginal cunhado nos anos 60. Hoje, com o teor e a abrangência de carências acumuladas associado ao perfil da nova etapa da economia mundializada, esse território passou a ser denominado território da exclusão.

**A cidade sobre a cidade** - A segunda questão é resultante da imperiosa necessidade de fazer uma cidade sobre a cidade. Isto é, a substituição de um crescimento exclusivamente centrífugo, característico do modelo descrito pelo conceito urbanização sem cidade, por novas modalidades centrípetas com forte impacto em setores urbanos estruturados e consolidados. A ampliação e a modernização do sistema viário, do transporte público de massa, dissociado de planos mais abrangentes, tem sido responsável por rupturas e descontinuidades ainda não equacionadas.

**A cidade metropolitana** - A terceira está relacionada ao reconhecimento da existência de um território cujas características criaram uma entidade que pode ser chamada de cidade metropolitana. Esse território é marcado pela grande concentração de:

- a) instituições político-administrativas (sedes de governo municipal e estadual);
- b) instituições e serviços especializados de porte metropolitano (hospitais, universidades, bolsas, sedes de empresas, etc);
- c) equipamentos culturais (cinemas, teatros, museus, salas de concerto, galerias de arte, etc);
- d) centros de consumo especializado e transporte público diferenciado, mais abundante e de melhor qualidade.

Atualmente, esse setor começa a concentrar também serviços de telecomunicações e telefonia ótica. Sua configuração atual envolve a parte central do Município de São Paulo, a área que se convencionou chamar "entre rios", isto é, da avenida marginal do rio Tietê à avenida marginal do rio Pinheiros.

A presença da cidade metropolitana, onde as vantagens da vida moderna concentram-se de forma clara, implica reconhecer a existência de um ou mais setores isolados de menor dinamismo urbano. Se, no passado, o modelo de crescimento metropolitano baseado no binômio centro/periferia descrevia plenamente o modelo de ocupação do território metropolitano, a nova dicotomia, que também possui uma inquestionável base social, é mais complexa e de menor visibilidade. Estão presentes na cidade metropolitana grupos sociais distintos vivendo relações espaciais novas.

**Mobilidade e acesso** - A quarta questão está associada à nova configuração do município, às suas características físicas, espaciais e funcionais e à mobilidade e a acessibilidade intra – urbana. A heterogeneidade do espaço construído obriga a rever os princípios da mobilidade, pois não se trata apenas de alcançar pontos distantes, mas, sobretudo de alcançar lugares específicos, centrais ou periféricos, disseminados no território do município sede e no metropolitano. Uma eficiente rede de transporte público, capaz de assumir a nova lógica de distribuição da população

metropolitana, deve ter como princípio que a mobilidade une lugares e não apenas pontos longínquos.

Assim, a mobilidade é um princípio e não uma resultante do processo de metropolização. Sua participação na estruturação da metrópole deve tornar-se efetiva. As dinâmicas urbanas do espaço dos lugares têm na mobilidade e na acessibilidade seus mais fortes condicionantes.

**Conflitos sócioambientais** - A quinta questão está associada aos conflitos sócio-ambientais resultantes dos processos de expansão urbana que afetam a área de proteção aos mananciais de abastecimento. A estrutura territorial continua sendo marcada e definida pelos bairros formados pelos assentamentos populares ilegais – loteamentos, favelas e cortiços.

A excessiva extensão da mancha urbana e o papel inexpressivo dos instrumentos tradicionais de planejamento urbano frente a essa dinâmica são faces da realidade que ainda regem o processo. A evolução das políticas públicas e de gestão desse território precariamente constituído criou uma forma peculiar de construir cidade, sem planos ou projetos urbanos e sem grandes investimentos públicos ou privados. Esse perfil de crescimento, originado no período de industrialização intensa, sobretudo a partir dos anos 1950, permaneceu como modelo e se agravou ao alcançar seus limites físicos nas áreas de proteção ambiental. Desde a década de 1980, essas características mencionadas se acentuaram, e o crescimento das periferias aponta para um novo contexto, em que se exacerbaram os contrastes e ampliaram os problemas ambiental-urbanos, ainda que tenham se tornado objeto de políticas públicas. Do mesmo modo, a construção pública de conjuntos habitacionais de interesse social na periferia reforçou aspectos de exclusão social e urbana da população pobre.

### Caracterização do Município de São Paulo

São Paulo é o município-sede da Região Metropolitana de São Paulo e um importante ponto de convergência regional, sofrendo os impactos – positivos e negativos – do papel que desempenha. Seu território urbanizado se estende por 870km<sup>2</sup>. Sua área total, de 1.512km<sup>2</sup>, tem 36% de seu território, (547km<sup>2</sup>), dentro da Área de Proteção aos Mananciais, portanto com controles de ocupação extremamente rigorosos, e historicamente desobedecidos. Embora desde os anos 50 o município venha perdendo participação no conjunto da população metropolitana, devido ao próprio desenvolvimento urbano da região, São Paulo concentra o maior e mais expressivo número de habitantes metropolitanos, 10,4 milhões, ou 58,2% do total de 17,8 milhões de habitantes da RMSP (ver tabela nº2).

Tabela 2

Participação da população do Município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo						
População	1950	1960	1970	1980	1991	2000
MSP	2198096	3824102	5978977	8475380	9646185	10406166
RMSP	2696031	4905421	8172542	12575655	15452537	17878703
MSP /RMSP	81,53%	77,96%	73,16%	67,40%	62,42%	58,20%

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000).

A partir da década de 80, a dispersão de população e atividades no território introduziram uma forma nucleada geralmente em urbanizações fechadas, usos urbanos em zonas rurais, sem a formação de vilas ou cidades. Consolidaram-se grandes aglomerações urbanas, que adquiriam o status de novas regiões metropolitanas no Estado, (a de Campinas e da Baixada Santista). E reforçaram a crescente importância da cidade de São Paulo como centro nessa nova conjuntura.

Essas novas formas da urbanização e suas dinâmicas repercutem intensamente na organização funcional do território, impactando a região e o município e agravando problemas de infra-estrutura e saneamento básico, de circulação e oferta de transporte público, repercutindo também na manutenção e proteção dos recursos naturais e várzeas urbanizadas.

### Expansão urbana e crescimento das periferias

Na década de 90, a redução nas taxas de crescimento dos municípios- sede das regiões metropolitanas, e o crescimento das periferias, tornam-se um fenômeno generalizado nas metrópoles brasileiras. No Estado de São Paulo a discrepância dessa relação é significativa: na região metropolitana de São Paulo o município-sede São Paulo cresceu a taxas de 0,8% a.a, enquanto os demais municípios cresceram a taxas medias de 2,9% a.a.; na região metropolitana de Campinas, os valores foram 1,5% a.a. no município-sede contra 3,3% a.a. nos demais municípios. E na Baixada Santista encontramos taxas negativas no município de Santos: -0,3% a.a. contra 3,1% a.a. nos demais municípios.

Evidentemente, em cada um desses contextos essa relação assume aspectos distintos, ainda que em todas elas a questão da expansão urbana predatória estabeleça o denominador comum da dificuldade de acesso da população de menores recursos à moradia (ver tabela 3).

Tabela 3			
População e taxas de crescimento por Região Metropolitana do Estado de São Paulo - Município sede e demais municípios (por mil).			
Região	População		TGCA
	1991	2000	91-2000
São Paulo	15445	17878	1,6%
Município Sede	9646	10406	0,8%
Demais Municípios	5799	7472	2,9%
Campinas	1779	2215	2,5%
Município Sede	848	968	1,5%
Demais Municípios	931	1247	3,3%
Baixada Santista	1232	1474	2,0%
Município Sede	429	418	-0,3%
Demais Municípios	803	1057	3,1%

Fonte: IBGE (1991, 2000).

Nesse contexto, para o planejamento municipal, ganham relevâncias, por um lado os condicionantes, impostos pela instalação dos diferentes sistemas de infra-estrutura regional que dependem de soluções que extrapolam limites municipais e se equacionam na escala regional. E, por outro, as novas formas assumidas pela urbanização difusa que tem como características marcantes, por um lado, a dispersão de usos urbanos no território, e por outro, mudanças no padrão produtivo. São motores desse processo: a multiplicação de urbanizações fechadas na forma de condomínios, dando novos usos –residenciais ou de comércio e serviços - a antigas zonas rurais; a reprodução de loteamentos ilegais nas periferias metropolitanas colocando em risco áreas frágeis com proteção ambiental; as transformações na qualidade do emprego; a concentração significativa da oferta de empregos qualificados no centro expandido do município de São Paulo.

O padrão periférico de urbanização foi responsável pela configuração dos processos de expansão urbana no município e na metrópole: os loteamentos ilegais, irregulares ou clandestinos, imprimiram à periferia do município um de seus atributos mais característicos, a precariedade,

expressa na insuficiência de equipamentos sociais e de infra-estrutura e que sempre diferenciou esses setores da cidade de outros.

Embora alguns indicadores apontem para melhorias generalizadas – como a universalização do abastecimento de água no município e um aumento do número de domicílios ligados à rede de esgoto, as condições de vida nessas regiões é problemática e encontra-se agravada em áreas de mananciais. Verifica-se a multiplicação de loteamentos ilegais e favelas em áreas impróprias à urbanização descontrolada.

São Paulo tem 36% de seu território (547 km<sup>2</sup>) situado em área de proteção aos mananciais, isto é, nos no entorno das represas Billings e Guarapiranga. Os distritos do município inseridos nessa área tiveram um crescimento populacional expressivo. Destacam-se Capão Redondo (24,4%, com crescimento em números absolutos de população de 47.296 habitantes); Grajaú (72,1%, com 139.682 novos habitantes); Jardim Ângela (37,8%, com 67.432); e Parelheiros (85,0%, com 47.242). Em seu conjunto configuram situações urbanas de precariedade extrema, e confirmam a ampliação do conflito sócio-ambiental consolidado nessas áreas. Essa região é responsável pelo fornecimento de parcelas significativas da água consumida na região metropolitana.

Esse paradoxo da urbanização contemporânea coloca para o governo municipal alguns desafios, a começar pelo maior, que é o de definir políticas e ações que atendam às necessidades de modernização do território, para que a cidade possa alcançar um desempenho econômico à altura de seu importante papel regional e nacional. Outros desafios são de promover a requalificação urbanística nos bairros populares, a urbanização de favelas e o repovoamento dos bairros centrais, acompanhado de ações que visem a melhoria dos setores urbanos onde predominam os cortiços.

Do ponto de vista do funcionamento adequado da estrutura viária que dá suporte à urbanização e ao funcionamento cotidiano da cidade, São Paulo depende, no momento, da modernização do sistema de conexões regionais que atravessam a cidade. É preciso racionalizar os fluxos de passagem que cruzam setores importantes de seu centro expandido e que se sobrepõem ao intenso tráfego que tem origem nas dinâmicas urbanas internas à própria cidade. Esta interferência negativa gera disfunções que interferem nas condições de vida na cidade, ao mesmo tempo em que geram disfunções e deseconomias que afetam uma região mais ampla.

A viabilização das grandes infra-estruturas viárias de alcance regional demanda recursos públicos originários em mais de uma instância de governo, dada a escala dos investimentos e a difícil situação econômica em que se encontra a prefeitura, já mencionada.

É o caso dos investimentos necessários para viabilizar a construção do Rodoanel, ou a extensão do Metro, ou mesmo para viabilizar novas conexões viárias intermunicipais estratégicas como é o caso da conclusão da avenida Jacu Pêssego na zona leste do município de São Paulo, que ligará o município a Guarulhos no sentido norte, e ao ABC no sentido sul, ou finalizar outras ligações como a avenida Águas Espraiadas ou as melhorias na avenida dos Bandeirantes, foco dos inúmeros problemas que a população da cidade enfrenta diariamente.

Esta característica de sua inserção metropolitana aponta para a necessidade da política de desenvolvimento urbano do município, e, portanto das ações de governo que dela resultem, se pautarem tanto pelos condicionantes dos fluxos regionais, quanto pelas demandas que emergem da vida cotidiana nos diferentes bairros da cidade.

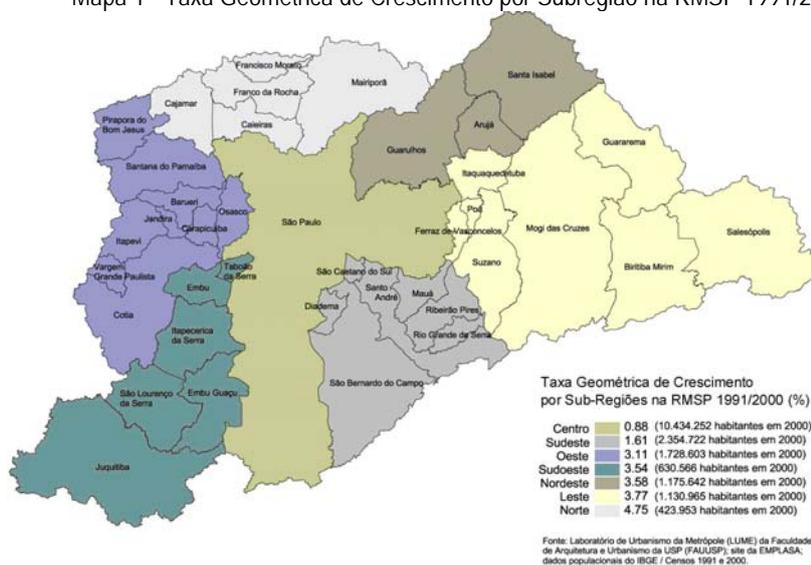
Assim sendo, as novas formas assumidas pelo processo de urbanização contemporâneo, que tem na dispersão territorial uma característica marcante da constituição dos novos espaços urbanizados, afetam diretamente o território municipal, fato comprovado pelos dados recentes que confirmam a perda de população nos distritos municipais dos bairros centrais e do centro expandido, e o crescimento vertiginoso nos distritos periféricos.

## Dinâmicas intraurbanas do município de São Paulo

Os fenômenos de expansão urbana na região metropolitana de São Paulo na década de 90<sup>4</sup> apresentam o acirramento de fatores que vinham se delineando desde a década de 80 - como significativas e crescentes taxas médias de crescimento populacional nos municípios da periferia metropolitana, em contrapartida a taxas médias decrescentes no município sede.

O Mapa 1 indica o número de habitantes e a taxa de crescimento média por sub-região<sup>5</sup> da RMSP, representando conjuntos de municípios. Lembrando que a região cresceu a taxas médias de 1,66% aa, observa-se, entretanto que, com as exceções da sub-região centro (São Paulo) e da sub-região sudeste, que cresceram abaixo da média metropolitana, todas as outras sub-regiões tiveram um crescimento superior a ela, oscilando na faixa entre 3% e 5% aa.

Mapa 1 - Taxa Geométrica de Crescimento por Subregião na RMSP 1991/2000

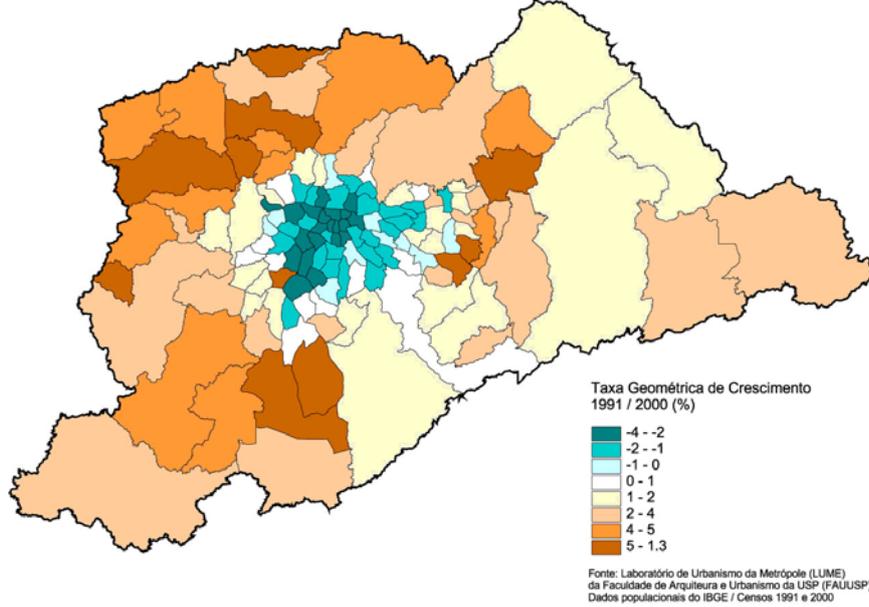


Este movimento indica que espaços regionais consolidados e mais antigos, como os mencionados acima, estão em processo de perda de população, e municípios periféricos ainda em processo de consolidação estão ganhando população expressivamente. O mesmo movimento acontece no município-sede SÃO PAULO, conforme veremos adiante, onde distritos periféricos estão recebendo contingentes populacionais significativos, enquanto distritos mais centrais e estruturados do ponto de vista de infra-estrutura e serviços têm perdas populacionais relevantes, conforme se pode observar nos Mapas 2, 3 e 4.

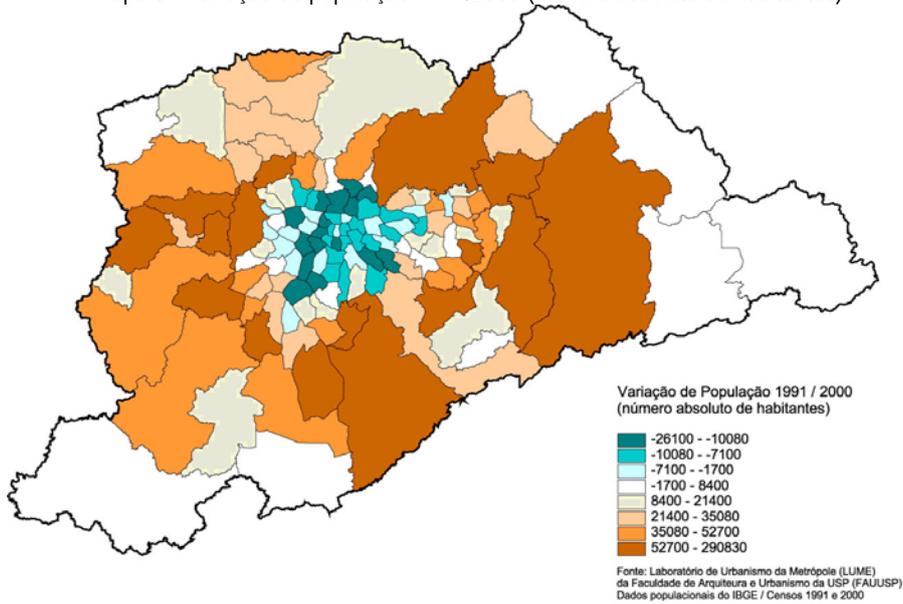
<sup>4</sup> Ver tabela nº 2 - Participação da população do Município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo e tabela nº 3 - População, densidade de ocupação, taxa geométrica de crescimento e crescimento absoluto no período 1980 e 2000 por distritos do município de São Paulo.

<sup>5</sup> Sub-regiões definidas pela EMLPASA 2000.

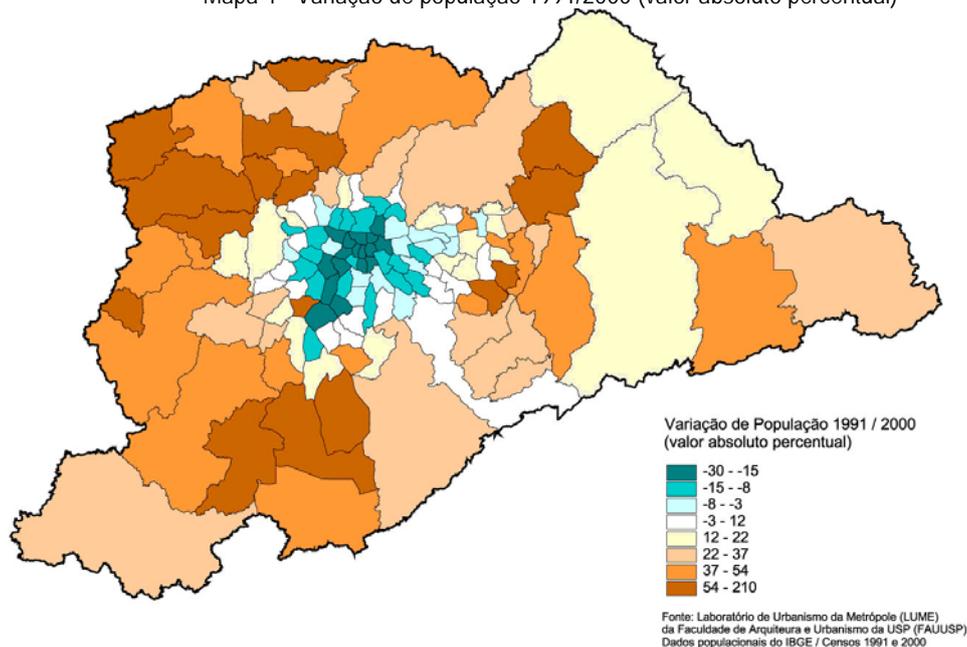
Mapa 2 - Taxa geométrica de crescimento 1991/2000 (%)



Mapa 3 - Variação de população 1991/2000 (número absoluto de habitantes)



Mapa 4 - Variação de população 1991/2000 (valor absoluto percentual)



Este processo tem como resultante, por um lado o "*declínio e a atrofia dos bairros centrais*" e, por outro, "*a propagação essencialmente difusa e ilimitada da mancha urbana metropolitana*".

Aspectos da dinâmica de transformação em curso no espaço metropolitano apontam para movimentos que devem merecer atenção das políticas públicas no sentido de atenuar e reverter seus efeitos nocivos.

O deslocamento das denominadas funções centrais originais do centro histórico do município, iniciado nos anos 50 para a Avenida Paulista, e posteriormente no sentido sudoeste da capital, alcançando a marginal do rio Pinheiros<sup>6</sup>, teve como conseqüência o abandono de importante patrimônio edificado. Em contrapartida, novas áreas foram abertas, recebendo investimentos públicos a reboque dos investimentos privados, provocando um movimento gradativo de esvaziamento populacional, inicialmente nos "bairros centrais"<sup>7</sup>, localizados nos distritos que contornam o centro histórico, processo que hoje alcança os distritos municipais do "centro expandido" e outros a ele adjacentes.

Estes deslocamentos de atividades centrais (financeiras, de comércio e serviços) e moradias tiveram como propulsores empreendimentos imobiliários capazes de atender às novas demandas e programas urbanos. Os dados do censo 2000 confirmam esse movimento: 53 dos 96 distritos do município de São Paulo estão perdendo moradores. Trata-se de distritos localizados na região estruturada da metrópole, no centro expandido e nos distritos adjacentes entre os rios Pinheiros e Tietê. Como parte do mesmo processo, nos 43 distritos periféricos restantes, ocorreu o oposto, um acréscimo significativo de moradores em regiões carentes de infra-estrutura e serviços públicos.

Entretanto, é importante diferenciar os processos que resultaram no abandono dos bairros centrais no passado, e a sua conseqüente redução populacional, do que está ocorrendo no presente nos outros espaços mencionados. Os bairros centrais sofreram processo de estagnação e de desinteresse pelo mercado imobiliário, ao contrário do que ocorre nos distritos do centro

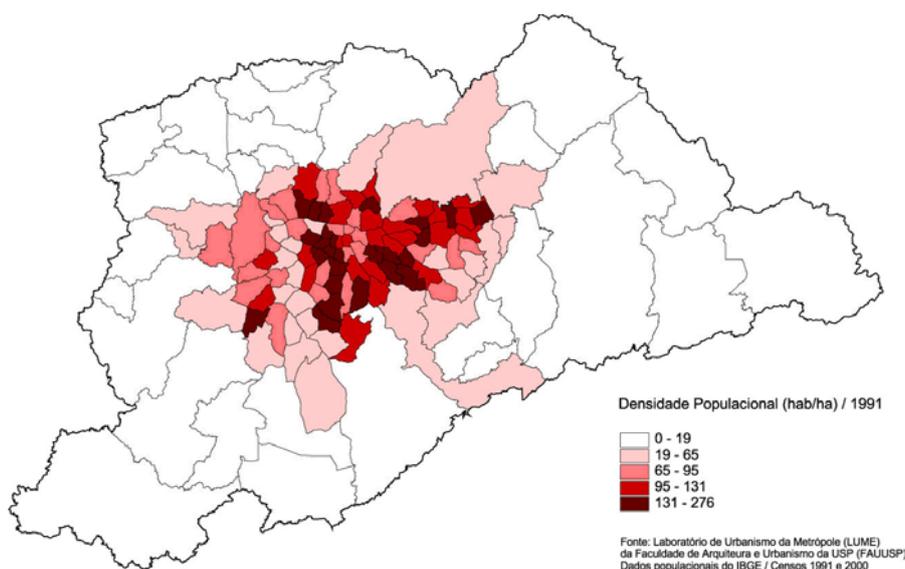
<sup>6</sup> Na direção da Av. Paulista, Av. Faria Lima e nas últimas décadas para a marginal Pinheiros, Av. Berrini e Verbo Divino.

<sup>7</sup> Os "bairros centrais" constituem o primeiro anel de bairros que envolvem o centro histórico (Mooca, Cambuci, Belém, Pari, Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, Liberdade). Ver GROSTEIN, Marta Dora, MEYER, Regina Maria Proserpi. "O Paradoxo dos Bairros Centrais". Revista URBS, São Paulo: Associação Viva o Centro, 18: 18-21, setembro/outubro, 2000.

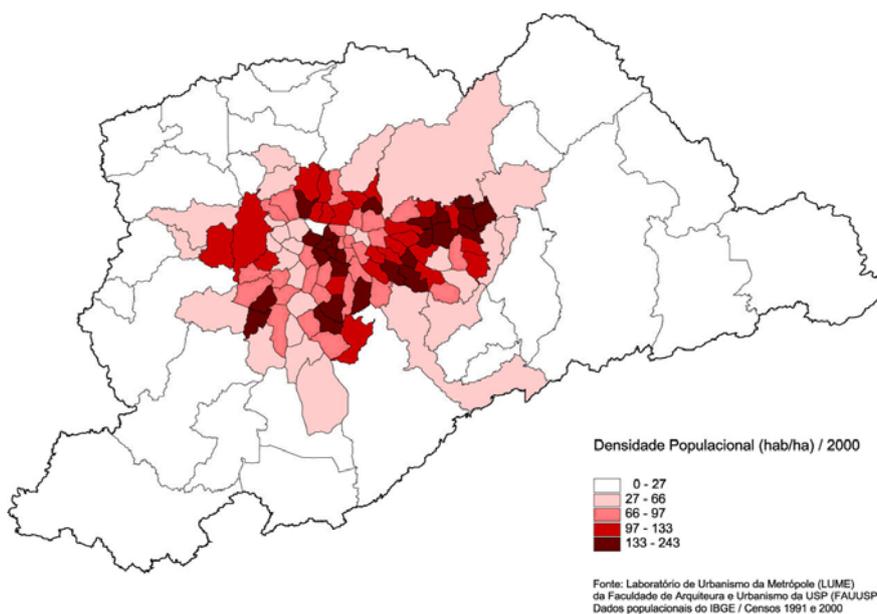
expandido e outros adjacentes, que estão em processo de transformação intensa de seus espaços, com substituição do estoque construído de casas unifamiliares por edifícios verticais (residenciais e de serviços), e conseqüente redução da densidade de ocupação<sup>8</sup>.

É o que se verifica em bairros situados nos distritos de Moema, Morumbi, Itaim Bibi, Campo Belo, entre outros. Em Moema, a densidade passou de 86 hab/ha para 79 hab/ha; no Morumbi, de 35 hab/ha para 30 hab/ha; no Itaim Bibi, passa de 109 hab/ha para 82 hab/ha; e no Campo Belo, de 89 hab/ha para 76 hab/ha. Assim, podemos concluir que em grande parte dos distritos consolidados do município de São Paulo, em processo de transformação, verificam-se simultaneamente a perda de população, a dinâmica imobiliária e a diminuição da densidade de ocupação. Isto ocorre em função da tipologia dos empreendimentos e da legislação em vigor.

Mapa 5 - Densidade populacional (hab/ha) 1991



Mapa 6 - Densidade populacional (hab/ha) 2000



<sup>8</sup> Ver Mapa 5 e Mapa 6.

Em contraponto, e como parte do mesmo processo, as periferias metropolitanas estão ganhando população, pela difusão do padrão periférico de urbanização, e pela dispersão dos processos de verticalização residencial para população de renda média e média baixa. Entre os distritos periféricos do município de São Paulo que mantiveram índices elevados de crescimento demográfico na última década, podemos citar, entre outros, Ananguera (13,38% aa), Cidade Tiradentes (7,89% aa) e Iguatemi (6,08% aa).

Na área de proteção aos mananciais ao sul, nas bacias Billings e Guarapiranga, o crescimento populacional se mantém em relação a décadas anteriores, mas com algumas peculiaridades: os distritos de ocupação mais antiga tiveram índices de crescimento mais baixos em relação aos verificados nos extremos do município, como Cidade Ademar (0,59% aa), Cidade Dutra (1,40 % aa), e Jardim São Luis (1,77% aa).

Já nas áreas de ocupação mais recente, os índices de crescimento foram expressivos, como no Grajaú (6,22% aa), Parelheiros (7,07% aa), Pedreira (4,47% aa), Jardim Ângela (3,63% aa), Marsilac (3,83% aa) e Capão Redondo (2,46% aa). O crescimento da população variou em números absolutos em 209,7% no distrito Ananguera, 98,02% em Cidade Tiradentes, 84,98% em Parelheiros, 70,14% em Iguatemi e 72,09% em Grajaú, entre outros. Os distritos que mais ganharam população foram Grajaú, que teve sua população aumentada em 140 mil habitantes, Cidade Tiradentes, em mais 94 mil, Jardim Ângela, mais 67 mil e Jaraguá mais 53 mil habitantes.

A face visível desta dinâmica de distribuição da população na cidade e na metrópole está relacionada à precariedade e ao estado de abandono que pode ser verificado tanto no centro histórico e nos bairros centrais, quanto nas periferias metropolitanas. Esta irracionalidade descrita está produzindo uma ocupação urbana devastadora, cujos principais traços são o desperdício de significativas parcelas de solo urbano plenamente equipado de infra-estrutura básica e, por outro lado, uma avassaladora destruição de recursos naturais.

É nesse contexto, e dentro das estratégias de sobrevivência da população de baixa renda, que é possível explicar o padrão metropolitano de expansão e a sua vertente mais conflituosa, a expansão urbana ilegal sobre as áreas ambientalmente frágeis e protegidas, exatamente aquelas da qual dependemos para a produção de água necessária para a sobrevivência das populações metropolitanas - áreas onde a vegetação, a instalação de infra-estrutura adequada, a reserva florestal, a preservação das várzeas e das matas ciliares tem papel determinante.

Pesquisa recente realizada no município de São Paulo informa a existência de 1.160.590 pessoas vivendo nas 2.018 favelas existentes. Indica também que, na década de 1990, a população favelada cresceu a taxas superiores às da população do município 2,97% contra 0,88% ao ano, respectivamente. E que a esse crescimento correspondeu tanto um aumento de 24% na área total das favelas (de 24,7km<sup>2</sup> para 30,6 km<sup>2</sup>), quanto um aumento na densidade média de ocupação, que subiu de 360 para 380 hab./ha.

É muito importante sublinhar que a pesquisa mencionada verificou, para a década de 1990, um importante processo de favelização no município de São Paulo – embora a taxas menores que a dos “setores subnormais” do IBGE (3,7% ao ano) –, onde surgiram 464 novas concentrações de barracos sob viadutos e pontes, nos morros, em áreas de proteção aos mananciais e terrenos baldios, públicos e privados, geralmente nos distritos periféricos.

São os distritos extremos da cidade que registraram a maior extensão de área ocupada por favelas. Foram eles: Grajaú (3.460 km<sup>2</sup>), Jardim Ângela (2.258 km<sup>2</sup>), Capão Redondo (1.788 km<sup>2</sup>), Jardim São Luis (1.342 km<sup>2</sup>), Cidade Ademar (1.141 km<sup>2</sup>), e Brasilândia (1.093 km<sup>2</sup>), Sacomã (1.032 km<sup>2</sup>), Lajeado (1.026 km<sup>2</sup>), Sapopemba (1.025 km<sup>2</sup>) e Vila Jacuí (1.002 km<sup>2</sup>). Tal fenômeno criou um cinturão de pobreza extrema que funciona como uma fronteira urbana de precariedade que precisa ser equacionada pelo poder público.

Ao mesmo tempo se acentua o processo de dispersão de favelas nos municípios metropolitanos. O seu crescimento expressivo na última década confirma a dimensão e o

agravamento do problema habitacional, além de retratar com precisão a “periferização” do crescimento na RMSP.

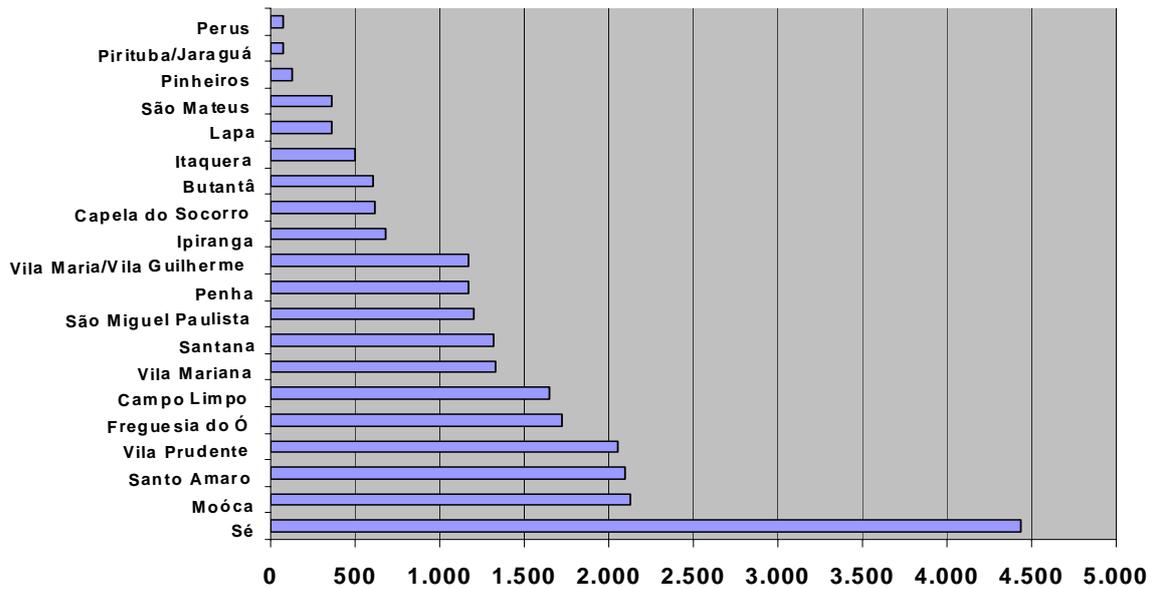
O diagnóstico que subsidiou a proposta do Plano Diretor de 1991 chama a atenção para o fato que, ao contrário das favelas que foram quantificadas periodicamente em censos decenais, a situação dos imóveis encortiçados é de difícil mensuração, na medida em que se oculta por trás de outras categorias utilizadas no recenseamento geral. Segundo o censo de 1980, um indicador do agravamento do problema é o fato que houve um aumento de 69% do número de domicílios de aluguel entre 1970-1980, sendo que, no mesmo período, os imóveis de um só cômodo representaram um incremento de 156%, fator indicativo do incremento dos imóveis encortiçados.

Pesquisa por amostragem realizada em 1997<sup>9</sup> possibilitou conhecer a magnitude do problema do cortiço na capital: 595.110 pessoas, quase 6% da população paulistana, vivendo em 23.688 imóveis encortiçados, distribuídos conforme indicação no Quadro 1 e Gráfico correspondente a seguir apresentados.

Quadro 1	
Cortiços	FIPE
Administração Regional	Nº cortiços
Sé	4.441
Moóca	2.132
Santo Amaro	2.096
Vila Prudente	2.048
Freguesia do Ó	1.720
Campo Limpo	1.653
Vila Mariana	1.327
Santana	1.323
São Miguel Paulista	1.203
Penha	1.171
V.Maria/V. Guilherme	1.167
Ipiranga	681
Capela do Socorro	622
Butantã	606
Itaquera	497
Lapa	364
São Mateus	361
Pinheiros	127
Pirituba/Jaraguá	78
Perus	73

<sup>9</sup> Fundação Instituto de Pesquisa Econômica FIPE, 1994 e 1997

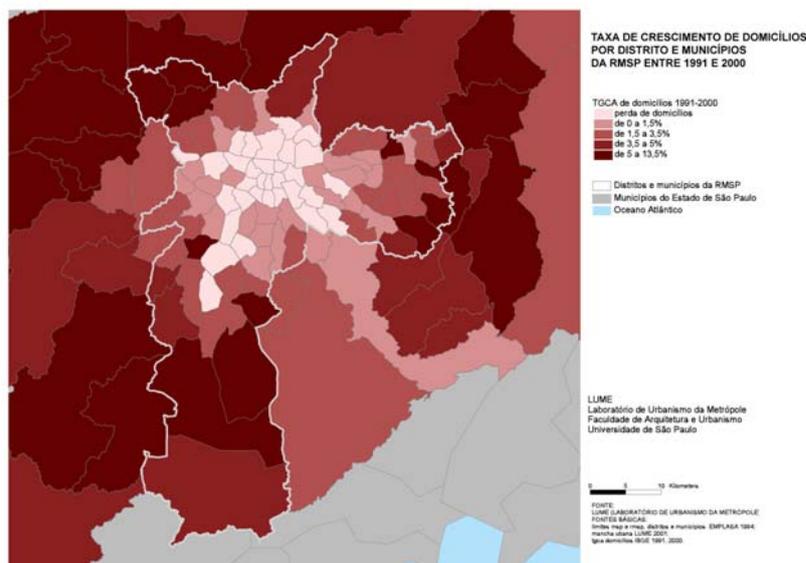
**Incidência de Cortiços por Administração Regional - FIPE 1994/87**



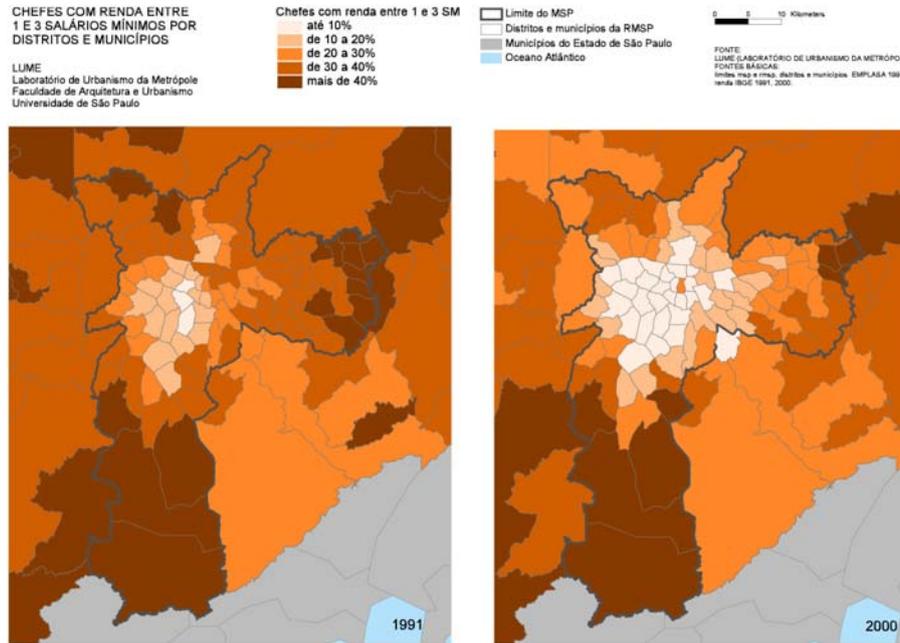
**Cartografia crítica do município**

**Mapa 7 - Taxa de crescimento de domicílios por distritos e municípios da RMSP entre 1991 e 2000.**

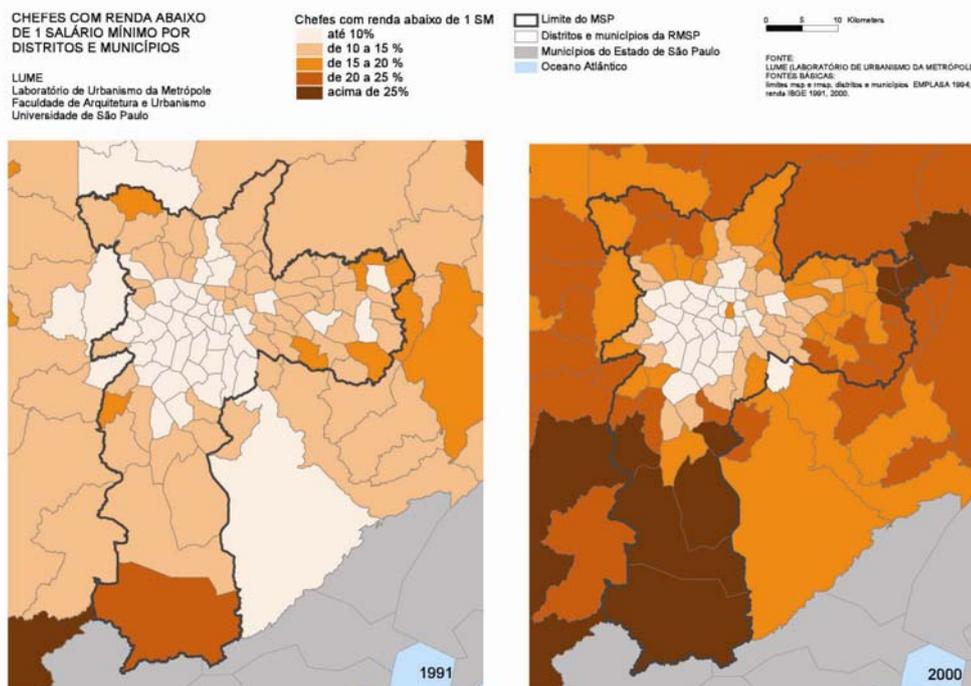
Nos distritos mais centrais do município houve perda ou crescimento muito baixo do número de domicílios, enquanto os distritos mais periféricos apresentaram as maiores taxas geométricas de crescimento de número de domicílios, como Parelheiros, Grajaú e Vila Andrade (Zona Sul), Anhanguera, Perus e Jaraguá (Zona Norte), Vila Jacuí, Lajeado, Cidade Tiradentes e Iguatemi (Zona Leste).



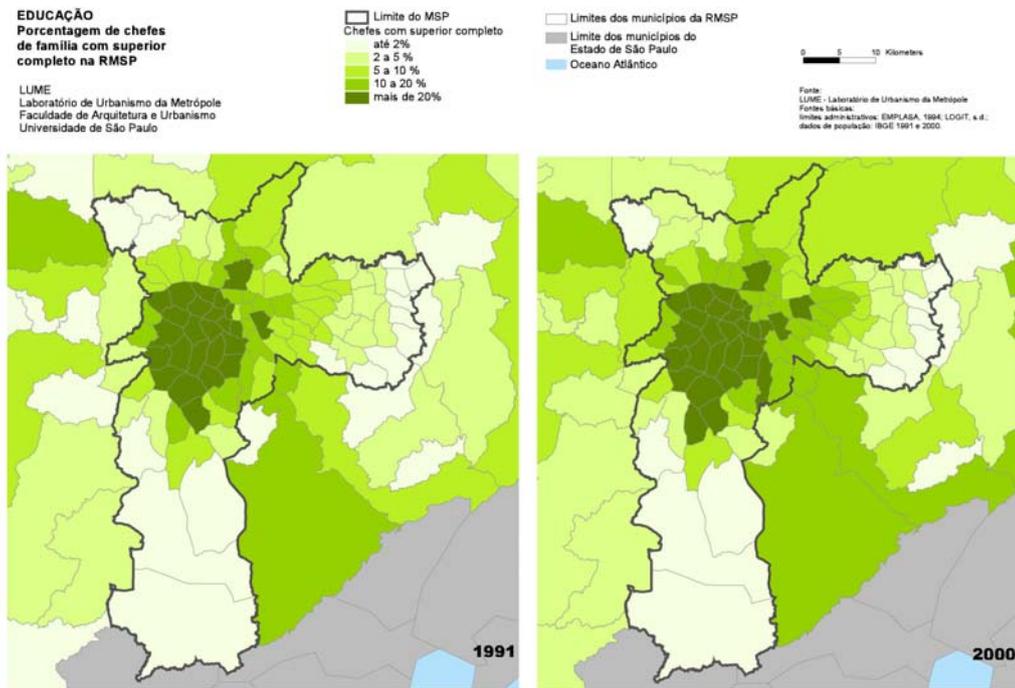
**Mapa 8 - Chefes com renda entre 1 e 3 salários mínimos por distrito e municípios (1991-2000)**  
 Os distritos mais centrais do município de São Paulo tiveram redução da proporção de chefes de família com renda entre 1 e 3 salários mínimos, o que pode indicar um enobrecimento dessas áreas, em especial os distritos do chamado “vetor sudoeste” do MSP.



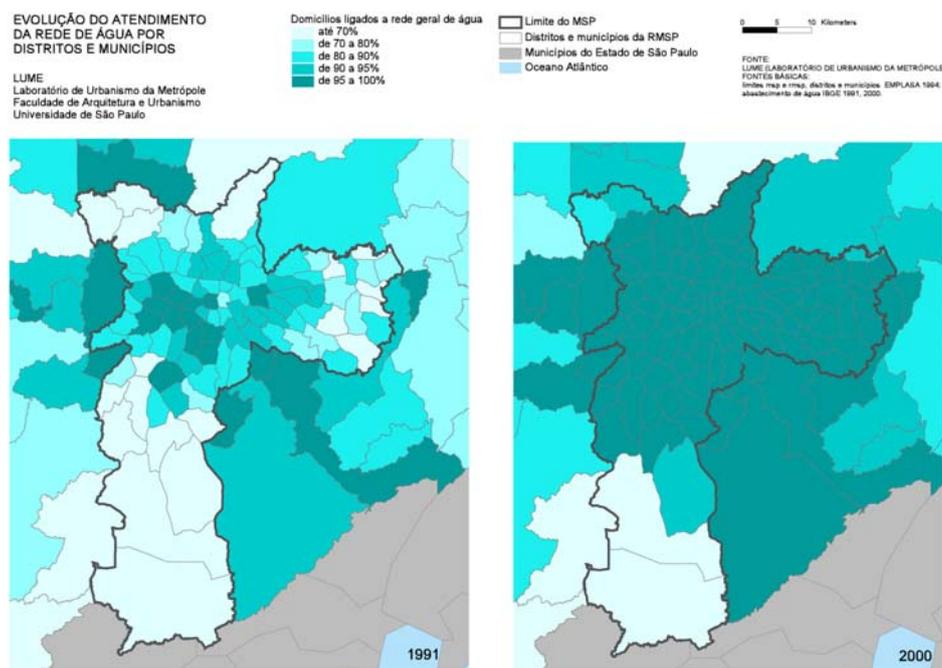
**Mapa 9 - Chefes com renda abaixo de 1 salário mínimo por distritos e municípios (1991-2000)**  
 O mapa revela o crescimento relativo de chefes de família com renda baixíssima em quase a totalidade dos distritos do MSP e dos outros municípios da RMSP, o que indicaria um empobrecimento geral da RMSP.



**Mapa 10 - Porcentagem de chefes de família com superior completo na RMSP (19891-2000)**  
 As porcentagens de grau superior no montante de chefes de família variaram pouco na década de 1990, com contínua concentração no vetor sudoeste no MSP.

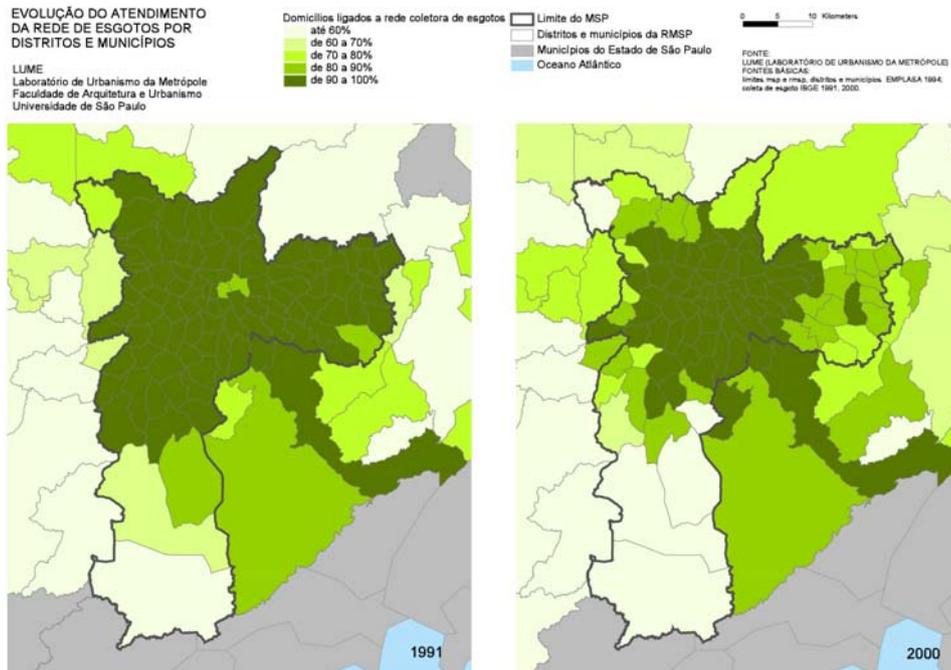


**Mapa 11 - Evolução do atendimento da rede de água por distritos e municípios (1991-2000)**  
 A cartografia mostra como atendimento da rede de água atingiu quase que plenamente a área urbanizada do MSP e dos municípios vizinhos.



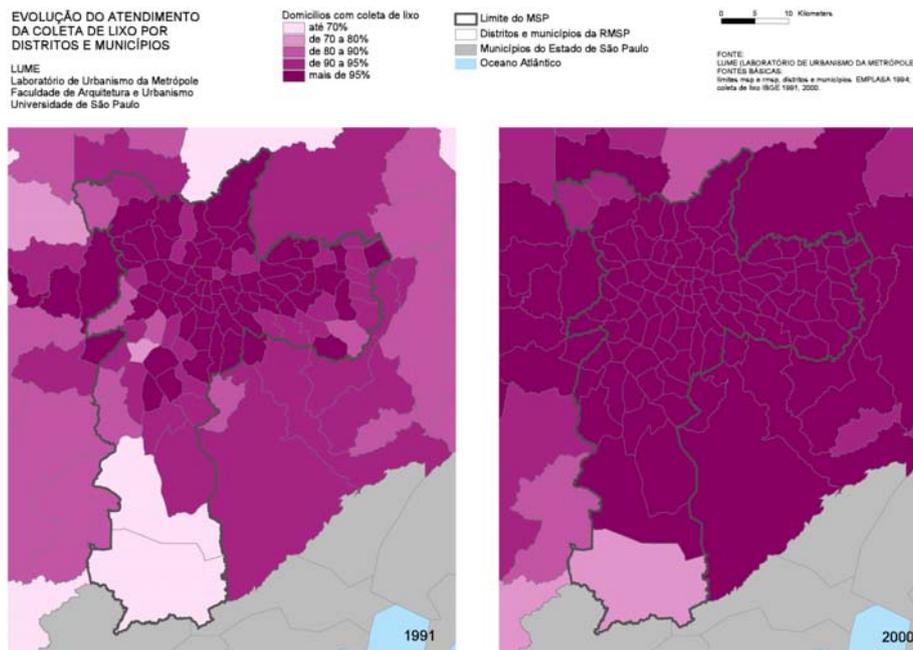
**Mapa 12 - Evolução do atendimento da rede de esgoto por distritos e municípios (1991-2000)**

Nas áreas mais centrais do MSP a porcentagem de domicílios atendidos pela rede de esgoto não apresentou variação, mas nas áreas mais periféricas houve diminuição da proporção de domicílios integrados à rede. Tal fato indica que os novos domicílios criados nesses distritos (em especial Jardim Ângela, Vila Andrade, Capão Redondo, Jaguaré, São Domingos, Vila Guilherme, Jardim Helena, Iguatemi e São Rafael) não foram ligados à rede coletora existente.



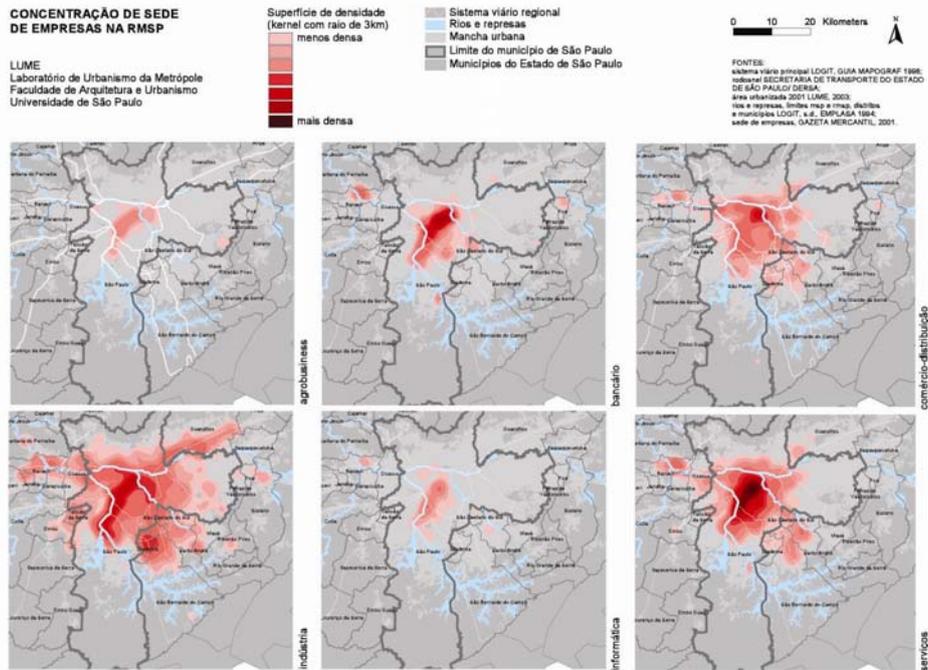
**Mapa 13 - Evolução do atendimento da coleta de lixo por distritos e municípios (1991-2000)**

Os mapas indicam uma universalização significativa da presença da coleta de lixo no MSP, com índices maiores que 95% em quase toda a área urbanizada da cidade.



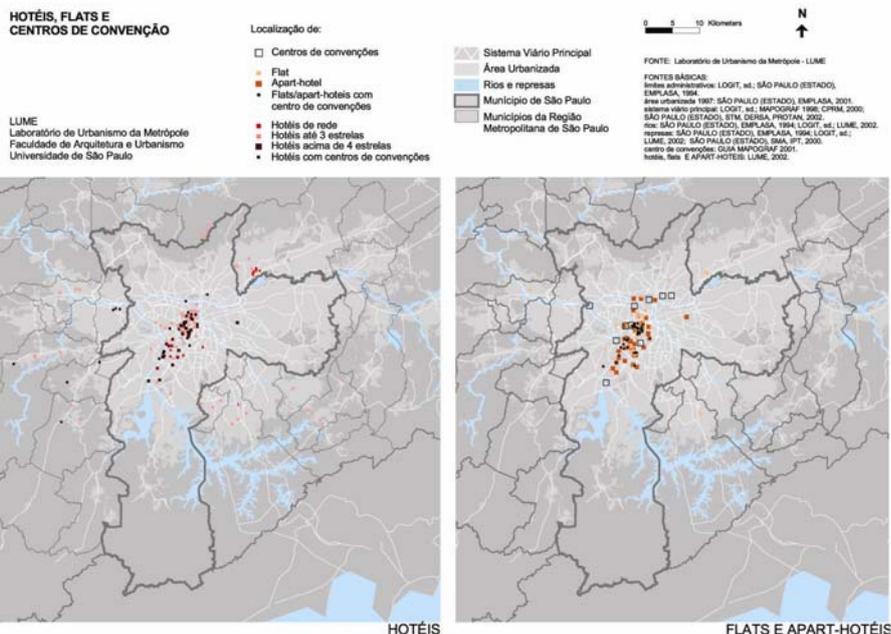
### Mapa 14 - Concentração de sede de empresas na RMSP (2001)

As empresas de agrobusiness, informática e o setor bancário apresentam tendência a concentrar suas sedes na porção sudoeste do município de São Paulo, enquanto as empresas dos ramos de comércio-distribuição, serviços e indústria ocupam o território de forma mais espalhada, mantendo uma concentração no centro expandido e na zona sul do município de São Paulo, assim como nos municípios do ABCD, Osasco, Barueri e Guarulhos.



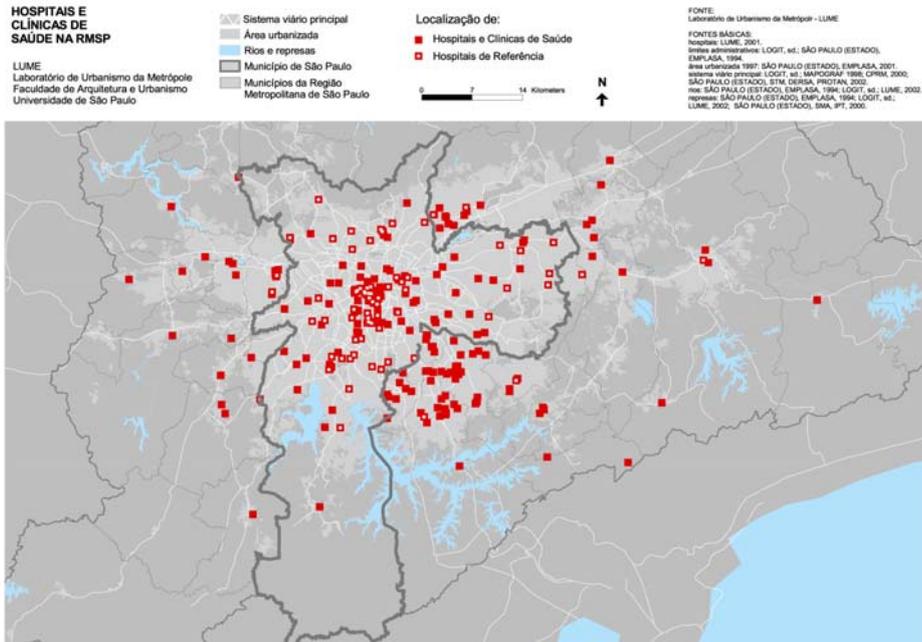
### Mapa 15 - Hotéis, Flats e Centros de Convenção (2001)

É nítida no município de São Paulo uma forte concentração de equipamentos de hospedagem no eixo iniciado na área central (Subprefeitura Sé) e que se estende ao longo dos distritos Jardim Paulista, Pinheiros, Moema, Vila Mariana, Itaim Bibi e Santo Amaro. Vale destacar, como região fora desse eixo, o centro de Guarulhos e áreas próximas ao Aeroporto Internacional André Franco Montoro (Cumbica).



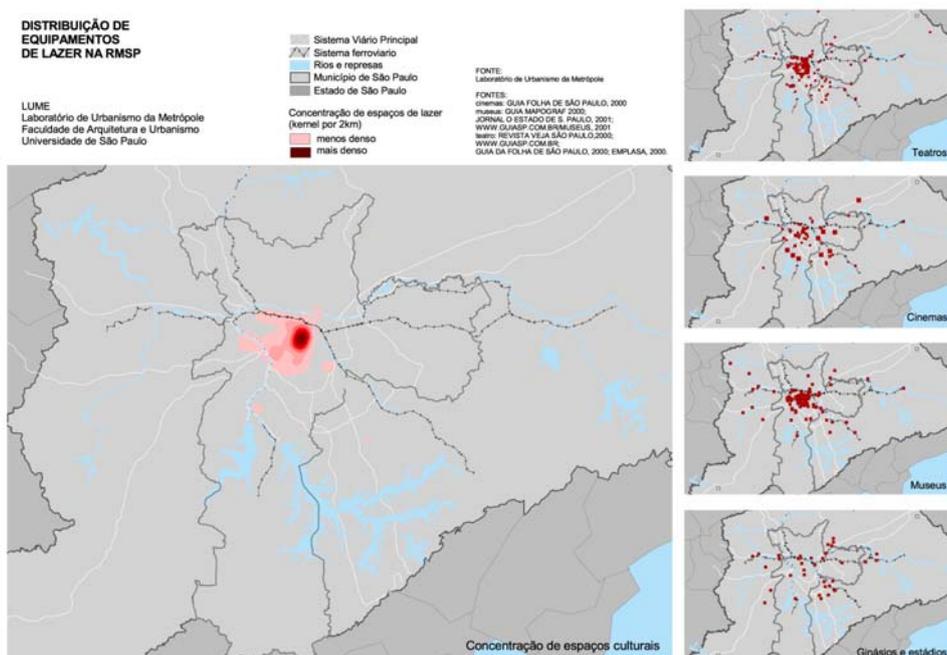
### Mapa 16 - Hospitais e clínicas na RMSP (2001)

O mapa indica que existem diversas áreas de urbanização consolidada com pouca oferta de equipamentos de saúde no município de São Paulo, como as Subprefeituras da Lapa, Vila Maria / Vila Guilherme, Ipiranga, Penha, Campo Limpo e Cidade Ademar.



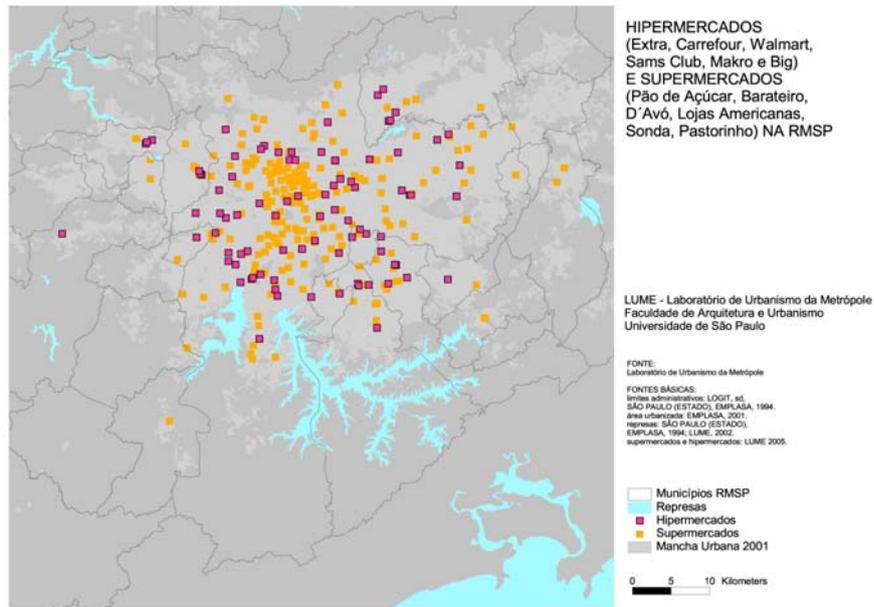
### Mapa 17 - Distribuição de equipamentos de lazer na RMSP (2001)

A presença de museus e teatros na RMSP concentra-se no centro expandido do município de São Paulo, excetuando-se sua porção a leste do Rio Tamanduateí. Já a presença de cinemas, mesmo que concentrada no chamado “vetor sudoeste”, encontra-se espalhada nas áreas mais periféricas devido aos complexos Multiplex de cinemas dos shopping centers que se disseminaram no território paulistano nos anos 90. Os espaços esportivos da RMSP (ginásios e estádios) não apresentam padrões de concentração.



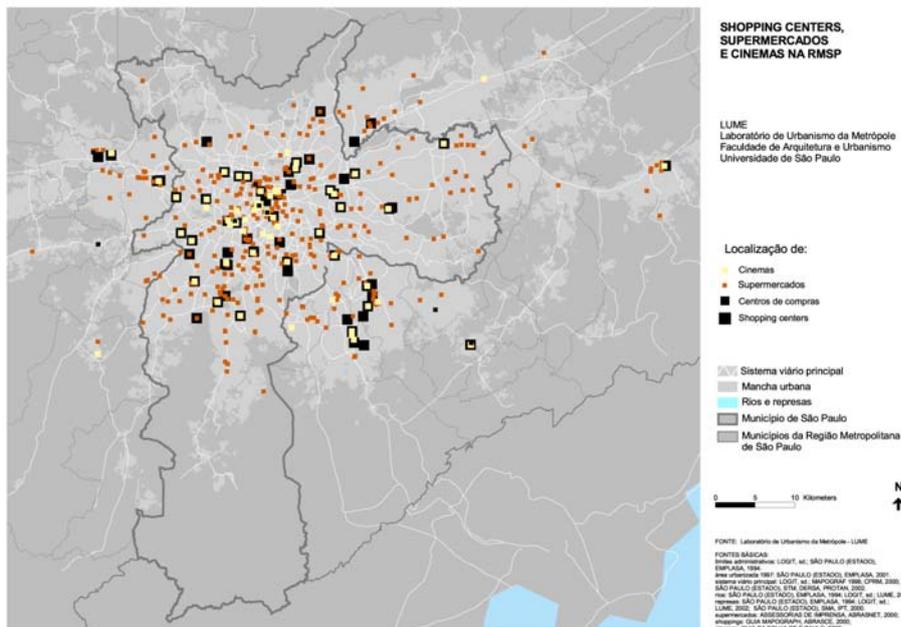
### Mapa 18 - Supermercados e Hipermercados na RMSP (2004)

Os supermercados espalham-se praticamente por toda a área urbanizada da RMSP, com algumas regiões menos atendidas nas porções mais distantes das zonas leste, norte e sul do MSP. Já os hipermercados tendem a se localizar fora do centro expandido do município, devido à oferta de grandes glebas (em especial antigas instalações industriais) junto a amplas acessibilidades viárias (novas avenidas de fundo de vale, em sua maioria).



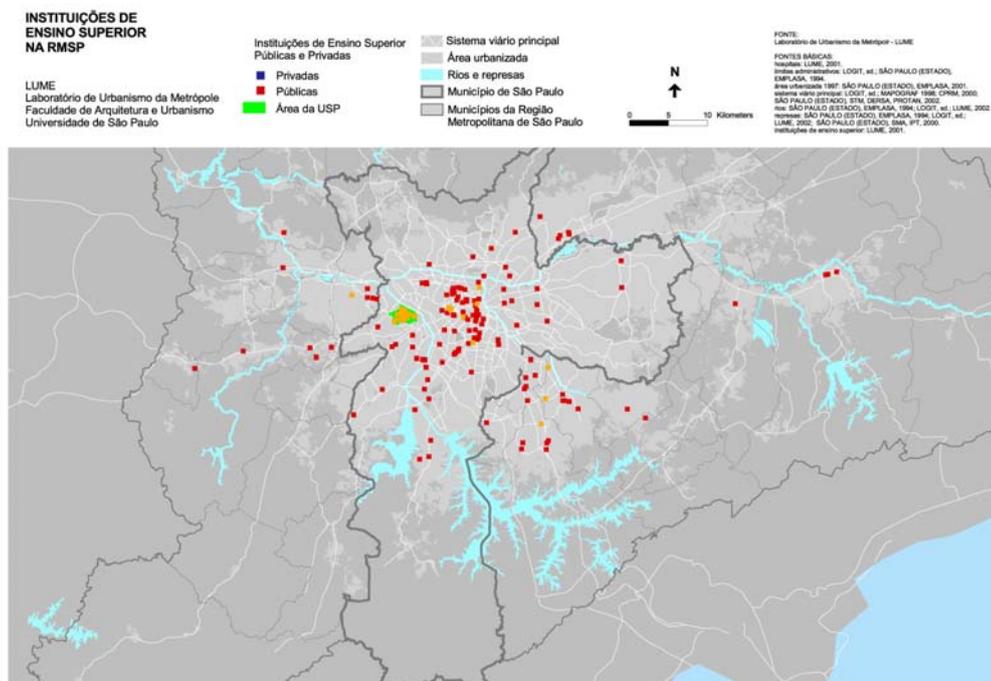
### Mapa 19 - Shopping Centers e Cinemas na RMSP (2004)

O mapa indica que os cinemas existentes nas áreas mais periféricas do município de São Paulo estão inseridos nos shopping centers aí instalados, e que os cinemas de rua concentram-se no Centro, região da avenida Paulista e Rua Augusta, além dos bairros de Pinheiros, Vila Mariana e Itaim Bibi.



### Mapa 20 - Instituições de Ensino Superior na RMSP (2001)

O município de São Paulo concentra as Instituições de Ensino Superior na RMSP, tanto públicas quanto privadas, e possui em seu território pólos universitários como a área central, a região da avenida Paulista, o eixo da linha Azul do Metrô da estação Liberdade à Santa Cruz, além da Cidade Universitária da USP.



### As Parcerias Público-Privada

Demandas de toda natureza, decorrentes do crescimento explosivo e desordenado da cidade de São Paulo, além da dramática limitação orçamentária existente, impõem uma mudança do papel do Estado. Nesse sentido, a utilização das Parcerias Público Privada pode viabilizar novos investimentos, diminuindo a necessidade de participação do Poder Público em ações indispensáveis para garantir o desenvolvimento urbano, e liberá-lo para outras, nas quais sua presença é intransferível.. Este instrumento é um mecanismo que visa estimular a participação do setor privado em projetos de infra-estrutura, e consiste na contratação de investimento ou serviço de interesse público em que o setor privado participa com capital, como empreendedor, e o setor público como concedente e remunerador parcial do serviço. Essa cooperação visa construir, renovar ou explorar uma infra-estrutura ou fornecimento de um serviço. Com as PPP, além da redução de custos, a Prefeitura pode obter receitas de novas fontes, que não seriam possíveis no método tradicional de oferta de serviços. Exemplo disso é a apropriação da valorização imobiliária de áreas beneficiadas com investimentos de interesse público.

As PPP podem ser usadas nos mais variados serviços como manutenção de vias públicas (as marginais, com a implantação do pedágio, por exemplo), no serviço de transporte, na comercialização de espaços para estacionamentos públicos/privados e outros.

São características das PPP: i) a duração da relação entre os parceiros; ii) o modo de financiamento do projeto; iii) o papel dos parceiros na definição, concepção, realização, aplicação e financiamento; e iv) na distribuição de riscos.

Além de ser um instrumento mais flexível que o mecanismo de concessão tradicionalmente usado no País, as PPP viabilizam a construção de uma infra-estrutura mais barata, eficiente e em menor prazo, permitindo a eliminação de gargalos e atraindo novos investimentos. Nessas parcerias, o setor privado entra com o capital e recebe, em contrapartida, o direito de exploração do serviço. Com isso, os serviços são prestados com garantia de qualidade e sem risco de interrupção, e o orçamento público pode ser alavancado em benefício da sociedade local. Ao governo cabe o papel do controle do investimento, a fiscalização da qualidade do serviço prestado e a complementação periódica de recursos, quando necessário.

## A economia de São Paulo - indústrias

São Paulo é a quarta metrópole do mundo em termos populacionais, ficando logo abaixo de Tóquio, Cidade do México e Nova York. Com uma população de 10,8 milhões de habitantes, que representa 28% do total do Estado de São Paulo, a cidade é sozinha responsável por 35% do PIB estadual, equivalente a 8% do PIB nacional, gerando um PIB *per capita* de US\$ 3.592 em 2003, enquanto o PIB *per capita* nacional foi de US\$ 2.789.

A cidade tem uma área de 1.509 km<sup>2</sup>, quase toda urbanizada. Possui 3.039.104 domicílios, com uma média de 3,43 moradores por domicílio. Deste total, 98,7% dispõem de rede de água, 87,2% de rede de esgoto e 99,2% tem lixo coletado. Possui também 2.018 favelas, nas quais residem 1.160.590 pessoas, que representam 11,1% do total da população da cidade (esse índice cresce a 3% ao ano). O IDHM é 0,841, o que a coloca em 63º lugar no ranking mundial.

Sua economia está concentrada na área de serviços e comércio, que representam juntos quase 70% da riqueza gerada na cidade, e 52% do valor adicionado dos serviços no Estado. A indústria tem uma participação de 26,4%, representando 28% do valor adicionado do total estadual. O restante da economia está distribuído entre a construção civil e outras atividades.

Os dados de composição do PIB apontam para uma certa desindustrialização, e sugerem que o setor de serviços será o de maior peso na sua economia, impactando positivamente o seu comércio.

Apesar de a participação da indústria ter perdido espaço na cidade, a Região Metropolitana ainda é responsável por boa parte da produção industrial do Estado, sediando dois terços de sua indústria química, (com destaque para a farmacêutica); 72% da fabricação de equipamentos de informática (Barueri); 70% da produção de material elétrico; e 64% da produção automobilística (ABC, que responde sozinho por mais de 50% da produção do setor no Estado).

São Paulo concentra ainda 60% da indústria de confecções e vestuário do Estado, o que mostra o quanto a moda é uma atividade importante na economia do município, principalmente no que se refere a emprego. E 90% da indústria de edição, impressão e reprodução de gravações, além de abrigar a sede de alguns dos maiores jornais e editoras do país.

Apesar da redução do número de unidades fabris no município, esse setor ainda concentra muitas de suas sedes, sendo, portanto, centro de decisões empresariais, além de ter se tornado o centro financeiro do País. Estão em São Paulo, 50% das 350 maiores empresas privadas do país e quase 20% das maiores estatais.

Entretanto, se é verdade que a indústria tem procurado sair de São Paulo, não é menos verdade que a sua localização de destino tem sido, em grande parte, no seu entorno, com destaque para as regiões metropolitanas de Campinas e São José dos Campos, que gravitam na órbita da Capital, usufruindo o seu dinamismo, infra-estrutura e liderança.

Os PIBs regionais só começaram a ser medidos à partir de 1999, sendo portanto de difícil avaliação a dimensão dos diversos setores da economia antes desse momento. Mas o

fortalecimento da indústria nos arredores da cidade, e a consolidação do peso dos serviços na Capital, indicam a vocação do município e o forte vínculo com as regiões metropolitanas.

Não é por outro motivo que em São Paulo estão sediadas as principais confederações de classes empresariais, comerciais e financeiras, como a Fiesp, Ciesp, Febraban e cerca de 40 câmaras de negócios, como a Amcham-SP (Câmara Americana de Comércio de São Paulo), a segunda maior câmara americana de comércio do mundo, além da Bolsa de Valores de São Paulo, a maior da América Latina, e da BM&F – Bolsa Mercantil e de Futuros, única no Brasil.

Se somarmos o aspecto cultural da cidade, temos os ingredientes que já fazem de São Paulo um ponto de encontro para empresários de todo o mundo. O número de congressos e o aumento do turismo, já indicam esta realidade. A cidade é sede do maior número de eventos por ano no Brasil (70 mil), com um público estimado de 15 milhões de pessoas, boa parte de residentes de fora do município. Estes eventos vão de pequenas reuniões a grandes exposições, congressos, seminários temáticos, feiras nacionais e internacionais, carnaval, Fórmula I, Mostra Internacional de Cinema, festivais, Semana Internacional de Moda, entre outros. A cidade possui mais de 240.000m<sup>2</sup> de espaço útil para feiras, como o Parque do Anhembi, Expo Center Norte, Centro de Convenções Rebouças e outros.

Na tabela abaixo o número de estabelecimentos dos vários setores e empregos gerados.

Tabela 4							
Estabelecimentos e empregos nos vários setores							
Município de São Paulo							
Indústria		Comércio		Serviços		Construção Civil	
Estab	Empregos	Estab	Empregos	Estab	Empregos	Estab	Empregos
77.342	467.988	252.164	520.808	304.872	1.234.460	21.907	140.427

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA

### Os serviços: empresas e empregos

Este tem sido o setor econômico mais dinâmico da cidade de São Paulo, representando parcela importante da formação de sua riqueza. Aqui se encontra a força que dá importância ao município. Foi a partir da expansão e diversificação do setor terciário que a cidade assumiu a posição da principal metrópole brasileira, e aspira agora a se transformar em uma metrópole internacional.

Diferentemente de outras regiões, boa parte dos investimentos gerados é direcionada para desenvolvimento de conhecimento, com agregação de novos produtos e serviços, exigindo, portanto, em boa parte dos seus postos de emprego, mão de obra altamente qualificada. O impacto dessas transformações aumentou o grau da centralização das decisões empresariais na cidade.

Com a ampliação do processo de terceirização, a partir de meados da década de 90, começaram a ser montados médios e pequenos negócios na órbita do universo das grandes empresas, interligando-se na dinâmica do crescimento da cidade. Para atender a este núcleo dinâmico da economia, vai se ampliando o número de estabelecimentos e proliferando novos tipos de serviços, com a implantação de atividades como: redes de assistência técnica aos produtos de alta tecnologia, telemática; pesquisa e desenvolvimento (P&D); consultoria de negócios; consultorias de gestão empresarial e financeira; educação à distancia; cursos diversos; *call centers*; *motoboys*; e outros, além de qualificação de pessoal para atendimento em hotéis, flats, e demais serviços necessários ao andamento da cidade.

Números da Secretaria Municipal do Planejamento indicam que 74% dos empregos gerados no município são referentes a este setor, incluindo o comércio. Em 2001, existiam 659.840

estabelecimentos na cidade. Deste total, 499.228 (76%) estavam na área de serviços (ver Tabela 5).

Tabela 5	
Número de empresas - 2001	
Sub-setor	Nº de empresas
Utilidade Pública	1.323
Comércio	252.164
Ensino	11.999
Médico, Odontológico, Veterinário	34.437
Administração	89.074
Instituições Financeiras	11.529
Transportes e Comunicação	25.056
Alojamento, alimentação, manutenção	71.460
Administração Pública	2.186
Total	499.228

*Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA*

Se tirarmos da amostra a Administração Pública, constatamos que a grande maioria das empresas é de médio e pequeno porte. Apenas 1.387 delas têm mais de 500 funcionários, o que significa apenas 0,3% dos estabelecimentos da amostra já ajustada. As empresas que possuem entre 100 e 499 funcionários somam 4.348 (0,9%). Empresas com 10 a 99 funcionários somam 66.995, representando 13% da amostra ajustada. A grande concentração se encontra nos estabelecimentos que têm de 1 a 9 funcionários, com 369.559 unidades, que correspondem a 74% do total ajustado. Existem ainda 56.939 empresas, 11% da amostra ajustada, que não possuem nenhum funcionário, ou seja, são administradas pelo proprietário.

Em 2001, último ano pesquisado, estas empresas geravam quase 2,6 milhões de empregos, conforme tabela abaixo.

Tabela 6	
Número de empregos - 2001	
Sub-setor	Nº de empresas
Utilidade Pública	28.715
Comércio	520.808
Ensino	118.014
Médico, Odontológico, Veterinário	116.167
Administração	405.802
Instituições Financeiras	139.065
Transportes e Comunicação	192.047
Alojamento, alimentação, manutenção	258.270
Administração Pública	811.601
Total	2.590.489

*Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA*

Se, a exemplo do que fizemos acima com o número de empresas, fizermos a mesma abertura das empresas de setor de serviço por geração de empregos, retirando da amostra as empresas da Administração Pública, constatamos que o equilíbrio é bem maior. Do total, 406.285 (23%) dos trabalhadores estão em empresas com mais de 500 funcionários. As que empregam entre 10 a 99 funcionários geram 36,5% do total dos empregos (648.835); as empresas que possuem entre 1 a 9 funcionários empregam 397.327 pessoas (22%). E os estabelecimentos com 100 a 499 funcionários representam 18,5% do total.

Dentro do setor de serviços estão incluídas as instituições financeiras. Atualmente, a maioria das sedes dos bancos nacionais está no município de São Paulo, transformando-o em centro importante de decisões, pela concentração de capitais.

Segundo análise da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), 52% de todo valor adicionado dos serviços no Estado, se encontra na capital. Os serviços e comércio concentram-se no centro (20,6%). As regiões Leste e Sudoeste estão em segundo lugar com 13% cada uma. Na região Sudoeste a concentração maior é de comércio e serviços do tipo vertical, enquanto na Leste predomina o comércio e serviços horizontais. Se somarmos as regiões Centro e Sudoeste chegamos a 64% do total do município no uso para comércio e serviços, o que transforma estas regiões em grandes pólos geradores de emprego no setor terciário.

### Considerações finais

A economia paulistana tem um vínculo profundo com a política econômica implementada pelo Governo Federal. O crescimento e a melhoria das condições do município dependem, em grande parte, de decisões tomadas no âmbito federal, às quais o município não tem acesso.

Apesar de ser potencialmente um pólo de desenvolvimento para o País, a cidade não pode exercer este papel à revelia da política macroeconômica, quer concorde ou não com ela.

São Paulo não tem conseguido exercer plenamente seu potencial, em função das opções de política econômica federais. Estas, resultando em baixas taxas de crescimento, concomitantes com pesada carga tributária, têm gerado conseqüências dramáticas para a cidade de São Paulo. Com sua economia sustentada pelo setor terciário, a cidade assiste o crescimento da informalização no mercado de trabalho, o que dificulta ainda mais o crescimento da renda real do paulistano.

O impacto da política federal também tem sido dramático do ponto de vista da infraestrutura da cidade de São Paulo. A consolidação e permanência de São Paulo como Cidade Mundial depende da existência de uma infra-estrutura de comunicação, transportes e telecomunicações de padrão internacional. Estradas, portos e aeroportos modernos, qualidade do ambiente urbano, são fatores de competitividade, condições *essenciais* para São Paulo poder desempenhar o papel de grande centro de negócios internacionais, de forma a integrar o Brasil ao capitalismo internacional.

A disponibilidade de energia, saneamento, transporte e comunicação dependem de investimentos vultuosos, com os quais o governo municipal não tem condições de arcar sozinho. É preciso estabelecer parcerias com o Estado, o Governo Federal e o setor privado. Mas, para isso, é preciso que o governo federal tenha a necessária consciência da importância de São Paulo para um projeto de desenvolvimento de longo prazo para o País. E para que a iniciativa privada participe desse processo, é decisiva a existência de uma regulação forte e confiável, atribuição precípua do poder central.

Fica clara, portanto, a interdependência dos avanços da cidade com os avanços do país. Do crescimento de um, depende a evolução e consolidação do outro. Nesse sentido, preocupam os fatos apontados acima e que desviam os novos investimentos para outras regiões do mundo, principalmente, para a região Asiática, em particular para a China e mais recentemente para a Índia.

# C a p í t u l o 1

## **Planejamento**

Gestão

Saúde

Educação

Habitação

Assistência Social

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

## O Sistema de Planejamento e a Articulação de Políticas

### 1. Considerações Iniciais

O objetivo último da gestão de um município é prover seus cidadãos dos instrumentos que garantam sua qualidade de vida, ou seja, promovam seu bem-estar. Do ponto de vista operacional, cada segmento do governo tem sua visão específica e suas obrigações precípua com os objetivos afeitos à sua instituição – pontuais, focadas. À Secretaria de Saúde cabem as ações de saúde, à de Meio Ambiente as questões ambientais, à de Transporte a circulação da população e assim por diante.

As questões reais, entretanto, não se submetem a organogramas meramente organizacionais, cuja finalidade é exclusivamente gerencial. Exigem para sua solução o esforço conjunto de vários integrantes desta estrutura: a saúde é afetada por problemas relacionados ao saneamento básico e ao meio ambiente, o transporte depende de obras, e assim por diante.

Há, então, que estabelecer uma coordenação das ações dos diversos agentes, de forma a integrá-las, criando uma concertação harmônica dirigida a um fim comum: o bem-estar da população.

Dentro dessa perspectiva, constituiu-se um Sistema de Planejamento para o Município, encabeçado pela Secretaria de Planejamento. De um órgão voltado basicamente para o planejamento urbano, a Secretaria se transformou numa entidade capacitada a fazer frente às prementes necessidades da cidade, incluindo entre suas prerrogativas a tarefa fundamental de elaborar e executar o orçamento da cidade. Foi uma decisão sábia e apropriada, pois não se pode falar seriamente em planejar o desenvolvimento de uma cidade sem levar em consideração as condições financeiras em que isso será feito. Hoje, a Secretaria possui em mãos os instrumentos necessários para coordenar as ações oficiais em direção à consecução de seus objetivos.

Sem que haja qualquer tipo de hierarquia quanto à sua importância, as ações do governo podem ser classificadas em duas categorias:

- Ações de visibilidade direta, como geração de renda, transporte, lazer: são aquelas percebidas diretamente pelas pessoas pelo efeito que têm sobre seu bem-estar.
- Ações de visibilidade indireta, como infraestrutura, segurança, saúde, educação, meio ambiente: são aquelas que apenas apresentam visibilidade no momento em que, sendo necessárias, são percebidas pela sociedade como insuficientes ou insatisfatórias.

Ou seja: o atendimento das últimas são condições necessárias à geração do bem-estar da população, enquanto as primeiras são as condições suficientes. A função principal da Secretaria Municipal de Planejamento é, então, a articulação e integração dessas ações, fundamento estratégico para a realização dos objetivos enunciados neste PPA.

Dentro da mencionada configuração do plano de evolução do município de São Paulo – notadamente em sua pretensão de configurar-se como Cidade Mundial – destaca-se o aspecto gerencial: seu sucesso se dá a partir da articulação e integração das ações, de forma a constituir o todo que, este sim, é capaz de gerar o bem-estar da população.

Este aspecto, associado à carência de recursos para novos investimentos no município, leva à necessidade premente de cercar as ações de cuidados no sentido de maximizar seus efeitos, o que somente pode ser obtido a partir do desenvolvimento de três ações fundamentais: coordenação, monitoramento e avaliação.

Por outro lado, a SEMPLA é a gestora da Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002, que instituiu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE) como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no município. A partir da realidade do Município de São Paulo, o PDE estabeleceu ações estratégicas cujas metas deveriam ser revistas em 2006, observando as diretrizes definidas para o horizonte de 2012, devendo as metas ser incorporadas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual para implantação, conforme dispõe o artigo 263 do PDE.

O PDE, em seu artigo 294, estabeleceu que a sua primeira revisão dovesse ser feita para a inserção dos Planos Regionais das Subprefeituras (PRE). Em decorrência dessa obrigatoriedade, os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras foram instituídos pela Lei 13.885, de 24 de agosto de 2004. Esses planos complementam as ações e metas do PDE, de modo a atender às peculiaridades de cada região, e às necessidades e opções da população que nela reside ou trabalha.

Tendo em vista que a cidade é um organismo vivo, que sofre transformações no tempo, o artigo 293 do PDE estabeleceu a obrigatoriedade de sua revisão, pelo Executivo, em 2006, para adequar as ações estratégicas nele previstas às disponibilidades de recursos, sem deixar de observar as diretrizes do horizonte de 2012. E podendo inclusive acrescentar áreas passíveis de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

Cabe ainda à SEMPLA definir as prioridades e acompanhar *pari-passu* as ações delas decorrentes, assegurando sua efetiva realização, na qualidade e prazo previstos. Por outro lado, o porte de São Paulo e as implicações que qualquer ação desenvolvida no âmbito municipal têm, não apenas na economia local, mas também na regional e mesmo nacional, tornam imperativo uma ação forte de interface com as demais esferas de poder – estadual e federal.

É por meio da visão global das carências, potencialidades e estratégias globais do município – informações concentradas na SEMPLA – que devem ser desenvolvidas as gestões de apoio, parcerias e integração com estas instâncias de poder, num esforço de influenciar as decisões daquelas instâncias, de forma a garantir sua compatibilidade com os direcionamentos dados pelo poder local.

Finalmente, cabe à SEMPLA, se não a elaboração, pelo menos a orientação na preparação de estudos estratégicos visando o longo prazo, atentando para as grandes tendências mundiais que possam representar oportunidades ou ameaças ao desenvolvimento econômico e social de São Paulo. Esses estudos se constituem no balizamento primordial para as decisões de curto e médio prazo, de forma a permitir a inserção cada vez maior da economia local no cenário global.

## 2 Ações

### 2.1 O Sistema de Planejamento Municipal

Do acima exposto, cabe à SEMPLA a função-meio do estabelecimento de prioridades, sua coordenação e o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelos organismos responsáveis pelas ações de ponta, ou seja, a implementação do proposto neste PPA.

Dada a desarticulação entre os organismos do município, cabe a implantação de um sistema de acompanhamento de suas ações, que envolva pelo menos os seguintes passos:

1. Desenvolvimento de um sistema de planejamento integrado, ágil e consistente, que leve em conta os instrumentos legais previstos (Plano Diretor, LDO, LOA, PPA e outros), porém caracterizando e adaptando esses instrumentos de forma a transformá-los num instrumento vivo

- de planejamento. A dinâmica dos fatos exige a permanente atualização – sem a perda dos rumos básicos traçados – das ações necessárias à consecução dos objetivos colimados;
2. Desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento permanente das ações previstas no sistema de planejamento, de forma a identificar as carências e os descompassos em tempo hábil para permitir as apropriadas ações corretivas. Implantar o sistema de “biópsia”, ou seja, diagnosticar o mal antes que seja irremediável – aí sim constatado pela “autópsia”, prática atualmente comum;
  3. Produção de indicadores de desempenho, tanto na implantação de novos projetos quanto de atuação nas ações rotineiras e nos programas de duração continuada;
  4. Desenvolvimento de um modelo de monitoramento permanente dos planos e programas, de forma a mantê-los vivos, contemporâneos e úteis à sociedade.

## 2.2. Projetos Urbanos e Operações Urbanas

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo estabeleceu nove novas áreas de operações urbanas (Diagonal Sul, Diagonal Norte, Carandiru/Vila Maria, Rio Verde/Jacu-Pêssego, Vila Leopoldina/Jaguará, Vila Sônia, Celso Garcia, Santo Amaro e Amador Bueno), além das quatro já existentes e previstas em lei: Faria Lima, Água Branca, Centro e Águas Espraiadas.

Os projetos das novas Operações Urbanas propõem e descrevem quais alterações poderão vir a ser efetivamente implantadas, por meio de obras realizadas pelo setor público e pelos agentes econômicos privados. Estas operações não foram localizadas de forma arbitrária: foram determinadas pelo Plano Diretor e pelos Planos Regionais.

As propostas das Operações Urbanas, que levam em consideração as questões apontadas como os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, e a utilização da outorga onerosa, são de responsabilidade da SEMPLA. A responsabilidade de implantação e gestão das Operações Urbanas é da Empresa Municipal de Urbanização - Emurb.

As marginais dos rios Tietê e Pinheiros são elementos cruciais da rede de vias estruturais do município destinada à circulação e aos transportes, e cumprem o papel de interligar e conectar os diversos bairros entre si, o município com os demais municípios da região e com o resto do País. Intervenções específicas devem ser estabelecidas visando a regulamentação de utilização destas vias para o transporte público e privado.

Diversas ações sistemáticas estão em curso no sentido de dar condições à municipalidade de projetar o futuro e atuar sobre ele, direcionando e arbitrando as grandes questões do desenvolvimento urbano. Neste contexto a SEMPLA, em sua área urbanística, trabalha com as seguintes diretrizes:

- Estabelecer Projetos Urbanos Estruturadores com o intuito de promover equidade nas diversas regiões da cidade, respeitando as características locais (históricas, socio-econômicas, urbanísticas e ambientais), buscando o desenvolvimento equilibrado e valorizando a identidade dos diferentes bairros da cidade.
- Desenvolver estudos e projetos visando a implementação de Projetos Estratégicos, Projetos Urbanos Regionais, Operações Urbanas previstas e outros, de acordo com o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – 2002.
- Propor a utilização de instrumentos urbanísticos existentes, bem como de novos instrumentos que possibilitem a implementação das políticas urbanas formuladas, viabilizem os Projetos Estratégicos elaborados e estimulem a parceria entre o poder público e a iniciativa privada, promovendo a inclusão social e a geração de emprego.

- Participar sistematicamente da concepção e elaboração de propostas relativas ao Sistema Viário e ao Sistema de Transportes Públicos pelo papel estruturador e transformador que eles desempenham no espaço da cidade.
- Estabelecer políticas de intervenção no espaço público por meio de ações coordenadas que compatibilizem propostas dos núcleos de ação local e projetos dos setores público e privado, envolvendo a administração pública, a comunidade técnica e a população.
- Desenvolver estudos e projetos urbanos visando a reformulação e continuidade da implementação da Operação Urbana Água Branca, tendo em vista o Projeto vencedor do Concurso Bairro Novo, e elaboração de EIA-Rima e EIV.
- Desenvolver estudos e projetos urbanos (no âmbito de projetos básicos) para a implantação das intervenções urbanísticas previstas para as seguintes áreas:

**Operação Urbana Vila Sônia**, devendo ser priorizadas as seguintes intervenções: Parque Linear do Córrego da Água Podre, Requalificação Urbanística e Viária das Avenidas Francisco Morato e Eliseu de Almeida, Conexão Viária Norte-Sul com implantação de túnel sob o Parque da Previdência, Intervenções Urbanas nos pólos Vila Sônia e Vital Brasil, a serem implantadas com a participação das secretarias de Transporte, Serviços, Infra-Estrutura, Habitação, Verde e Meio Ambiente, Subprefeitura do Butantã e Companhia do Metro, pela SEMPLA.

**Operação Urbana Carandiru - Vila Maria**, devendo ser priorizadas as seguintes intervenções: Recuperação do Parque da Vila Guilherme e das instalações da Sociedade Paulista de Trote; melhoria das condições físicas e ambientais, com a criação de Caminhos Verdes, ao longo das avenidas Brás Leme, Cruzeiro do Sul, Luís Dumont Villares, Zaki Narchi, Maria Cândida, São Quirino e Nadir Figueiredo; criação de Parques Lineares ao longo dos córregos Carajás e da Divisa; adequação do sistema de drenagem da região; prolongamento da Avenida Brás Leme, até ligar-se com a Avenida General Ataliba Leonel; Binário Rua Maria Cândida – Rua Chico Pontes, a ser implantado com a participação de outras secretarias, subprefeituras de Santana e Vila Maria - Vila Guilherme, CET e Governo do Estado, a partir de diretrizes definidas na Operação.

**Operação Urbana Vila Leopoldina**, devendo ser priorizadas as seguintes intervenções: eixo de Adensamento Pólo Jaguaré; implantação de transposição do rio Tietê, pelo prolongamento da Av. Dr. Gastão Vidigal, unindo-a às Avs. Domingos de Souza Marques e Manuel Monteiro de Araújo (Vila Jaguara); implantação de transposição do rio Pinheiros, pelo prolongamento da Av. Escola Politécnica sobre o rio, em ligação com a Av. das Nações Unidas nos dois sentidos de direção; deslocamento da via de trânsito local da Av. Nações Unidas até próximo à linha da CPTM e projeto de área verde na área remanescente; eixo de adensamento pólo Vila Leopoldina – Parque São Domingos; equipamentos esportivos (Cidade do Tênis); binário viário Av. Imperatriz Leopoldina - Rua Carlos Weber; criação de Parque Municipal (Usina de Compostagem Leopoldina); descanalização dos córregos ao longo da Rua Hayden e da Av. Alexandre Mackenzie; abertura de via ao longo da faixa da Linha de Transmissão (Jaguaré), a ser implantada com a participação das Subprefeituras de Pinheiros e Lapa, SMT, SIS, SIURB, SEHAB, SVMA e Governo do Estado.

**Operação Urbana Tiquatira**, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo na área ao longo da Av. Tiquatira, com a contratação de Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística, elaboração de EIA-Rima e EIV, contratação de minuta de lei e de maquete.

**Operação Urbana Celso Garcia**, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo e melhorias na paisagem urbana na área ao longo da Av. Celso Garcia, com a contratação de

Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística, elaboração de EIA-Rima e EIV, contratação de minuta de lei e de maquete.

**Operação Urbana Diagonal Norte**, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo na área ao longo do eixo ferroviário norte, desde Pirituba até a região da Luz, especialmente nas áreas de Pirituba, Jaraguá, Lapa e Bom Retiro, com a contratação de Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística, elaboração de EIA-Rima e EIV, contratação de minuta de lei e de maquete.

**Operação Urbana Diagonal Sul**, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo na área ao longo do eixo ferroviário sul, desde a região da Luz até a divisa com o Município de São Caetano do Sul, com a participação de Emurb, SMT, SIS, SIURB, SEHAB, SVMMA, Fepasa e Governo do Estado. Estes projetos têm o apoio institucional e financeiro do BID/Programa Ação Centro, com compromisso da municipalidade em implementá-los para posteriormente ser ressarcida.

### 2.3 Revisão do Plano Diretor Estratégico

O trabalho de revisão do PDE prevê:

- a revisão das ações estratégicas e das metas definidas no PDE (Lei 13.430-2002) e no PRE das Subprefeituras (Lei 13.885- 2004), para fazerem parte do Projeto de Lei do PPA;
- o aprimoramento dos conceitos e das diretrizes estabelecidas nos diferentes instrumentos das leis citadas;
- a identificação de possíveis inconsistências, contradições ou omissões;
- a proposta de acréscimos e alterações de instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, visando a elaboração de Projeto de Lei a ser enviado à Câmara em 2006, atendendo ao disposto no artigo 293 da Lei 13.430-2002.

Cabe à SEMPLA a coordenação dos trabalhos de que trata o artigo 293 da Lei 13.430-2002 e da Lei 13.885-2004, que estabeleceu normas complementares ao PDE, num esforço conjunto de todos os órgãos e empresas municipais, devendo os trabalhos se realizar até dezembro de 2006.

A SEMPLA, em conjunto com as demais secretarias e subprefeituras cuidará dos temas gerais que se referem ao Município como um todo, e de interfaces com as questões específicas de cada subprefeitura, seu meio físico, população, infra-estrutura e condições de uso e ocupação do solo.

Os trabalhos consistem num conjunto de revisões de temas gerais e específicos das leis 13.430-2002 e 13.885-2004, notadamente os procedimentos relacionados com os instrumentos de política urbana, em especial as Operações Urbanas Consorciadas, as Áreas de Intervenção Urbana e a Disciplina e Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo. Eles serão desenvolvidos de forma a promover a reflexão sobre conceitos e propostas, envolvendo interesses de várias subprefeituras, e também as metas referentes a projetos e obras de interesse local e metropolitano que possam ser incorporadas à revisão dos textos legais.

A SEMPLA, que em conjunto com os demais órgãos da Prefeitura, levantará os elementos para subsidiar a elaboração do PPA 2006 a 2009, procedeu ao levantamento de programas e ações prioritárias e dos projetos e obras com recursos e financiamentos já previstos.

Dos elementos estruturadores do PDE foram priorizados:

- Rede Hídrica Ambiental
  - Programa de Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade, compreendendo, dentre outras, as seguintes ações: implantação de áreas verdes, proteção de mananciais e recuperação ambiental, parques lineares, parques e sistema cicloviário.
  - Programa de prevenção e defesa contra inundações, compreendendo, dentre outras ações, a construção de reservatórios e piscinões, e obras de emergência para combate a enchentes.
  - Programa de canalização de córregos e implementação de vias e recuperação ambiental e social de fundo de vale – PROCAV, compreendendo obras de canalização de córregos, conservação e manutenção de canais e galerias, envolvendo inclusive remoção de famílias situadas em áreas de risco, com conseqüente produção de habitação de interesse social – HIS.
  
- Rede Viária e de Transportes Coletivo
  - Programa de Mobilidade e Acessibilidade;
  - Programa de Infra-estrutura de Transporte ColetivoNesses programas destacam-se as seguintes ações: implantação e adequações de obras de infra-estrutura do Sistema de Transporte (passa-rápido e vias livres), implantação de soluções para pontos críticos de segurança e fluidez, tecnologias operacionais e compensações tarifárias.

Deve-se salientar que os projetos, obras e ações constantes do PPA farão parte da revisão do PDE, inclusive dos anos meta, tendo em vista as justificativas, prioridades e critérios estabelecidos pelas subprefeituras e secretarias pertinentes.

## 2.4 Articulação de políticas e gestão de projetos complexos

Em decorrência de suas características de articuladora dos demais órgãos municipais e de principal interface com as entidades externas ao município, caberá à SEMPLA a gestão de projetos multissetoriais, coordenando sua implementação e articulando a coordenação das instituições envolvidas na sua implementação.

### A região do Centro

O Centro de São Paulo representa um importante pólo para toda a região metropolitana, dada a importância de suas atividades econômicas, em especial no tocante a comércio e serviços. Ele se caracteriza pela grande circulação de pessoas, atraídas pela possibilidade de realizar compras em seus bolsões comerciais, como a Zona Cerealista (dentro dela, em especial, o Mercado Municipal), a região da rua Santa Efigênia, ruas do Gasômetro, 25 de Março, José Paulino e outras. Lazer e cultura também têm presença marcante no Centro, com destaque para os teatros e cinemas, o histórico Theatro Municipal, a Pinacoteca do Estado, a Sala São Paulo, e parques, como o Jardim da Luz.

Apesar do papel irradiador que exerce no contexto metropolitano e mesmo estadual, nas últimas décadas vem se verificando uma queda na qualidade de vida de seus usuários e empobrecimento de seus moradores. As principais razões disso são a deterioração do espaço físico (público e privado), a presença crescente do comércio ambulante, de moradores de rua, mendicância e marginalidade, que dão ao espaço urbano um aspecto de violência e degradação.

A reversão desse quadro tem sido objeto de preocupação de autoridades públicas e organizações de representantes da sociedade civil que atuam no Centro. A Prefeitura de São Paulo está realizando um extenso conjunto de projetos e atividades para induzir a mobilização das forças econômicas e sociais no sentido da recuperação e requalificação de toda a região central, aqui entendidos os Distritos da Sé e República e os diversos bairros que os circundam. Os recursos de empréstimo contraído junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) serão associados à contrapartida em recursos do Tesouro Municipal para realizar tal empreendimento.

É crucial que seja valorizada a dinâmica econômica e social da área central. De um lado, para que esse setor da cidade, que já dispõe de infra-estrutura urbana constituída, tenha ocupação comercial, de serviços e residenciais. De outro lado, para evitar que se deteriorem as condições econômicas, intensificando a degradação do tecido social e a instalação de zonas controladas pela marginalidade.

A requalificação do Centro e de seu entorno deve partir de uma compreensão sobre sua dinâmica espacial e econômica. Historicamente, o Centro abrigou tipos variados de atividades econômicas. A região do Bom Retiro, juntamente com os distritos vizinhos do Brás e Pari, formalmente pertencentes à Subprefeitura da Mooca, foram núcleos de industrialização, mantendo, ainda hoje, indústrias têxteis e confecções, bem como a convivência de colônias de imigrantes – sírio-libaneses, judeus, italianos, coreanos, chineses e, mais recentemente, peruanos e bolivianos. Esses bairros se caracterizam também como espaços residenciais de população de perfil socioeconômico mais baixo, onde se registra ainda um certo esvaziamento.

Os distritos de Bela Vista, Santa Cecília e Consolação concentram setores de atividade econômica mais dinâmicos, com perfil mais próximo das regiões que lhes são contíguas, como Pinheiros, Avenida Paulista, Jardins e Vila Mariana.

O centro histórico, compreendendo Sé e República, sediou, durante muito tempo, as principais agências financeiras, serviços públicos ligados à área jurídica e comércio varejista. No entanto, ao longo das últimas décadas, essas atividades sofreram um processo de migração para novas áreas de expansão imobiliária, primeiramente a região da Avenida Paulista e, posteriormente, da Luis Carlos Berrini e Vila Nova Conceição. Esse fenômeno contribuiu para a deterioração das condições urbanas e econômicas do Centro Histórico, influenciando também na degradação dos bairros circunvizinhos.

A recuperação da área central demanda iniciativas com a composição de ações públicas e privadas de formas e naturezas diversas. O papel dos investimentos públicos é sinalizar e articular uma nova realidade para estimular os investimentos privados, minimizando seus riscos, seja no que concerne aos empreendimentos imobiliários, seja no que toca aos empreendimentos nos setores de comércio e serviços. Nesse sentido, ressalta-se o papel do poder público em disponibilizar um conjunto de instrumentos relativos ao planejamento urbano, e de ações de requalificação do espaço, indispensáveis para gerar um clima de confiança na recuperação de áreas degradadas, garantindo a sustentabilidade dos investimentos realizados.

A requalificação do Centro foi subdividida em três grandes espaços, conformando áreas caracterizadas por realidades específicas e potencialidades de naturezas distintas. Os vetores foram definidos como: Luz/Roosevelt (Vetor Oeste), Vale do Anhangabaú (Vetor Central) e Parque D. Pedro II (Vetor Leste).

O Vetor Leste é o mais complexo, dada sua situação de degradação e a configuração viária ali existente. Nesse vetor estão previstas intervenções de recuperação no Palácio das Indústrias, na Casa das Retortas e na Rua do Gasômetro. A recuperação e ocupação do Edifício São Vito será realizada visando a sustentabilidade econômica e social do empreendimento. O Vetor Central, do Vale do Anhangabaú, recebeu expressivos benefícios ao longo das diversas gestões municipais, caracterizando-se por ser o principal espaço público da região central. As intervenções do tipo zeladoria urbana, ordenamento do comércio informal, reciclagem do lixo, conservação de vias e mobiliário urbano serão as de maior relevo.

O Vektor Oeste sofrerá as intervenções de maior porte, por três motivos. Em primeiro lugar, é o que dispõe de maior quantidade de áreas que se encontram em processo de requalificação, podendo dar uma resposta muito efetiva ao estímulo proporcionado pela municipalidade. Em segundo lugar, porque neste vetor já foram realizados investimentos de grande porte pelo poder público, especialmente na região da Estação da Luz. Por fim, dentro do perímetro deste vetor, uma área em estado de extrema degradação merece grande atenção da municipalidade, porque apenas pela dinâmica do mercado privado ela jamais terá recuperação.

As intervenções nesse vetor irão desde o mobiliário urbano e as alterações do viário, até a construção de um plano urbanístico para a região. Ao Projeto de Lei de Incentivos Fiscais, recentemente proposto à Câmara Municipal, se associarão diversas iniciativas de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à alteração da configuração de ocupação da área. A recuperação da qualidade urbana será composta de diversas intervenções no campo da segurança e da presença da assistência social nas ruas. A Nova Luz substituirá a antiga Cracolândia, por meio de uma intervenção urbanística do estilo da realizada em grandes cidades européias.

A partir do pólo representado pelo Vektor Oeste, uma série de intervenções nos distritos Sé e República, além de outros pontos dos distritos da região central, serão realizadas. A implementação de uma Agência de Desenvolvimento para a Cidade de São Paulo, contemplando inicialmente a atuação voltada para a região central, terá como objetivo a criação de mecanismos de articulação com o setor privado para facilitar o desenvolvimento de projetos que consolidem São Paulo como uma cidade global, garantindo e reforçando seu dinamismo econômico.

A implementação de um Pólo Tecnológico na área central tem por objetivo reforçar a diversidade econômica, estimulando a presença de atividades empresariais intensivas em tecnologia e inovação, atraindo mão-de-obra qualificada e especializada. Espera-se produzir as condições motivadoras para que se instalem na região centros nacionais e globais de P&D, promovendo, também, o adensamento de segmentos intensivos em C&T e Inovação, vindo a constituir *clusters*. A geração de renda e emprego na Sé e na República deverá promover a dinamização da função residencial para todas as áreas do seu entorno.

O Programa Ação Centro destina-se, ainda, a criar condições de suporte para as ações de manutenção e requalificação do espaço público e de monumentos deteriorados, e de requalificação de edificações. Essas ações terão como foco principal o resgate dos elementos qualificadores do Centro e a viabilização de seu uso no contexto da dinamização da região. Deste modo, as ações de valorização do patrimônio histórico e conservação do meio ambiente estarão integradas à reformulação das condições de aprovação de projetos e à estruturação de zeladorias regionais que viabilizem a adequada manutenção de todos os serviços prestados pela municipalidade.

A intervenção direta na requalificação de espaços públicos compreende obras de reforma nas praças da Sé, República e Roosevelt; projetos especiais para algumas ruas comerciais do centro, com destaque para a Rua do Gasômetro; adequação da iluminação pública para melhorar a segurança nas ruas centrais; restauro do Teatro Municipal, com a ampliação do palco, restauro da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e de outros imóveis de interesse histórico.

No campo da infra-estrutura urbana, duas grandes intervenções estão previstas. A primeira é o manejo hídrico e o controle de inundações na bacia do Anhangabaú, onde já foram registradas enchentes de grande porte. A segunda é relativa à melhoria de transporte e às condições de acesso e circulação na área central, representadas pelos projetos de obras viárias na chamada rótula, que circunda o centro, e na contra-rótula, que faz a circulação no sentido contrário e de forma mais afastada.

A implantação das mudanças no Centro, dotadas de monitoramento informatizado e melhorias funcionais, será o primeiro passo do Sistema Viário Estratégico, que objetiva uma ampla requalificação das condições de transporte do Município de São Paulo.

No que concerne à questão social, as ações de acolhida a moradores de rua compõem um amplo projeto de Presença Social nas Ruas. A qualificação da rede de atendimento da Assistência Social completa o trabalho de acolhimento com a utilização de políticas de reinserção dos moradores de rua em atividades econômicas. No campo da qualificação profissional, diversas ações serão realizadas com foco na qualificação de trabalhadores voltada para as atividades em expansão na área central, especialmente as incentivadas e as tidas como mais apropriadas para a região.

## **A Zona Leste**

A Zona Leste de São Paulo caracteriza-se por concentrar um imenso contingente populacional, por sua localização e intenso inter-relacionamento com outros municípios da Região Metropolitana, e pela baixa geração de emprego. Apesar de estar situada no eixo leste da cidade, em direção a uma região em expansão, o Vale do Paraíba, a região não tem tido o desenvolvimento econômico esperado. É primordialmente uma região dormitório, e que por isso mesmo gera grandes e insatisfeitas demandas de transporte, em direção às regiões da cidade, e cidades vizinhas.

A Zona Leste tem sido objeto de inúmeras atenções dos poderes públicos, seja por parte da Prefeitura, seja do Governo do Estado. Essas ações têm objetivado re-qualificar a região, incentivando a criação de empregos na região, melhorando os transportes dentro da ZL e nas suas ligações com as outras regiões da cidade, oferecendo possibilidades de melhoria na qualificação e empregabilidade dos seus habitantes, e permitindo uma ampla regularização e dinamização da ocupação urbana.

A Prefeitura de São Paulo tem focado suas ações em algumas áreas específicas. A criação de empregos na região será incentivada, com a dinamização e reavaliação da lei de incentivos fiscais seletivos (Lei 13.833- 20/04). Com esse mecanismo será possível, em primeiro lugar, manter os empregos da região, ameaçados pela guerra fiscal com os municípios vizinhos. Será possível, além disso, criar novos empregos, por meio de uma maior seletividade, e conseqüentemente maior incentivo nos benefícios oferecidos.

O transporte na região também é prioridade para este período, pois reduzirá os gargalos no sistema viário e incrementará os transportes públicos. O projeto denominado originalmente de Fura-Fila passou por uma profunda reconceituação, e será implementado com um alcance geográfico muito maior do que o projeto original, atingindo o extremo leste-sul da cidade, apresentando novas perspectivas para a Cidade Tiradentes e seus habitantes, bem como aos bairros vizinhos. A interligação da Radial Leste com sua extensão na direção do extremo leste, e a conclusão da Av. Nova Trabalhadores, antiga Av. Jacu-Pêssego, estabelecendo uma nova relação com Guarulhos, Mauá e Santo André, introduzirão novos elementos que afetarão radicalmente a dinâmica da Zona Leste. Por fim, a Operação Urbana Jacu-Rio Verde (13.872-2004), destinada a alavancar as melhorias urbanas da região, será reavaliada e adequada à região, de maneira a apresentar soluções mais eficazes para as questões de urbanização e ocupação do solo.

# C a p í t u l o 2

Planejamento

**Gestão**

Saúde

Educação

Habitação

Assistência Social

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

## 1 DIAGNÓSTICO

As transformações pelas quais o País tem passado, no contexto das mudanças mundiais, redesenham as atribuições dos poderes públicos, suas relações com o setor privado e com os cidadãos. Nesse cenário, os avanços das tecnologias da informação e comunicação abriram enormes possibilidades para a Administração, internamente e nas suas relações com os cidadãos. São Paulo não ficou imune a essas transformações.

Para encaminhar soluções adequadas, o Estado Brasileiro, em qualquer em qualquer uma de suas três esferas constitucionais, vem abandonando o seu papel de produtor de bens e serviços, historicamente assumido em decorrência de um modelo de crescimento que já não corresponde às necessidades atuais.

Não é diferente no âmbito municipal: a globalização, a reorganização da economia, as inovações nas tecnologias da informação e da comunicação afetam os entes municipais, embora não retirem deles seu papel fundamental na vida pública.

Entretanto, a ausência de informações sistematizadas e de instrumentos de planejamento de médio e longo prazo acaba se tornando um fator limitador da capacidade de gerar estratégias de enfrentamento de situações adversas. O que revela a necessidade de definição de um novo modelo de gestão e de parcerias municipais para a implementação de políticas de gestão de pessoas nas áreas gerencial, técnica e tecnológica.

## 2 AÇÕES

Nesse contexto, a proposta da Secretaria Municipal de Gestão - SMG para o PPA 2006-2009 reflete a magnitude das tarefas que lhe foram conferidas e a necessidade de construir um novo modelo de gestão, que seja consolidado e aperfeiçoado ao longo do tempo. Essa proposta pode ser assim resumida:

- Coordenar e gerir Sistemas de Informações Estratégicas, de modo a ampliar a capacidade de decisão dos gerentes municipais; assegurar a coordenação das ações governamentais; disponibilizar indicadores que permitam avaliar a qualidade da gestão pública municipal; permitir o conhecimento e o controle público das ações de governo, valendo-se das ações do Governo Eletrônico como um dos instrumentos para alcançar tais resultados;
- Criar condições para o fortalecimento institucional da gestão, de maneira permanente, propondo novas formas de estruturação dos órgãos municipais, bem como de organização e prestação dos serviços públicos, de modo a: reduzir custos dos serviços prestados pela Administração Municipal; obter a contínua melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais; dinamizar os processos de trabalho; instituir estruturas ágeis, flexíveis, eficientes e eficazes;
- Conceber, implantar e gerir o Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário, com o objetivo de permitir o controle, gerenciamento e monitoramento do uso dos próprios municípios;
- Formular e gerir a Política Estratégica de Gestão de Pessoas, de forma a estabelecer e desenvolver a profissionalização e a capacitação continuada dos servidores municipais; atrair talentos para o serviço público de modo permanente e constante; garantir a instituição de sistemas adequados de carreiras, funções, avaliação de desempenho e de remuneração; readequar continuamente o quadro de servidores, tendo em vista a evolução tecnológica e os padrões estabelecidos para a prestação de serviços municipais; aprimorar as relações de trabalho na Prefeitura, coordenando as negociações e o diálogo com os servidores municipais e suas entidades representativas; promover a saúde do servidor municipal, perseguindo

- adequada qualidade de vida no trabalho; lutar pelo estabelecimento do Código de Ética do Servidor-Cidadão; implantar sistema informatizado e desconcentrado de gestão de pessoas;
- Estabelecer e gerir Sistemas Estratégicos de Logística, Suprimentos e Contratos, incluindo o Programa de Alimentação Escolar, com a definição de regras e padrões para a realização de compras e contratações, pelos órgãos municipais; assegurar a melhoria da qualidade dos bens adquiridos e serviços contratados; reduzir custos com logística e distribuição; identificar e estabelecer níveis adequados de desempenho, propondo, quando necessário, ações corretivas e de melhoria.

Este é o mote central da proposta para o PPA 2006-2009 da Secretaria Municipal de Gestão, que busca a implementação de um novo modelo de gestão, em função, de um lado, do esgotamento do modelo existente, com seu viés burocrático focado nas atividades meio e sem definição de prioridades; e de outro, pela ausência de um acompanhamento de resultados a partir de metas claramente estabelecidas. Trata-se de um modelo ultrapassado e que, em última instância, não atende às necessidades de respostas de uma sociedade moderna – além de comprometer as atividades públicas.

A modernização, embora não se caracterize como uma etapa inusitada da vida administrativa pública, não pode ser alcançada de súbito, nem acontecer por mera edição de decretos e outras normas, ou pela simples determinação superior. Trata-se de um processo contínuo e paulatino, que, iniciado, deve responder às transformações do meio social e responder às expectativas da sociedade.

# C a p í t u l o 3

Planejamento

Gestão

**Saúde**

Educação

Habitação

Assistência Social

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

## 1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O Município de São Paulo experimentou um deletério processo de desorganização do setor saúde, consubstanciado na implantação do PAS. Incompatível com as normas constitucionais e as diretivas do Sistema Único de Saúde, o PAS foi desmontado já na Administração de Marta Suplicy, recuperando os conceitos de universalidade e integralidade para as políticas públicas da cidade. A atual Administração completará a reconstrução do SUS no município, de modo a proporcionar saúde de qualidade para a população.

A construção do SUS num município como São Paulo tem características singulares em relação ao resto do País. De um lado, porque diversos sistemas de saúde acabam funcionando sobrepostos. A necessidade de coordenação entre os distintos sistemas, notadamente as universidades, as instituições estaduais e a estrutura municipal, coloca-se como ponto crucial para que o conjunto do sistema ganhe maior eficiência e incremente a capacidade de atendimento. No mesmo sentido, a falta de clareza com respeito à divisão de atribuições entre as esferas de governo frente aos níveis de assistência impediu que a hierarquização do sistema propiciasse ganhos de racionalidade. Além disso, por concentrar serviços de maior complexidade tecnológica, a cidade se responsabiliza pelo atendimento da demanda de outros Municípios, do Estado de São Paulo e mesmo de outras Unidades da Federação.

A forma de operação do SUS numa cidade como São Paulo, de outro lado, tem formas muito específicas. Embora os seguros e planos de saúde tenham grande peso, estimado em 47,2% (Pesquisa CEInfo-SMS-PMSP de 2004) de cobertura para a população paulistana, a utilização de serviços é extremamente diferenciada por segmentos. O Inquérito de Saúde realizado na Cidade de São Paulo por meio de convênio da SMS com a FSP-USP (ISA-Capital) revelou utilização dos serviços de saúde SUS variando de 70,7% para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil até 11,9% para consultas odontológicas. Analisaram-se ainda os usos dos serviços de saúde SUS para realização do pré-natal (63,3%), parto (63,4%), problemas de saúde nos últimos 15 dias (59,5%), internações nos últimos 12 meses (44,5%) e realização de exames preventivos de câncer do colo uterino (52,3%), câncer de mama (37,5%) e próstata (25,5%).

As dimensões da rede de saúde situada no município e o peso das demandas de usuários de fora da cidade podem ser compreendidas por meio dos números do sistema. Dos 179 hospitais da cidade (29.105 leitos), 76 realizam atendimentos pelo SUS (16.198 leitos). Sendo que os demais integram o sub-sistema privado. A rede pública produziu, em 2004, quase 593.000 internações, das quais 13% atenderam a municípios de outras cidades.

No que toca à rede ambulatorial do SUS, as 386 Unidades Básicas de Saúde (UBS) dão, tradicionalmente, suporte à Atenção Básica no município. Esta rede produziu, em 2004, 7,9 milhões de consultas médicas em nível básico. A transição ao modelo de Saúde da Família foi iniciada em 2001, mas atravessou expressivas dificuldades durante sua execução. Dentre as UBS, 176 contam com pelo menos uma equipe de Saúde da Família. Esta estratégia de reorganização do SUS a partir da atenção básica, lançada pelo Ministério da Saúde ainda na década passada, atinge uma parcela de pouco mais de 21% da população do município, sendo operada em parceria com 13 organizações governamentais e não governamentais, que são responsáveis pelas 685 equipes em atividade.

A atenção à saúde num município como São Paulo é impactada pela forte demanda por atendimento especializado. A rede ambulatorial, o SUS conta com 133 serviços de especialidades médico-odontológicas (Ambulatório de Especialidades Médicas, Centros de Apoio Psico-Sociais, Centro de Referência de DST/AIDS, Centros de Especialidades Odontológicas, dentre outros). Estes serviços têm crucial importância na retaguarda às Unidades Básicas de Saúde, de forma a impedir excessos de demanda junto à rede hospitalar e capacidade de articulação entre as UBS e o sistema de saúde.

Este conjunto de elementos acaba por se traduzir numa atenção à saúde caracterizada pela heterogeneidade ainda mais marcada que a registrada a nível nacional. Ao mesmo tempo que procedimentos de altíssimo custo e complexidade são realizados pelo SUS, tanto para populações de alta como de baixa renda, diversos procedimentos simplesmente não são realizados por deficiências no sistema. Estabelece-se assim, um sistema marcado por descontinuidades e problemas operacionais. A construção de um aparato regulador para coordenar ações e estabelecer as formas de acesso ao sistema é elemento crucial para o desenvolvimento do SUS.

Para se alcançar este nível de organização e na busca da atenção integral, estabeleceu-se o desenvolvimento de um sistema de regulação médica, com 5 Centrais Regionais de Regulação responsáveis por um território/população, além da Central Municipal, em conjugação de esforços com a Secretaria Estadual de Saúde.

As características da demanda por assistência à saúde apresentam profunda diversidade, dado que ainda persistem os agravos típicos de más condições de saneamento básico e debilidades derivadas da situação nutricional. É importante ressaltar o crescimento da população idosa (60 anos e mais) que, em 1991, representava 8% do total. Em 2000, este percentual se elevou a 9,3%, sendo que, na estimativa realizada pela Fundação SEADE para 2005 já se eleva a 10,1%, totalizando mais de um milhão de habitantes nesta faixa etária.

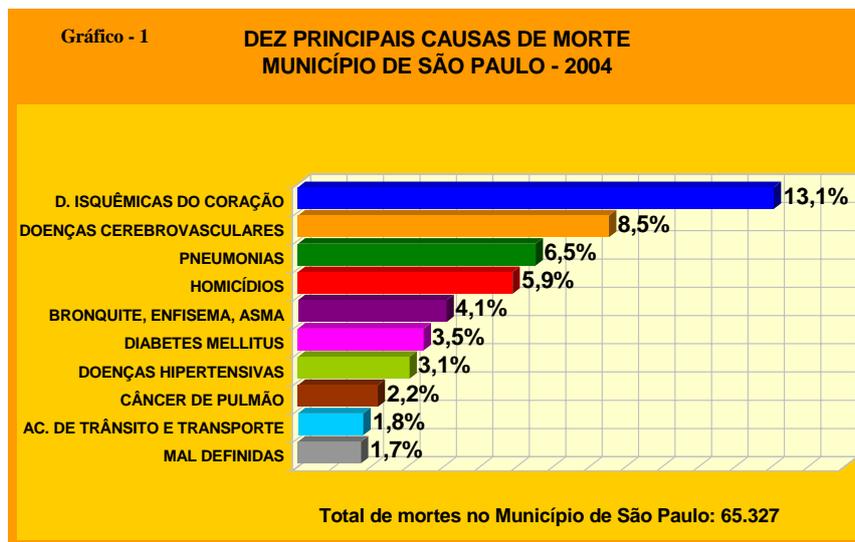
A heterogeneidade das condições de saúde da população pode ser aferida, também, numa abordagem espacial. Considerando as cinco Regionais de Saúde da Cidade os indicadores sociais estão sintetizadas no Quadro 1.

**Quadro 1**

Indicadores demográficos e socioeconômicos – Regionais de Saúde e Município de São Paulo							
Indicador	Ano	Centro-Oeste	Leste	Norte	Sudeste	Sul	Município
Nº de Habitantes	2.004	1.244.456	2.396.940	2.136.977	2.499.294	2.402.093	10.679.760
Taxa de crescimento populacional (% ao ano)	1996/2004	-1,03%	2,02%	1,01%	0,00	1,02%	1,01%
% de Crianças < 10 anos	2004	11,4	20,1	16,7	13,8	19,3	16,7
% de Adolescentes (10 e 19 anos)	2004	12,4	17,9	15,9	14,4	17,4	15,9
% de Idosos > 60 anos	2004	15,7	6,3	10,4	13,7	6,3	10,0
Taxa Bruta de Natalidade (por 1.000 hab)	2004	16,0	17,8	17,3	14,9	19,1	17,2
Taxa Bruta de Mortalidade (por 1.000 hab)	2004	7,5	4,8	6,6	7,3	4,7	6,1
% da População que não possui Plano ou Convênio de saúde	2000	39,2	62,7	54,1	48,4	58,9	53,8
% de Abastecimento de água com rede no(s) cômodo(s)	2000	99,0	97,3	97,9	99,0	94,7	97,6
% de Coleta de Esgoto em Rede	2000	96,7	84,1	89,4	95,0	71,9	87,2
% Lixo coletado por serviço de limpeza	2000	97,4	98,4	97,4	98,7	94,4	97,3
% Chefes de família com menos de 3 anos de estudo	2000	8,5	23,3	17,9	14,3	23,4	17,2
% Chefes de Família com 12 ou mais anos de estudo	2000	43,8	5,4	14,3	23,7	11,9	19,5
% População com renda familiar < R\$ 400,00	2000	21,5	43,3	32,8	28,0	40,9	35,3
% População com renda familiar > R\$ 2.660,00	2000	7,7	1,1	3,0	4,7	2,2	3,4

## 1.2 Morbimortalidade

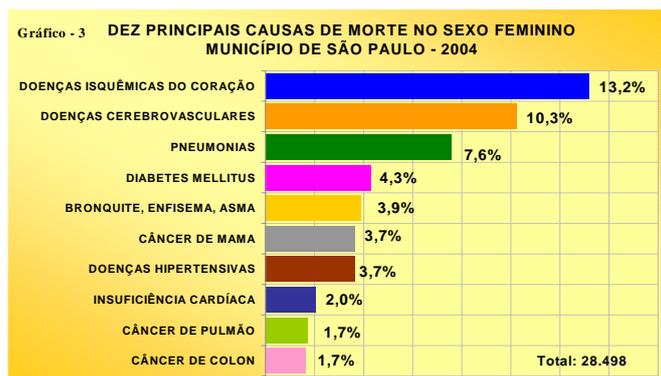
A Cidade de São Paulo convive com um perfil de morbimortalidade complexo. Há predomínio das mortes por doenças crônicas não transmissíveis, sendo que, em 2004, as doenças isquêmicas do coração representaram 13,1% do total de óbitos de residentes; as doenças cerebrovasculares 8,5%; as Pneumonias 6,5%; os homicídios 5,9% e o conjunto das doenças pulmonares obstrutivas crônicas 4,1%.(Gráfico - 1)



Quando observamos o perfil das causas de morte segundo sexo em 2004, entre os homens (Gráfico 2), os homicídios ocuparam a segunda posição na ordenação de causas de morte, respondendo por 9,7% dos óbitos. Em primeiro lugar registrou-se as doenças isquêmicas do coração (13%) e em terceiro, as cerebrovasculares (7,2%).



Para as mulheres (Gráfico 3), entre as principais causas de morte em 2004, predominaram as doenças crônicas não-transmissíveis, destacando-se as doenças isquêmicas do coração (13,2%), as doenças cerebrovasculares 10,3% e as pneumonias com 7,6%. Além dessas, destaca-se como quarta causa de morte o Diabetes Mellitus (4,3%) e o câncer de mama como sexta (3,7%).

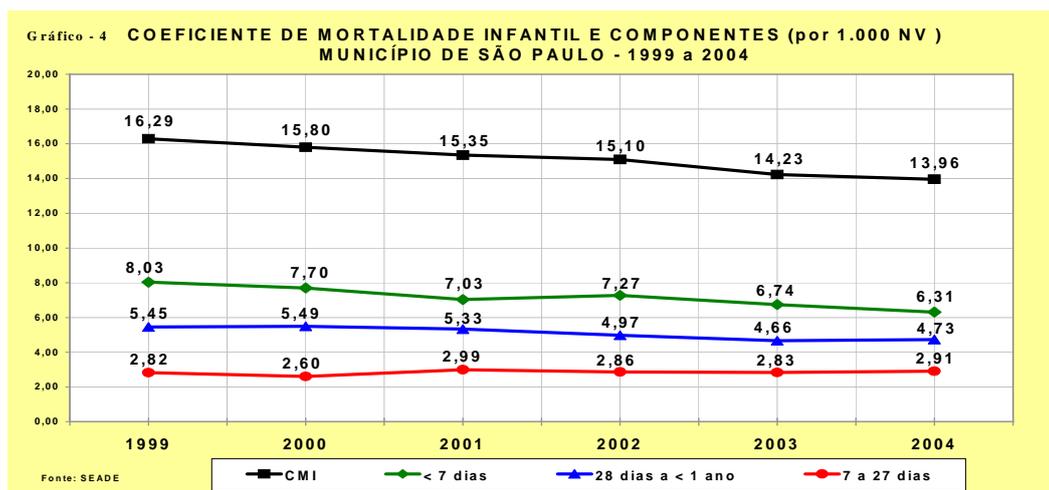


Quanto às doenças transmissíveis, a mortalidade mostra uma redução importante nos seus níveis na Cidade, em especial aquelas preveníveis por vacinação e melhoria no saneamento básico. Apesar desta redução a cidade apresenta números expressivos de doenças infecciosas. A tuberculose pulmonar bacilífera mostrou em 2004 um coeficiente de incidência de 30,2 por 100.000 habitantes o que representa mais de 3.200 casos novos da doença. O coeficiente de detecção de hanseníase no ano foi de 0,3/10000 habitantes. Foram detectados 350 casos de hanseníase em 2004 mantendo níveis semelhantes aos de anos anteriores. A dengue apresentou queda no número anual de 760 em 2003 para 10 casos autóctones em 2004. O coeficiente de incidência de sífilis congênita foi de 2,1 / 1000 nascidos vivos refletindo a ocorrência de 379 casos e indicando níveis muitos elevados desde 1999. Em relação a AIDS; a tendência de queda da mortalidade é verificada desde 1997, mantendo-se em 2004, com redução do número de mortes em relação ao ano anterior de 9,2%. A incidência da doença acompanha a tendência de queda.

### 1.3 Mortalidade Infantil e Materna

No perfil atual da mortalidade infantil observa-se o predomínio das causas relacionadas à gestação, parto e pós-parto imediato. Em 2004, 65,7% das mortes em menores de 1 ano na cidade de São Paulo ocorreram antes do primeiro mês de vida e cerca de 45,0% na primeira semana de vida.

A tendência da mortalidade infantil na cidade é de queda (**Gráfico 4**). No período mais recente a queda parece se relacionar mais diretamente com as intervenções de assistência à saúde materno-infantil, em especial à assistência ao parto e aos cuidados intensivos ao recém-nascido e ao prematuro, contribuindo para redução do componente neonatal (óbitos de 0 a 27 dias), em especial o precoce (0 a 7 dias). O coeficiente de mortalidade infantil diminuiu entre 2000 e 2004, de 15,8 para 13,96 por 1000 nascidos vivos, respectivamente.



Dados sobre nascimentos vivos na cidade mostram que a natalidade encontra-se estável nos últimos 3 anos. Ressalta-se, no entanto, em 2004 a alta proporção (9,5%) de recém-nascidos com baixo peso ao nascer e de gestantes adolescentes (14,8%). A proporção de cesárea como tipo de parto vem crescendo chegando a valores próximos a 50%. A proporção de adequação quantitativa do Pré-Natal vem apresentando ascensão chegando em 2004 com 65% de gestantes apresentando 7 ou mais consultas de pré-natal.

A razão de mortalidade materna mantém níveis elevados, superiores a 40,0/100.000 nascidos vivos na cidade em anos recentes. A criação dos Comitês de Prevenção das Mortes Maternas é estratégia incorporada com objetivo de investigar, estabelecer causas e intervir visando a redução do problema.

**Tabela 1**

INDICADOR	2000	2001	2002	2003*	2004*
Razão de mortalidade materna (por 100.000 NV).	54,5	55,1	53,4	43,6	52,2

\* Para 2003 e 2004 os dados são preliminares e sujeitos à revisão.

Fonte: Comitê de Mortalidade Materna do Município de São Paulo

## 1.4 Acidentes e Violência

As mortes no trânsito vêm apresentando queda na cidade tendo reduzido para menos da metade entre 1991 e 2004. Entre as mortes no trânsito destacam-se os atropelamentos, responsáveis por cerca de 50% do total de mortes por acidentes de trânsito na capital paulista em 2004.

As mortes por homicídio no Município de São Paulo tem apresentado queda nos últimos 3 anos (em 2001 registraram 5.990 óbitos e em 2004 foram 3.848, com queda de 35,75%). Entre os homens (adolescentes e adultos jovens), os homicídios ocuparam a segunda posição na ordenação das causas de morte, respondendo por 9,7% dos óbitos. Chama a atenção que as faixas etárias mais atingidas sejam de 15 a 19 anos (dos 3848 óbitos por homicídio, 37 ocorreram entre 10 a 14 anos e 626 entre 15 a 19 anos, totalizando 663 óbitos ou seja, 17,2%) e 20 a 29 anos (com 1609 óbitos, 41,81%). Para a faixa etária de 10 à 19 anos, em 2004, foram registrados 663 óbitos por homicídio, representando 71,4% do total de óbitos por causas externas nesta faixa etária (929 óbitos).

Outro agravo importante é o alcoolismo que provoca diretamente cerca de 1.200 mortes por ano na cidade de São Paulo constituindo-se num grave problema tanto pelas suas conseqüências diretas na saúde, quanto pelos diversos problemas na vida em sociedade. Estudos mostram que as pessoas que abusam ou dependem do álcool são vítimas ou agentes mais comuns de acidentes de trânsito, homicídios e outras formas de violência. O impacto social gerado por distúrbios do comportamento, absenteísmo, desemprego, entre outros, sugere a necessidade de uma ação articulada entre os serviços de saúde pública e a sociedade.

No entanto, deve-se atentar para o número muito mais expressivo de lesões não fatais e agravos psíquicos decorrentes da violência que demandam assistência e são subregistrados nos sistemas de informação de forma sistemática. Dentre esses, destaca-se a violência doméstica e a sexual, que são de abordagem difícil, pois, além de afetar mulheres, crianças em idade precoce e/ou idosos, muitas vezes é ocultado pelo próprio medo da vítima ameaçada.

Enfrentar o problema da violência na cidade é um desafio complexo que demanda iniciativas integradas entre setores e níveis de governo. Há necessidade da efetiva implantação do Plano Nacional de Segurança Pública, sua complementação com planos executivos e de igual abrangência nos níveis estadual e municipal, além da participação ativa da sociedade civil.

## 2 DIRETRIZES

A Secretaria Municipal de saúde tendo em vista a consolidação do SUS na cidade de São Paulo, estabeleceu as seguintes diretrizes para o Plano Plurianual: 2006-2009:

1. Redução da mortalidade infantil e materna mediante o reforço da capacidade de atendimento da atenção básica e da rede hospitalar
2. Incremento do Programa de Saúde da Família, como estratégia de potencialização da resolutividade da Atenção Básica
3. Disponibilização de medicamentos mediante novas formas de organização da assistência farmacêutica
4. Maior integração com as atividades desenvolvidas pela Secretaria Estadual e pelas demais instituições públicas e
5. Ampliação do acesso de pacientes crônicos ao tratamento, mediante incremento da capacidade de atendimento especializado
6. Aprimoramento da gestão do sistema, mediante estruturação de redes hierarquizadas entre os níveis de assistência e as esferas de governo
7. Melhoria da qualidade do atendimento à população e dos serviços de saúde em geral, especialmente mediante a conscientização e desenvolvimentos dos Recursos Humanos
8. Reforço das mudanças gerenciais e de sistemas de informação e regulação

## 3 PROGRAMAS

Para dar curso às diretrizes estabelecidas para o quadriênio 2006-2009 quatro grandes programas foram constituídos: a) integralidade da atenção; b) assistência farmacêutica; c) fortalecimento da assistência à saúde; d) SUS com Qualidade.

### 3.1 Integralidade da Atenção à Saúde

Integralidade da Atenção à Saúde é a maneira de especificar uma abordagem que contemple, de forma conjunta, as ações de promoção, prevenção, atendimento e reabilitação, tanto no que toca a indivíduos quanto no que tange aos contextos comunitários, sempre com o fim de reduzir os agravos à saúde.

Os eixos para estruturar as ações são a ampliação e implementação da estratégia de Saúde da Família, a atenção diferenciada a portadores de doenças crônicas, ampliação da atenção em saúde bucal, otimização dos recursos da atenção pré-hospitalar e hospitalar e o reforço da humanização dos serviços.

Cuidar Sempre: As condições crônicas têm papel importante na morbi-mortalidade do município de São Paulo, englobam doenças e agravos não transmissíveis (Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Doenças cardiovasculares), doenças transmissíveis com evolução prolongada (HIV-AIDS, hepatite, tuberculose, hanseníase), transtornos mentais e, deficiências físicas e estruturais permanentes. O aumento progressivo da população de idosos reforça a necessidade de estruturar o sistema de saúde com enfoque no cuidado contínuo, controle de agravos, prevenção de complicações, reabilitação e promoção de alteração de hábitos de vida.

Mãe Paulistana: Com o objetivo de reduzir a morbi-mortalidade materna e neonatal aprimorar as práticas assistenciais tendo como prioridades: facilitar o acesso e garantir qualidade à assistência ao pré-natal, parto, puerpério e ao recém nascido, identificar e realizar acompanhamento especializado a gestações de alto risco, capacitar a equipe de profissionais de saúde e implantar protocolos de assistência.

Unidades de Assistência Médica Ambulatorial – AMA: Com o objetivo de ampliar o acesso a atendimento médico não agendado a portadores de patologias de baixa complexidade nas áreas de clínica médica, pediatria e cirurgia geral /ginecologia, implementar 30 serviços de atendimento ambulatorial que serão instalados em Unidades Básicas de Saúde e Pronto Socorros isolados, definidos segundo avaliação de demanda e que têm área física compatível. Estes serviços funcionarão das 7 às 19 horas, de segunda-feira a sábado.

As principais ações previstas são:

- Aumentar a cobertura vacinal de Hepatite B e Poliomielite em menores de 1 ano de idade para 95%
- Aumentar a taxa de cura de hanseníase e tuberculose
- Implementar o programa de controle de roedores
- Implantar 120 Serviços de Assistência Domiciliar na Atenção Básica
- Reduzir a mortalidade infantil de 13,89 por 1.000 nascidos vivos para 11 por 1.000 nascidos vivos
- Reduzir a razão de mortalidade materna de 43,6 por 100.000 nascidos vivos para 37 por 100.000 nascidos vivos
- Aumentar a proporção de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal de 65,5 % para 80 % das gestantes acompanhadas
- Implementar 30 Unidades de Atendimento Médico Ambulatorial (AMA)
- Aumentar o nº de equipes de Saúde da Família para 1.200
- Implantar Equipes de Saúde Bucal em 50 Unidades com Programa de Saúde da Família
- Reduzir a taxa de cesáreas de 49,2% para 35% nos hospitais municipais
- Implantar projeto Hospital de Braços Abertos nos hospitais municipais
- Ampliar as bases do SAMU de 38 para 50
- Aumentar o nº de ambulâncias em atividade de 128 para 175

### 3.2 Assistência Farmacêutica

O acesso ao medicamento é, sem dúvida, um elo indispensável da assistência à saúde. Seu desenvolvimento ficou, nos últimos anos, bem aquém do avanço da assistência em geral. Cabe, portanto, aumentar o acesso aos medicamentos, o que implica implementar todo o ciclo técnico-científico e logístico da Assistência Farmacêutica, com a finalidade de apoiar as ações de saúde. Serão desenvolvidas atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos, elaboração de protocolos de utilização de medicamentos e orientação dos usuários quanto ao uso de fármacos.

Remédio no Posto: Assegurar o acesso à população aos medicamentos padronizados, por meio do abastecimento regular das unidades da rede municipal de saúde, conforme as especificidades dos serviços que a compõe.

Programa Remédio em Casa: Implantar em 100% das Unidades Básicas de Saúde o para portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes cadastrados e acompanhados nas unidades, de acordo com o protocolo.

Principais ações:

- Assegurar abastecimento regular de medicamentos padronizados nas unidades da rede .
- Assegurar abastecimento regular de medicamentos para pacientes com diabetes e hipertensão arterial em 100% das unidades básicas de saúde
- Implantar a dispensação de medicamentos básicos nos Hospitais, Prontos Socorros e Pronto Atendimentos municipais para garantir a medicação pós-alta.

### 3.3 Fortalecimento da Assistência à Saúde

Realizar a manutenção e expansão da rede de equipamentos de saúde nos vários níveis de complexidade com o objetivo de ampliar o acesso, a qualidade e a eficiência da atenção prestada tendo como base a regionalização, a discriminação positiva das populações mais vulneráveis, a demanda potencial, e o planejamento ascendente das ações.

Principais ações:

- Construir 4 novos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ)
- Construir 15 novas Unidades Básicas de Saúde (UBS)
- Construir / implantar 13 novos Centros de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS Adulto)
- Construir / implantar 7 novos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS Álcool e Drogas)
- Construir / implantar 7 novos Centros de Atenção Psicossocial infantil / adolescente (CAPS Infantil / adolescente)
- Construção / implantar 12 bases do SAMU
- Reformar 392 Unidades de Saúde da rede municipal
- Reformar os 15 hospitais municipais
- Reformar 12 Pronto-socorros municipais

- Reformar 5 pronto-atendimentos
- Construir e equipar 10 Ambulatórios de Especialidades de Alta Resolução
- Implantar 11 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)
- Construir e implantar o Hospital de M'Boi Mirim
- Construir e implantar o Hospital de Cidade Tiradentes

### 3.4 SUS Com Qualidade

Aprimorar a qualidade da atenção prestada por meio da integração do sistema de saúde, aperfeiçoamento da gestão, formação e capacitação de Recursos Humanos, incorporação de tecnologia em saúde, acompanhamento e avaliação sistemática dos serviços, com a participação ativa do controle social.

Implementar o Sistema de regulação do Município, tendo como objeto as consultas de especialidades, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), leitos de internação e urgência-emergência pré e inter-hospitalar.

Saúde de Braços Abertos Implementar ações, programas e práticas assistenciais que promovam uma cultura de cuidado, participação e diálogo envolvendo usuários, profissionais, familiares, gerentes e gestores.

A Humanização da assistência pressupõe a garantia de acesso, a abordagem integral a saúde, o atendimento de boa qualidade, o trabalho realizado em equipe por profissionais motivados e capacitados de uma rede de serviços de saúde integrada.

Isto significa o aumento de Leitos de especialidade clínica (SUS) regulados através da Central de Leitos de 21% para 50%; 1<sup>as</sup> consultas de especialidades reguladas através das Centrais Municipais de Regulação de 46% para 60% e aumento significativo de Certificação de Qualidade de serviços da rede própria.

Principais ações:

- Capacitação e desenvolvimento de 70% dos profissionais de nível superior, médio e técnico da Secretaria Municipal de Saúde
- Aprimorar o Sistema de Regulação do Município das consultas de especialidade, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), leitos e urgência/emergência inter-hospitalar
- Implementar Serviços de Atenção aos Usuários (SAU) em todas as unidades de saúde

# C a p í t u l o 4

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
**Educação**  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1 Introdução

Dentre os múltiplos desafios a serem enfrentados pela Administração Municipal nos próximos anos, as melhorias na qualidade e no acesso à educação pública despontam como prioridades.

Particularmente numa sociedade como a brasileira, marcada pela heterogeneidade, a educação é um fator capaz de promover a coesão social. Além de resultados em termos de aprendizagem propriamente dita, os sistemas educacionais podem ajudar na redução das disparidades, criando possibilidades individuais de inserção na sociedade, associadas ao pertencimento a grupos socialmente menos favorecidos, definidos por condições de raça, gênero, perfil socioeconômico da família e outros.

Constata-se que o grande esforço de universalização do ensino fundamental e de expansão do ensino médio, que se assistiu no País na última década, gerou significativos resultados em termos de acesso à educação básica, com 96% das crianças de 7 a 14 anos freqüentando a escola. Esse sucesso, entretanto, não foi acompanhado da melhoria na qualidade do ensino e no desempenho dos alunos. Os resultados das avaliações de rendimento escolar indicam a necessidade de adoção de medidas urgentes que visem a assegurar melhorias no aproveitamento, apontando soluções para os problemas detectados.

No Estado de São Paulo, os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) mostram que a maioria dos alunos da rede pública vem sistematicamente apresentando desempenho crítico, em geral, e, em especial, nas disciplinas de português e matemática. Os resultados obtidos em 2003 mostram que, nessas duas matérias, 45,6% e 63,2% dos alunos, respectivamente, encontravam-se em situação difícil.

O Município de São Paulo reproduz as dificuldades vividas no plano nacional no que diz respeito ao estabelecimento de uma educação pública, universal, de qualidade. A construção de uma trajetória nesse sentido, e a busca de resultados positivos no curto prazo, definem a proposta de atuação na área educacional explicitada neste Plano Plurianual.

## 2 A situação atual

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo conta com 1.512 escolas, distribuídas em 13 Coordenadorias de Educação. São 459 Escolas de Ensino Fundamental (EMEF), 8 Escolas de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM), 6 Escolas de Educação Especial (EMEE), 14 Centros Integrados de Jovens e Adultos (CIEJA), 2 Centros Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCT), 464 Escolas de Educação Infantil (EMEI), 334 Centros de Educação Infantil (CEI -Direto), 222 Centros de Educação Infantil Conveniados (CEI-Conveniado), e 3 Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI).

São aproximadamente 1,1 milhão de alunos, 52% deles matriculados no Ensino Fundamental, 34% na Educação Infantil, 13% na Educação de Jovens e Adultos e 1% no Ensino Médio. O atendimento a eles é feito por cerca de 70 mil funcionários, 75% deles profissionais do magistério.

Nas escolas de ensino fundamental, médio e de educação infantil, há 572 salas de leitura. Estão em funcionamento 470 laboratórios de informática educativa nas escolas de ensino fundamental, médio, educação especial e nos Centros Integrados de Jovens e Adultos (CIEJA). Outros 56 laboratórios estão em funcionamento nas escolas de Educação Infantil. Há 153 salas de apoio pedagógico, com professores designados. Esses profissionais têm a função de planejar e realizar atividades de apoio aos professores, em conjunto com os coordenadores pedagógicos,

para o atendimento de alunos do ensino fundamental com dificuldades de aprendizagem, bem como atuar junto aos próprios alunos.

O fato de contar com a vinculação de 31% dos recursos de impostos arrecadados e transferidos ao Município, com uma rede de escolas bem estruturada e um quadro de profissionais do magistério de bom nível de formação, contribui para a implementação de uma proposta de trabalho de qualidade.

Já com relação aos principais desafios com que se depara a Rede Municipal de Ensino, destacam-se a necessidade de ampliação do atendimento na educação infantil, e a melhoria da qualidade em todos os segmentos, especialmente no ensino fundamental. Esses dois pontos desdobram-se em um amplo conjunto de programas, que estruturam o plano de trabalho apresentado.

Com relação ao ensino fundamental, a principal dificuldade é a falta de qualidade da rede de escolas: a universalização do ensino fundamental no município vem sendo garantida pelas escolas públicas estaduais e municipais, e 70% das pertencentes à Prefeitura vêm funcionando em três turnos diurnos. A quantidade de alunos por turma é também muito grande, na maior parte das regiões do município, prejudicando o trabalho pedagógico e os seus resultados.

Tais informações indicam a necessidade de racionalização do atendimento e ampliação da rede municipal, bem como a reorganização e a integração do atendimento das duas redes públicas, a estadual e a municipal. Já com relação aos aspectos mais diretamente ligados ao pedagógico, a proposta de trabalho em implantação centraliza a atuação sobre as competências de leitura e escrita.

### **3 Programas e ações**

Visando assegurar o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, a atuação da Secretaria Municipal da Educação está pautada na ampliação e melhoria das condições de oferta em todos os segmentos de responsabilidade do município, no aproveitamento do potencial formativo existente e disperso pela cidade, e na valorização dos profissionais da educação, de forma a criar as possibilidades para a melhoria dos resultados educacionais e garantir oportunidades de inclusão de crianças, jovens e adultos.

Os Programas e ações da Secretaria estruturam-se de forma a incorporar os principais eixos definidos para cada uma das dimensões consideradas: a administrativa, a pedagógica e a de ampliação do atendimento aos alunos no pré e pós-turno e nos finais de semana.

#### **3.1 Dimensão administrativa**

Com relação à dimensão administrativa, os principais eixos definem-se da seguinte maneira: pela autonomia das escolas; pela criação das condições de bom funcionamento (infra-estrutura física, equipamentos e pessoal); e pela ampliação da rede municipal (própria e conveniada).

O fortalecimento da unidade escolar e a ampliação de sua autonomia pressupõem a definição de uma lógica de funcionamento da rede que tenha a escola como o centro da ação. A perspectiva é de ampliação do poder de decisão da escola, da sua integração com a comunidade e da possibilidade de controle social por parte da comunidade local.

Entende-se que o fortalecimento do papel social da escola seja essencial para que ela possa oferecer uma educação escolar que contribua efetivamente para o desenvolvimento pessoal

de cada aluno, e permita a construção de seus projetos de vida na complexa sociedade em que vivemos.

Para tanto, especial atenção é dada à integração das redes municipal e estadual de ensino. Face à complexidade da demanda e à dimensão das duas redes no município, a atuação conjunta é essencial para a racionalização do atendimento, possibilitando a redução dos turnos intermediários, da quantidade de alunos por turma e de deslocamentos de alunos.

No que diz respeito à ampliação do atendimento, o grande desafio refere-se à educação infantil. Como esse segmento é muito diferenciado, considera-se a existência de três faixas etárias com características de atendimento distintas: a primeira compreende crianças de 0 e 1 ano; a segunda, a crianças de 2 e 3 anos; e a terceira, a crianças com 4, 5 e 6 anos.

O acesso à primeira série do ensino fundamental se dá quando a criança completa 7 anos. Com relação às crianças de 4 a 6 anos, o atendimento realizado no município já atende a demanda, estando de acordo com as metas definidas no Plano Nacional de Educação. Com relação à faixa etária de 2 a 3 anos, o atendimento é realizado em creches da própria administração municipal e nas conveniadas.

A expansão do atendimento no ritmo e intensidade necessários para suprir a carência de vagas, exigirá a intensificação na realização de convênios. Nessa perspectiva, cabe à Secretaria Municipal da Educação a clara definição de padrões de atendimento, de instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação das atividades e das instituições conveniadas.

Já com relação às crianças na faixa de 0 a 1 ano, essa será feita também por intermédio da intensificação das parcerias com empresas, pela via do cumprimento do estabelecido na CLT, em seu artigo 389, §1º, e nas convenções coletivas das categorias trabalhistas, bem como pelo estímulo a soluções locais, especialmente pela via de convênios, respeitando proximidades com local de moradia ou de trabalho, tempo de permanência no trabalho e outras.

No ensino fundamental, além da racionalização da utilização da rede física existente, com a substituição da totalidade das escolas e classes metálicas, estão previstas construções de novas escolas. O objetivo disso é extinguir os turnos intermediários, reduzir a quantidade de alunos por turma e atender as crianças em escolas próximas às suas casas. Melhorias nas instalações e equipamentos das escolas estão também previstas.

A racionalização da utilização da rede tem como um de seus componentes a maximização da proximidade da escola do local de residência dos alunos, o que remete à questão do transporte escolar. Aqui também a situação é crítica. Na perspectiva de descentralização, a racionalização da rede de escolas municipais associa-se à descentralização do transporte escolar, com vistas a imprimir uma lógica local à questão do transporte de alunos, favorecendo a visibilidade e o controle social sobre os serviços prestados.

Também no segmento de educação de jovens e adultos trabalha-se com a expansão do atendimento vinculada à melhoria da qualidade, compreendida pela perspectiva da aprendizagem formal e da preparação dos jovens e adultos para o trabalho. A reformulação dos cursos privilegia a inserção de conteúdos e práticas pedagógicas que propiciem uma formação orientada nesse sentido, bem como a articulação com cursos profissionalizantes, de nível básico, ofertados por instituições públicas e privadas.

### 3.2 Dimensão pedagógica

Com relação à dimensão pedagógica, o desafio é fazer com que as ações implementadas no sistema cheguem às salas de aula e alterem a relação entre ensino e aprendizagem. Entende-se que, para que as transformações nas escolas se consolidem em práticas coerentes, é necessário que as ações de formação apóiem diretamente os professores na sua atuação na sala

de aula, canalizando as concepções educacionais discutidas e as competências profissionais trabalhadas para a garantia de melhores condições de aprendizagem aos alunos.

Parte-se da constatação de que há na rede profissionais e recursos disponíveis para implementar uma proposta de trabalho de qualidade, para ampliar a competência em leitura e escrita dos alunos.

Nesse sentido, colocam-se como metas:

- Consolidar a organização e funcionamento da rede como espaço de autoria na formação continuada e produção do conhecimento didático.
- Alfabetizar todos os alunos do 2º ano do Ciclo I em diante.

Na educação infantil, a prioridade é dada por “focar o cuidar, o educar e a cultura da infância, como eixos nos fazeres cotidianos dos CEIs e EMEIs”.

Com base no reconhecimento de que o processo de descentralização e de autonomização das escolas seja acompanhado de ampliação das responsabilidades administrativas, assume-se e reitera-se a dimensão pedagógica como aquela que articula a gestão escolar. E é com base nesse reconhecimento que também as ações e projetos da Diretoria de Orientação Técnica da Secretaria Municipal da Educação (DOT/SME) reorientam-se de forma a serem incorporados nos projetos pedagógicos das unidades educacionais.

No que se refere aos processos de formação, assumem-se as unidades educacionais como centrais, de forma coerente com a diretriz de fortalecimento das escolas. Isso significa que a formação de professores é definida e planejada a partir das necessidades reais de cada unidade escolar, o que se realiza com base no trabalho conjunto com as 13 Coordenadorias de Educação.

Os principais projetos desenvolvidos por DOT/SME organizam-se segundo a estrutura da diretoria, que é composta por um núcleo - Círculo de Leitura e Escrita; e três divisões: de Ensino Fundamental, Médio e Educação Especial; de Educação infantil; e de Educação de Jovens e Adultos.

### 3.2.1 Círculo de Leitura e Escrita

Esse Núcleo é responsável pela coesão das propostas de formação de leitura e escrita, definidas como prioridade da Secretaria e que permeiam a atuação das Divisões de Ensino Fundamental e Médio e de Educação de Jovens e Adultos. Seguem-se os principais projetos e atividades do núcleo.

- ***Gestão Pedagógica – ler e escrever na escola***

Os objetivos são dados por: (i) fortalecer a rede; (ii) criar condições institucionais favoráveis à aprendizagem da leitura e da escrita; e (iii) melhorar os resultados da aprendizagem da leitura e da escrita.

Trata-se de proposta de formação que se apóia na integração dos atores envolvidos, suas necessidades e expectativas e, portanto, não consiste de modelos prontos. Dados seus objetivos de formação de leitores e escritores competentes, volta-se ao ensino fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Estruturam-se as ações por meio de adesão, tanto da Coordenadoria de Educação quanto das escolas, e no caso destas últimas envolve a participação completa da equipe pedagógica: diretor, coordenadores pedagógicos e supervisores que as acompanham. As ações de formação

se desenvolvem nas coordenadorias de educação, que constituem equipes escolares que se responsabilizam pelas condições de formar alunos escritores e leitores competentes.

A proposta prevê a participação de todas as escolas, porém o processo de implantação é gradual, por depender de adesão, e o processo é realizado em grupos de trabalho com no máximo dez escolas, que podem ocorrer em paralelo ou sucessivamente.

- ***SOS OSL – Orientadores das Salas de Leitura***

Tem por objetivos: (i) tornar a sala de leitura um espaço mais organizado e melhor aproveitado; (ii) potencializar a formação de leitores dentro da escola.

A ação constitui-se de oficinas com os professores habilitados em planejar e realizar atividades nas salas de leitura das escolas. Tem o caráter de realização de atividades práticas, discussões e aprendizagem de procedimentos para potencializar a formação de leitores dentro da escola.

Visa contribuir para o fortalecimento das práticas desses professores, e parte da constatação de que a maioria das escolas tem uma sala de leitura composta por um acervo de boa qualidade, e conta com professores habilitados a utilizá-las.

- ***Por dentro da sala de aula***

Esta ação tem por objetivo apoiar as equipes DOT das Coordenadorias responsáveis pelo trabalho de leitura e escrita, na perspectiva de constituir e formar equipes de formadores. Trata-se de atividade de suporte do Círculo de Leitura e Escrita às equipes de DOT nas coordenadorias, fornecendo subsídios didáticos e metodológicos para o trabalho de formação desenvolvido por essas equipes junto aos professores da rede.

### ***3.2.2 Ensino fundamental, médio e educação especial***

Esta Divisão tem como finalidade de: articular, acompanhar e avaliar os projetos e programas que compõem as ações do Ensino Fundamental e médio junto às coordenadorias e escolas; contribuir para o debate e reflexão sobre a cultura institucional presente na rede, em favor da aprendizagem dos alunos e transformação da escola em um ambiente de aprendizagem permanente para todos os seus segmentos; acompanhar o trabalho realizado nas coordenadorias, contribuindo para a formação de formadores; produzir documentos norteadores da implementação das políticas da SME para o Ensino Fundamental e Médio.

Dentre as ações em desenvolvimento, as prioritárias associam-se ao desenvolvimento da competência leitora e escritora no Ciclo II, acreditando que outras ações, como o Educom e o Mão na Massa possam também contribuir para a aprendizagem dos alunos. Segue-se uma breve descrição desses programas.

- ***Desenvolvendo a competência leitora e escritora no Ciclo II***

Tem por objetivo melhorar a competência leitora e escritora dos alunos do ciclo II do Ensino Fundamental. Estrutura-se de forma a definir e realizar ações de formação junto às equipes

DOT das Coordenadorias de Educação, na perspectiva de constituir e formar equipes de formadores que, por sua vez, atuarão junto às equipes das escolas. Para tanto, compreende duas etapas: a primeira, de diagnóstico; a segunda, envolvendo ações de formação propriamente ditas. Além disso, inclui a oferta de cursos opcionais a professores voltados a discutir as orientações didáticas das práticas de leitura e escrita nas diferentes áreas do conhecimento.

- ***Mão na Massa – iniciação científica no Ciclo I***

Este projeto vem sendo implementado na rede desde 2001, e é fruto de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação, a Academia Brasileira de Ciências e o Consulado Francês em São Paulo. Tem por objetivo a construção de conceitos e procedimentos científicos a partir de metodologia investigativa. Visa também ao desenvolvimento da comunicação oral e escrita.

Atualmente, o projeto é desenvolvido em 40 escolas. O objetivo da Secretaria é garantir a continuidade do projeto e desenvolver instrumentos e mecanismos de acompanhamento e avaliação nas escolas participantes, para definir as condições para a sua ampliação para outras coordenadorias e escolas. Para tanto, as ações de formação dos professores e equipes estão sendo continuadas.

- ***Nas ondas do Rádio-Educom***

O projeto foi implantado na rede entre 2001 e 2004. As equipes das 455 escolas de Ensino Fundamental e Médio passaram por formação em Edu-comunicação, e 244 delas receberam equipamentos (uma estação de rádio e 10 caixas receptoras). O projeto contribui como mais um aliado para o desenvolvimento da competência escritora, leitora e a oralidade de crianças e jovens.

O projeto será continuado e incrementado, envolvendo a formação de equipes DOT das Coordenadorias de Educação, coordenadores pedagógicos das escolas e alunos. As atividades destinam-se essencialmente a escolas que ainda não iniciaram os projetos e àquelas que desejam aprofundá-lo. Estão previstas compras de novos equipamentos para as escolas, bem como remanejamentos das que não pretendem utilizá-los.

### ***3.2.3 Divisão de Educação Infantil***

Esta divisão tem entre suas propostas atuar na formação continuada de gestores pedagógicos das EMEIs e CEIs (diretores e coordenadores pedagógicos) e das Coordenadorias de Educação (supervisores e demais educadores), focando a otimização dos tempos e espaços de aprendizagem e o educar e cuidar, de forma indissociável, tendo a cultura da infância como pressuposto básico.

### ***3.2.4 Divisão de Educação de Jovens e Adultos***

Esta divisão é responsável pelo atendimento dos jovens acima de 15 anos e adultos das escolas de Ensino Fundamental, dos CIEJAs (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), MOVA (Movimento de Alfabetização) e CMCT (Centro Municipal de Capacitação e Treinamento). Apesar de atender o mesmo público, as ofertas na rede são diversificadas: a EJA

atende a escolaridade completa do Ensino Fundamental (Ciclos I e II); o MOVA, alfabetização inicial; os CIEJAs, a formação do Ensino Fundamental complementada com o ensino profissionalizante básico; e o CMCT, somente a educação profissional de nível básico.

As ações compreendem todos os segmentos, particularmente aquelas de formação voltadas à EJA, nos Ciclos I e II, e estão atreladas à proposta sobre ler e escrever assumida para o ensino fundamental.

### 3.3 Dimensão de ampliação do atendimento

Com relação à dimensão de ampliação do atendimento aos alunos no pré e pós-turno e nos finais de semana, o programa São Paulo é uma Escola que articula o conjunto das ações desencadeadas pela Secretaria Municipal da Educação.

O programa tem por objetivo geral organizar as oportunidades de inclusão de crianças, jovens e adultos no contraturno da escola, numa perspectiva educativa que compreende as práticas pedagógicas, culturais e sociais, por meio de atividades significativas e relevantes nas escolas e nos espaços públicos da cidade, que se torna educadora, fortalecendo a Escola Pública em seu papel fundamental de promover e assegurar a educação de qualidade para todos. Destina-se a alunos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio das escolas da rede pública municipal, cujas famílias tenham aderido ao Programa.

O Programa São Paulo é uma Escola que parte da constatação de que a cidade tem excepcional potencial formativo, que pode ser mobilizado, complementando as atividades realizadas nas escolas, de forma a realizar um trabalho pedagógico consistente. No âmbito desse programa, a Secretaria Municipal de Educação organizará gradualmente a realização desse potencial, proporcionando aos alunos a oportunidade de usufruir das condições que propiciem vivências diversificadas, ampliando as possibilidades de formação oferecidas pela escola.

As atividades implementadas no âmbito do programa seguem as diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e vinculam-se aos projetos pedagógicos da escola, partindo do princípio de que o conhecimento se constrói numa perspectiva sócio-histórica, que inclui aspectos culturais e psicológicos, e supõe a interação entre os indivíduos que participam do processo formativo. A implementação do programa pressupõe, portanto, o estabelecimento de fortes vínculos interdisciplinares, propiciados pelas vivências diversificadas, e a efetivação de um modelo participativo na rede de ensino, definido a partir do engajamento de instituições públicas, não governamentais e privadas, bem como de cidadãos. Em essência, trata-se de organizar ações que ampliem o tempo e o espaço das crianças e jovens sob o estímulo da escola, e de setores da comunidade a ela engajados, nos objetivos de formação.

O programa abrange três dimensões: organização da vida escolar dos estudantes; de ações culturais e esportivas; e de ações promotoras de saúde.

Na sua primeira dimensão, a de organização da vida escolar dos estudantes, o programa favorece a implementação de uma concepção de educação integral, envolvendo ações pedagógicas referidas a atividades de reforço, recuperação paralela e orientação para o desenvolvimento de hábitos de estudo, com ênfase nas atividades de leitura e escrita. Inclui também ações na área de informática, tendo como um de seus objetivos principais propiciar a inclusão digital, essencial no processo formativo dos cidadãos. Atividades artísticas e na área de educação física, orientadas por professores da rede municipal, incluem-se nessa dimensão.

Na dimensão de organização de ações culturais e esportivas, as atividades programadas e inseridas no projeto da escola podem se estender para outros espaços, além do escolar, onde se

organizem atividades sociocomunitárias que contribuam para o desenvolvimento de crianças e jovens.

Na dimensão da saúde e educação, trabalha-se com o conceito de Escola Promotora de Saúde: é aquela que tem uma visão integral da criança e do jovem, em seu ambiente familiar e social, e que fomenta o seu desenvolvimento saudável, promovendo relações construtivas e harmônicas. Essa escola promove atitudes para a saúde, conta com instalações adequadas e atmosfera psicológica positiva para a aprendizagem, estimulando a autonomia, criatividade e participação dos alunos e da comunidade escolar.

As ações a serem desenvolvidas são:

- De detecção de situações de risco à saúde;
- Na área de saúde bucal;
- Na área de saúde mental;
- Na área de desenvolvimento da linguagem;
- De proteção ou prevenção auditiva;
- Voltadas para a inclusão de pessoas com deficiências;
- Sobre temas de saúde tais como: educação sexual e prevenção de DST/AIDS, prevenção ao uso de drogas, ao uso abusivo de álcool e tabaco, prevenção da gravidez na adolescência, cuidados com a própria saúde, violência e saúde, e acolhimento e inclusão de pessoas com deficiência ou sofrimento mental.

Grande parte das condições prévias necessárias para a implantação do programa já foram realizadas, incluindo: a normatização das condições para a celebração de convênios da Secretaria com ONGs, fundações, institutos e associações para o desenvolvimento de atividades dentro do programa; a regulamentação do repasse de recursos para as Associações de Pais e Mestres, para a implementação dos projetos e atividades no âmbito do programa. O processo de capacitação para professores e para educadores comunitários já foi iniciado, e diversos projetos vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria, com o intuito de organizar um conjunto de atividades que compõem o programa. Cabe a cada escola a estruturação de projetos no âmbito do programa, com a programação das atividades a serem desenvolvidas, bem como a sua implementação.

Projetos específicos apoiados na utilização de equipamentos públicos, visando a agilizar a implantação do Programa e levando em conta características específicas de cada região, vêm sendo implementados pela Secretaria. Dentre eles, destacam-se:

- Sambódromo – nesse espaço organizam-se oficinas culturais, esportivas, de línguas estrangeiras e atividades de acompanhamento escolar.
- Balneários – nos 24 balneários distribuídos pela cidade organizam-se atividades de práticas esportivas.
- Centros Educacionais Unificados (CEU) – as instalações dos CEUs favorecem a implementação do programa nessas escolas e também naquelas de seu entorno. A formas de organização das oficinas desenvolvidas nesses espaços seguem os procedimentos adotados para o Sambódromo.
- O Centro Pode Ser Uma Sala de Aula – integra-se ao Projeto de Revitalização do Centro e ocorre sob a coordenação da Subprefeitura da Sé, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e apoio de outros parceiros. Garante o acesso dos alunos das escolas municipais ao patrimônio cultural do centro da cidade, numa perspectiva de enriquecimento cultural, articulando conteúdos de história, geografia, ciências da natureza e meio ambiente.
- Ibirapuera – Assim como em outros parques da cidade, este projeto ocorre sob a supervisão da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e desenvolve atividades culturais, esportivas e de meio ambiente para as escolas de seu entorno. No caso específico do Projeto Ibirapuera, incluem-se atividades no Museu Afro Brasil, Museu de Arte Moderna (MAM) e Pavilhão da Bienal.

# C a p í t u l o 5

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
**Habitação**  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1 Diagnóstico

### 1.1 Introdução

O objetivo central da política de habitação é a universalização do acesso à moradia, direito estabelecido na Constituição Brasileira.

Soluções diversificadas para atender às necessidades habitacionais da população são bastante conhecidas. Resta, porém, oferecer alternativas adequadas às aspirações e condições socioeconômicas das famílias, para que o déficit e as necessidades habitacionais sejam progressivamente eliminados.

Os programas, nesse sentido, precisam ter caráter permanente e suas condições de acesso devem ser democratizadas com equidade. O tratamento a ser dado aos beneficiários, do ponto de vista econômico e social, ou quanto à atribuição de prioridades de atendimento, deve garantir direitos e deveres iguais para grupos homogêneos da população. Além disso, os programas e projetos devem ser acompanhados, monitorados e ter seus resultados técnicos, econômicos, sociais e operacionais avaliados de forma profissional, sem permitir que fatores externos distorçam seus resultados.

A renda insuficiente para adquirir ou alugar habitações adequadas, e a falta de oferta, pelo poder público, de habitações acessíveis às famílias mais pobres, são as causas mais importantes do déficit habitacional. Essa situação resulta de uma combinação básica de dois fatores:

**Renda x Custos da moradia** - 22% da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza. A renda disponível é gasta em alimentação, nada restando para o pagamento das despesas e serviços da habitação. O alto custo da terra disponível e da habitação, e o financiamento insuficiente, geralmente direcionado às famílias de renda média, explicam o grande número de famílias vivendo em assentamentos informais e em moradias ilegais e precárias;

**A falta de direcionamento das ações públicas** - Os recursos do Orçamento Geral da União, que de fato são os únicos direcionados para os programas de urbanização de sub-habitações, ainda representam pouco mais de 2% do total de R\$ 42,5 bilhões do SFH e recursos da Caixa Econômica Federal. Mesmo considerando que 70% dos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) venham a atender famílias de até 5 salários mínimos, pode-se constatar que somente 11% dos recursos do sistema atual, controlados pela esfera federal, são direcionados para as faixas mais carentes.

### 1.2 O diagnóstico atual

Pode-se afirmar que os problemas se concentram na falta de gestão adequada e de um sistema de informações a ser compartilhado com todos os atores participantes da cadeia produtiva da habitação de interesse social, mais do que na falta de recursos.

O orçamento da Caixa Econômica Federal, no item habitação, e especialmente para a população de baixa renda, nunca é realizado, sobrando recursos para serem aplicados nos anos subsequentes. O Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado em 1999 para aplicar, em 2 anos, R\$ 3 bilhões de reais para atender famílias de até 4 salários mínimos, encontra-se no 6º ano de vida, com saldo de recursos, e redirecionado para renda de até 6 salários mínimos.

### 1.3 A revitalização do Centro

O Plano de Revitalização do Centro da Cidade de São Paulo, que abrange um conjunto de ações, inclui o Plano de Habitação e deve orientar o dimensionamento e a aplicação dos programas habitacionais que podem ser viabilizados para esta região.

São grandes as disponibilidades de áreas e, sobretudo, edifícios desocupados na região central: prédios a serem reformados ou adaptados com mudança de uso, construções deterioradas que podem ser substituídas por edifícios residenciais, regiões com baixa densidade populacional, todos constituem possibilidades para o provimento de alternativas de moradia. A existência de mais de 40 mil unidades habitacionais vagas na região, sem levar em conta as moradias de uso ocasional, é fator importante na articulação dos programas de financiamento e ações com o mercado privado.

A proximidade com sistemas de transportes, de infra-estrutura urbana e comercial, de equipamentos de uso coletivo, ao lado do equilíbrio na diversidade de usos das demais construções, são fatores igualmente relevantes na definição e viabilização de projetos habitacionais, com vistas a compatibilizar o perfil da população a que se dirigem os empreendimentos, com os usos mais predominantes dos diferentes trechos de intervenção no centro da cidade.

As instalações do judiciário, do funcionalismo público estadual e municipal, dos trabalhadores da área financeira, da rede hoteleira, dos restaurantes, dos equipamentos de educação e cultura, do comércio e do sistema de segurança, são exemplos de setores que oferecem grande volume de empregos e podem ter soluções de moradia compatíveis com suas necessidades, ofertadas nos programas habitacionais propostos.

Para que a produção e a ocupação habitacional, associada ao processo de revitalização, tenha maior velocidade, será determinante aumentar a capacidade de integração dos investimentos públicos e privados, com as sincronias necessárias, ao lado da ação pró-ativa dos organismos governamentais para a aprovação dos planos e projetos.

### 1.4 O conceito de moradia e a integração das ações públicas

Condições diferenciadas de financiamento, subsídio e recursos a fundo perdido têm sido utilizadas para atender a famílias em soluções habitacionais diversificadas, por vezes altamente subsidiadas, por falta de critérios de seleção e de formas de adjudicação.

A oferta de alternativas de moradia deve ocorrer em conformidade com a capacidade das pessoas e famílias de disporem de renda para custear as despesas decorrentes do tipo de solução ofertada. O custo de produção destas alternativas, e o custo de manutenção na pós-ocupação, precisam ser compatíveis com a capacidade do poder público e das fontes de recursos disponíveis, em função da dimensão da demanda e da velocidade desejada para o atendimento.

Para uma parcela da população que não dispõe de condições socioeconômicas para aquisição, é preciso que a área da habitação produza soluções de moradia sintonizadas com a área da assistência social, que deve gerir as unidades e pessoas atendidas. Por isso, a moradia deverá ter o seu conceito ampliado, abrangendo desde o abrigo temporário para atendimento imediato da população em situação de rua, até a habitação individualizada, alugada ou adquirida, que servirá de moradia permanente para a família.

Assim, deverá ser viabilizada a produção de novos equipamentos de abrigamento e moradia transitória, com tipologias que considerem as necessidades das pessoas em função da situação em que se encontram. Devem ser construídos albergues gerais, com quartos e banheiros

coletivos, ou especializados, para grupos reduzidos, onde serão tratados casos de dependência química e distúrbios mentais. Ou então, sistemas de pensionato, abrigos coletivos, acomodações para um número reduzido de pessoas, com pagamento simbólico, com permanência semanal ou mensal, para pessoas sós ou famílias, que devem constituir o segundo estágio do processo de atendimento. E também moradias transitórias, dotadas de acomodações mais individualizadas, para pessoas e famílias, com pagamentos módicos incluindo contas de água, energia e outros custos, conforme o caso, com prazo de ocupação limitado, constituem-se o terceiro e último estágio para a autonomia do sistema de abrigamento social.

## 2. As propostas e desafios para a Cidade de São Paulo

As necessidades habitacionais prioritárias estão representadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Necessidades Habitacionais Prioritárias					
Indicadores	Favela	Loteamentos Irregulares de Baixa Renda	Conjuntos Habitacionais	Cortiço	Moradores de Rua
População	1.160.597	1.062.158	89.760	38.512	8.706
Domicílios	291.983	283.476	24.000	14.617	3.212
Habitantes por Domicílio	3.97	3.74	3.74	2.63	2.71

Fonte: Plano Municipal de Habitação

O atendimento a essas necessidades habitacionais é um grande desafio. Mas ele poderá ser enfrentado com a parceria dos agentes promotores públicos nos três níveis de governo, e com a iniciativa privada, por meio de programas estratégicos de ação.

### 2.1 Objetivos estratégicos de ação

Os seguintes objetivos estratégicos foram articulados e detalhados para pautar a política habitacional a ser implementada na atual gestão da Secretaria de Habitação:

- a) **Implantação de sistemas de informações habitacionais** Implantar um sistema integrado com os bancos de dados originários dos cadastros de demanda e oferta habitacional – pública e privada - no município.
  - Estruturar um Banco de Dados com mecanismos que integrem as informações cadastrais dos diversos órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos, bem como da indústria da construção.
  - Diagnosticar detalhadamente o perfil dos imóveis vagos no município de São Paulo.
- b) **Implantação de um sistema de controle e avaliação**
  - Acompanhar e avaliar todas as ações e programas da política habitacional, no sentido de reorientar as suas diretrizes.
- c) **Crítérios de seleção e classificação de beneficiários**
  - Fixar critérios de seleção transparentes e democráticos, de acordo com os programas a serem promovidos pela Prefeitura e pelos diversos órgãos promotores no município.
- d) **Instituição de um cadastro de terrenos**

- Criar um cadastro de terrenos de propriedade da COHAB-SP, ou da Municipalidade (bens dominiais), e das empresas públicas e companhias municipais, bem como com informações relativas a terrenos remanescentes de desapropriações ou de operações urbanas promovidas pelo Município ou pelo Estado, no sentido de aumentar as opções de terrenos (localização e demais características) para as alternativas de programas habitacionais a serem implementadas;
  - Identificar e cadastrar terrenos de propriedade da iniciativa privada, com características adequadas ao desenvolvimento de programas habitacionais, no sentido de promover sua utilização diretamente, em parceria ou utilizando os instrumentos do Estatuto da Cidade.
- e) Implantação de novos empreendimentos habitacionais**
- Priorizar a ação em terrenos que (i) sejam remanescentes de conjuntos habitacionais já executados; (ii) de propriedade da COHAB-SP, administrados por HABI e os bens dominiais do município; (iii) remanescentes de desapropriações de obras públicas, com características para programas habitacionais; (iv) com disponibilidade de infra-estrutura, ou passíveis de extensão de redes; (v) que estejam localizados em regiões objeto de intervenção urbana, áreas degradadas, ou próximas a favelas e outras formas de assentamentos precários; e (vi) que estejam em áreas de baixa densidade populacional e próxima a eixos de transportes públicos.
- f) Provimento de soluções de moradias progressivas**
- Desenvolver programas habitacionais promovidos de forma integrada pela Secretaria da Habitação, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e demais secretarias municipais e estaduais, no sentido de dar soluções de abrigo às pessoas instaladas em moradias precárias (cortiços, prédios invadidos, favelas, barracos e outras formas de sub-habitação), pessoas em trânsito pela cidade e em evolução social, sem renda para aquisição de habitação autônoma, mesmo que fortemente subsidiada.
  - Localizar empreendimentos em regiões estratégicas do município, para atendimento a necessidades da demanda nos distritos e subprefeituras onde elas realmente ocorrem.
- g) Agilização da aprovação e regularização dos empreendimentos habitacionais**
- Agilizar e desburocratizar os procedimentos de aprovação de novos loteamentos e empreendimentos habitacionais, e priorizar os programas de regularização dos empreendimentos já implantados.
  - Ampliar o uso da Internet e Intranet para possibilitar a descentralização dos serviços da municipalidade via subprefeituras ou mesmo via Internet.
- h) Melhoria da qualidade das obras físicas**
- Definir as formas de execução das obras de acordo com as diversas modalidades de programas oferecidos, com a adoção de procedimentos de controle de qualidade de obras e serviços contratados, por meio de um Programa de Qualidade para Projetos, Obras e Serviços Habitacionais.
- i) Apropriação dos custos e atribuição dos valores de pagamento**
- Contabilizar todos os custos diretos e indiretos incidentes em cada empreendimento, por programa, projeto e operação, especificando-se os recursos envolvidos por fonte e por beneficiário final;
  - Segregar e tornar transparentes os custos incidentes e não incidentes no valor a ser repassado às famílias, e conseqüentemente a ser assumido pelos demais parceiros no empreendimento habitacional.
- j) Alternativas de comercialização e outras formas de ocupação da moradia**
- Estabelecer condições e formas diversificadas de ocupação da moradia, com a possibilidade de promover a mobilidade da população beneficiada de acordo com suas aspirações e condições socioeconômicas.
  - Estudar formas de utilização de parcela do estoque de imóveis vagos no município, na forma de locação, condomínios, pensões, repúblicas ou outras formas de ocupação.

**k) Sistemas de financiamento, locação e/ou pagamento de serviços da moradia.**

- Rever as condições de financiamento do Fundo Municipal de Habitação, alinhado às condições dos financiamentos concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação e pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado - CDHU.
- Fixar os parâmetros e condições de pagamento das demais formas de ocupação da moradia: locação, leasing, permissão de uso, hospedagem etc.

**l) Aplicação de política de subsídios**

- Definir os parâmetros para que o subsídio seja sempre explícito e tenha seu valor fixado de acordo com o programa, tipo e valor da unidade habitacional e forma de adjudicação. O financiamento deverá ser sempre pessoal e intransferível, variando de acordo com a renda familiar dos beneficiários, e será parametrizado para todas as alternativas de moradia ofertadas.

**m) Ação em favelas e outras formas de degradadas**

- Priorizar a manutenção das famílias no próprio local da favela, por meio de projetos de urbanização e verticalização das favelas. Em caso de remoção por obra pública, emergência social ou insalubridade, priorizar soluções habitacionais que mantenham as famílias na região onde está situada a moradia atual.

**n) Incentivo à iniciativa privada no Programa de Revitalização do Centro**

- Induzir o processo de construção, reforma e/ou recuperação de prédios vagos, com oferta de projetos pré-aprovados, financiamento assegurado, demanda pré-selecionada, com concessão de vantagens fiscais e incentivos do Plano Diretor.
- Estimular a ocupação e destinação habitacional para o estoque de imóveis vagos, com condições imediatas de uso.

**o) Desenvolvimento institucional/capacitação técnica e operacional**

- Aperfeiçoar e instrumentalizar os setores de atendimento ao público, com vistas a melhorar o atendimento ao usuário público e a racionalização dos processos de trabalho internos.

## 2.2 Propostas de programas e Projetos Estratégicos

### 2.2.1 Programa de Provisão de Moradia

#### Programa de Produção de Habitações – COHAB

Objetiva promover conjuntos habitacionais de interesse social, em terrenos adquiridos ou do patrimônio do município, para serem financiados às famílias demandatárias dos demais programas, segundo critérios de prioridade a serem estabelecidos.

Os recursos serão de fontes de financiamento oficiais nacionais (programas da Caixa, BNDES), estaduais (ICMS), municipais (Fundo Municipal de Habitação - FMH, Orçamento do Município ou Companhia Metropolitana de Habitação – Cohab) ou de organismos internacionais. A participação do FMH será sempre em contrapartida a estes recursos, exigindo-se uma participação mínima dos beneficiários, conforme sua condição socioeconômica e do programa habitacional.

#### Programa Carta de Crédito

Objetiva complementar as demais ações de provisão de moradias, permitindo que determinadas categorias sociais ou funcionais possam aceder à moradia: funcionários públicos e policiais, por exemplo, nas modalidades de (i) construção de imóvel novo; (ii) reforma, ampliação e melhoria da habitação; e (iii) aquisição de imóvel usado. Pretende também ampliar os efeitos do

Programa Estadual CDHU/Nossa Caixa já existente, como apoio ao Programa de Melhorias Habitacionais/Urbanização integrada de Favelas. Buscar-se-á impulsionar a reforma de moradias populares em terrenos legalizados ou em processos de legalização, tornando-as menos insalubres.

– Os recursos das diversas fontes serão orientados para programas: (i) com situação fundiária regularizada ou regularizável (FMH, Caixa, CDHU etc.) ou (ii) para situações de atendimento via verba para solução de moradia, definida pela própria família (verba de atendimento etc.).

– Serão priorizados os terrenos de propriedade da COHAB, remanescentes de conjuntos habitacionais já implantados.

### **Programa Mutirão**

– Objetiva prover financiamento de materiais para a construção em regime de autoconstrução ou de mutirão, por associações de moradores, em bairros estratégicos da cidade e prioritariamente nas ZEIS.

– Estimular o associativismo e a autogestão do empreendimento, feito com etapas da construção contratadas e com sistemas pré-fabricados. A escala de produção deve ser controlada, os projetos de arquitetura devem ser de qualidade e adaptados a cada comunidade.

– É essencial que a escala de intervenção seja pequena no canteiro e no bairro, com volumes controlados de recursos a serem repassados.

## **2.2.2 Programas de Melhorias Habitacionais e Urbanas**

### **Programa Áreas de Risco**

– Objetiva atender as famílias que moram em áreas de risco, identificadas pelos órgãos da Defesa Civil, priorizando uma atuação integrada nesses loteamentos, quando possível, com obras de recuperação urbana e ambiental. Esse projeto deverá identificar a construção de conjuntos habitacionais pela Cohab, adaptados ao perfil das famílias, ou ainda a concessão de cartas de crédito ou fiança locatícia.

### **Urbanização integrada de favelas**

– Objetiva intervir nos núcleos habitacionais irregulares (favelas, loteamentos) com o objetivo de promover operações integradas com projetos de melhorias, reformas, urbanização, desfavelamento, reassentamento e de projetos sociais de inclusão social.

– Projetos associados: espaços culturais (centros de cultura); parques e praças; educação ambiental.

## **2.2.3 Programas de regularização urbanística e fundiária**

### **Regularização de loteamentos**

– Promover a regularização de loteamentos com a oferta de soluções alternativas à população moradora em situação precária ou de risco (autofocalização). Divulgar a relação de loteamentos em site ou no Portal da Habitação, e especialmente nas subprefeituras (praças de atendimento).

### **Regularização dos empreendimentos da COHAB e SEHAB**

– Promover a regularização dos empreendimentos – conjuntos e mutirões -, para possibilitar a entrega dos contratos, escrituras definitivas ou termos de uso, quando for o caso.

## 2.2.4 Programas de requalificação urbana e ambiental

### Programa Mananciais

Objetiva atuar nos bolsões de moradia de baixa renda, prioritariamente nas bacias dos reservatórios Guarapiranga e Billings, por meio de Projetos Urbanos Integrados:

- Prioridade aos bairros com forte mobilização social, com saneamento básico já instalado, com ações do Ministério Público e que apresentem perspectivas de regularização urbanística no novo marco legal dos mananciais.
- Programa em parceria com os governo do Estado e Federal, e Banco Mundial.

### Programa Revitalização do Centro

Objetiva ampliar as ações em andamento para dotar os bairros centrais da capital, e em especial a área Sé-República, de habitação e serviços de qualidade, dada a oferta abundante de infra-estrutura.

## 2.2.5 Programa de Atuação em Cortiços

Revisar e ampliar as ações em andamento, por meio de maior parceria com o Estado e a CDHU, fixando critérios de seleção das melhores oportunidades para a reforma de casarões/edifícios e construção de prédios novos em pequena escala (recuperação de quarteirões/bairros). Programas associados, a serem ofertados de acordo com as condições socioeconômicas da população beneficiária: (i) Fiança Locatícia para a baixa renda; (ii) Carta de Crédito para aquisição de imóveis de baixo custo; (iii) Locação social; (iv) moradia transitória; e (v) bolsa aluguel.

## 2.2.6 Programa de Incentivo à Iniciativa Privada

- Promover o incentivo à iniciativa privada para a construção, reforma e requalificação de imóveis para o setor de classe média e média baixa (no Centro e Centro Expandido). Realizar oferta pública de imóveis passíveis de serem enquadrados no programa, com alternativas de projetos de reforma/requalificação pré-aprovados pela SEHAB, e financiamento para as obras e ao beneficiário garantidos, e com a demanda pré-selecionada, além de contar com as vantagens do Plano Diretor Integrado;
- Estimular o aproveitamento de imóveis vagos na cidade, para uso habitacional em curto prazo.

## 2.2.7 Recuperação Física dos Conjuntos da COHAB e SEHAB

Promover ações de recuperação dos imóveis, áreas condominiais, comerciais, áreas verdes, livres e de lazer dos conjuntos habitacionais da COHAB e SEHAB. O Programa pretende, por meio de um diagnóstico participativo, mobilizar vários agentes da comunidade, da iniciativa privada e do terceiro setor para, em conjunto com as subprefeituras e demais secretarias municipais, incrementar as condições de vida e de sociabilidade dos moradores.

## 2.2.8 Programas de moradia social

### Moradias Transitórias

- Implementar programas habitacionais de caráter social (albergues, abrigos, hospedagens sociais, moradias provisórias, moradias para idosos) para atendimento a demandas específicas na cidade: pessoas em situação de rua, moradores em cortiços, prédios invadidos, favelas, barracos e outras formas de sub-habitação, pessoas em trânsito pela cidade e em evolução social que não têm condições socioeconômicas de serem atendidas em habitação individualizada, ou que a moradia definitiva não se constitui solução (para a pessoa ou família).
- As moradias progressivas deverão ser viabilizadas por meio de ações e projetos integrados entre os diversos órgãos diretamente envolvidos com a moradia no município: SEHAB / HABI, COHAB, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e as subprefeituras. O atendimento das famílias ou pessoas em cada uma das soluções ofertadas dar-se-á segundo critérios a serem estabelecidos de comum acordo com esses órgãos, levando-se em conta sua atual situação de moradia.

## 2.2.9 Locação Social / Bolsa Aluguel

Atender famílias – em imóveis públicos ou de propriedade particular - para as quais a moradia adquirida não se constitui solução no momento do atendimento, ou que a locação ou bolsa aluguel seja alternativa transitória para uma futura solução individual definitiva. Os imóveis para locação poderão ser administrados por entidades ou ONGs conveniadas, e contar com recursos de diversos programas de financiamento, nacionais (CDHU/PAC) e internacionais (BID), ou mesmo com recursos do FMH, ou do orçamento municipal.

## 2.2.10 Programas de apoio institucional

### Cadastro de áreas e imóveis vagos

- Identificar áreas passíveis de aquisição para a produção de novos empreendimentos habitacionais, em regiões onde a demanda habitacional assim indicar, e em localidades dotadas de infra-estrutura e onde o transporte público seja eficiente.
- É desejável que as aquisições sejam feitas de comum acordo com as secretarias municipais, no sentido de se antecipar a obras públicas que possam vir a valorizar os terrenos e impossibilitar sua aquisição para a implementação de habitações populares.
- Inclui-se nesse programa a disponibilização de imóveis particulares, vagos ou sub-ocupados, em execução pelo município (dívida ativa), e que possam vir a ser negociados pelos valores dos débitos junto ao município.

## 2.2.11 Sistema de informações habitacionais: banco de dados de demanda e oferta habitacional

- Implementar o Banco de Dados da Demanda por habitação e por financiamento habitacional, para orientar as políticas públicas – dos diversos níveis de governo – e dar maiores informações ao setor privado e financeiro na quantificação e qualificação da demanda habitacional especializada no Município.
- Implementar o Banco de Dados de Oferta Habitacional, um CadMut do município, para que possa ser conhecida a população atendida pelos diversos agentes promotores habitacionais,

públicos e privados, que concedem financiamentos e atendimentos habitacionais – tanto em caráter provisório como definitivo - no município.

- Integrar os dados deste sistema ao Banco de Dados do Cidadão, sistema elaborado e administrado pela Prodam e que necessita ser integrado com os demais sistemas de informação municipais.

### **2.2.12 Portal da Habitação/Internet**

- Promover a integração das ações e a troca de informações entre todos os níveis do setor público e privado, para atender às demandas da população sobre os serviços de habitação popular no município.
- O portal dará informações ao cidadão no que se refere a todos os aspectos que envolvam a moradia, desde a relação de loteamentos – regulares e irregulares ou em regularização , plantas, dúvidas, financiamentos, orientações técnicas, seus direitos e deveres e onde buscar orientações para os diversos assuntos relacionados com a habitação.

### **2.2.13 Plantas Populares**

Difundir em todas as subprefeituras do município um Banco de Projetos de Plantas Populares e planilhas de materiais de construção, pré-aprovados pelos órgãos municipais, estaduais e agentes financiadores, para agilizar e incrementar a regularidade da autoconstrução. Para as moradias econômicas, os alvarás poderão ser concedidos via Internet, juntamente com todas as orientações.

### **2.2.14 Escritório da Habitação – Projeto Rondon Urbano**

Estabelecer convênios e parcerias com as faculdades de arquitetura, engenharia e da área social, para selecionar e qualificar estudantes que possam prestar assistência técnica na promoção de projetos habitacionais. Participarão na elaboração de alternativas de projetos de plantas populares, do levantamento de imóveis vagos no Centro, acompanharão os programas de mutirão, autoconstrução, projetos de urbanização integrada de favelas, além dos programas de recuperação de conjuntos da COHAB e outras ações a serem organizadas.

### **2.2.15 Balcão integrado de aprovação de projetos**

Criar, no âmbito da SEHAB, instância de aprovação integrada de projetos habitacionais, com a finalidade de agilizar os procedimentos de aprovação dos empreendimentos habitacionais, com a participação dos órgãos municipais e estaduais – Grapohab Municipal -, com aperfeiçoamento da modalidade de aprovação de plantas pela Internet.

### **2.2.16 Conselho de Desenvolvimento Metropolitano**

Incentivar a constituição do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, previsto pela Lei 760/94, e estabelecer uma Agenda Metropolitana da Habitação, com atribuições claras da Cohab-SP – que é uma companhia de âmbito metropolitano - e dos municípios da região, e suas empresas de habitação, em especial, para uma política de aquisição de terras e de execução de obras e serviços de infra-estrutura.

# C a p í t u l o 6

Planejamento

Gestão

Saúde

Educação

Habitação

**Assistência Social**

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Governo do Município de São Paulo vem promovendo uma acelerada transformação do perfil de sua intervenção na área de assistência social. Estão sendo fixados objetivos de longo prazo que procuram, de forma sintonizada com a política nacional e seus princípios organizativos, promover a consolidação de um sistema municipal de proteção social, sustentável e compatível com os desafios múltiplos e complexos existentes na metrópole paulista: incluir socialmente a população em situação de risco e vulnerabilidade extrema; consolidar a intervenção pública na área de assistência social como um direito cidadão; promover o desenvolvimento social na cidade, de forma integrada com a ação de outras esferas de governo e secretarias do município.

Persegue-se a minimização ou eliminação daqueles traços estruturais que marcaram no passado a trajetória de intervenção pública nesse setor: a visão caritativa, a fragmentação ou o caráter pontual das ações, o viés assistencialista e residual das políticas, programas e projetos, e a utilização da estrutura prestadora de serviços para finalidades clientelistas num país marcado pela profunda desigualdade socioeconômica, expressa na apropriação concentrada da renda e na existência de, pelo menos, as seguintes barreiras:

- ao emprego, concretizada na escassa oferta de postos de trabalho e na ausência de qualificação para os postos existentes.
- a bens e serviços essenciais nas áreas de saúde, habitação, cultura e a uma educação de qualidade.

Nesse contexto, o grande desafio é consagrar direitos universais da cidadania e criar, no interior da organização do Estado, de forma articulada com a sociedade, caminhos reais e efetivos que permitam construir formas avançadas de proteção dos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Por isso mesmo, constituiu um importante marco a definição de um Sistema Nacional de Assistência Social – SUAS, com eixos estruturadores claros e princípios organizativos articulados por uma política nacional de assistência social, formalmente definida e baseada na concepção de que a proteção desses segmentos vulneráveis envolveria, de forma tão integrada quanto possível, as três dimensões básicas de efetivação ao direito de cidadania: acesso à renda, segurança alimentar e assistência social.

## 2 PROGRAMAS E AÇÕES

### 2.1 A política de assistência e desenvolvimento social do município

O município de São Paulo vem participando do esforço nacional de construção de bases mais consistentes, estáveis e sistêmicas para o SUAS. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) foi reformulada. Foram elaborados e fixados eixos estratégicos de intervenção e objetivos condizentes com uma missão institucional complexa e ambiciosa: incluir socialmente os vulneráveis; consolidar direitos sociais tornando-os efetivos; contribuir de forma planejada para o desenvolvimento da cidade, criando mecanismos de integração entre o campo econômico e o social.

Dois focos centrais nucleiam a ação da SMADS:

Proteção básica: ações visando a melhoria contínua das condições de inserção econômica, social e cultural das famílias em grave situação de vulnerabilidade e risco social, procurando respeitar, também, os seus vínculos comunitários e territoriais. Predomina a atenção para grupos sociais situados na periferia da cidade;

- Proteção especial: ações priorizando o atendimento integral para grupos sociais e pessoas localizadas notadamente no centro da Capital, que vivenciam as situações de risco e vulnerabilidade previstas na Norma Operacional Básica – NOB.

Conceitualmente, a SMADS está transitando de uma situação típica do assistencialismo tradicional – onde indivíduos e grupos são objeto de ações pontuais por instituições independentes ou autônomas e desconectadas – para uma nova situação onde deve predominar uma proteção efetiva de prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais. Nesta, considera-se a integração e o fortalecimento dos vínculos familiares e territoriais; o acesso aos bens e serviços essenciais e a necessidade de criação de oportunidades de emancipação socioeconômica. Nessa concepção, torna-se imprescindível um alto grau de coordenação e integração de políticas, programas e projetos.

Concomitantemente, a proteção especial, também fortalecida, deverá estar voltada para indivíduos e grupos sociais que, em virtude da operação continuada de mecanismos de exclusão social, ou derivados da própria natureza dos problemas que vivenciam, ficam, temporária ou definitivamente, fora do raio de ação da proteção básica. É importante notar que essa transição tem como princípio orientador o fato de que uma efetiva proteção social básica deve minimizar o número de situações que devem ser objeto da proteção especial.

Para que esse princípio orientador seja efetivado torna-se necessário implantar mecanismos de modernização da SMADS em todas as suas áreas de atuação. Neste sentido, está em curso um processo de reordenamento estratégico da Secretaria, visando criar um ambiente organizacional que favoreça a coordenação, articulação e integração de ações, tanto no plano interno quanto com as demais secretarias municipais e órgãos dos governos estadual e federal.

A partir das finalidades de longo prazo da Secretaria, definiram-se eixos estratégicos essenciais para a sua viabilização e objetivos e metas de curto e médio prazos, que foram vinculados a ações e programas consistentemente desenhados. Finalmente, está sendo estruturado um conjunto de estudos e pesquisas destinados a parametrizar a ação da SMADS e viabilizar o sistemático monitoramento e avaliação dos resultados alcançados, em termos de sua eficácia.

Estão assim sendo criadas condições de viabilização de um sistema de assistência e desenvolvimento social resolutivo, decorrência das dimensões do problema de proteção social no município de São Paulo: as informações contidas no Censo de 2000 apontaram para a existência de 337 mil famílias em situações de alta vulnerabilidade social, a grande maioria moradora nos bairros mais periféricos da cidade, totalizando 1.345.000 pessoas, o equivalente a 13% da população paulistana. Ao mesmo tempo, nos bairros mais centrais, revelava-se a urgência de responder às necessidades da parcela da população encontrada em diferentes situações de rua.

Enfrentar tal desafio exigiu a estruturação de programas para combinar de forma coordenada, articulada e integrada os mecanismos da proteção básica e especial, bem como a intervenção intersetorial e intergovernamental. O recurso às organizações da sociedade civil também não foi esquecido. Tais organizações, em razão de suas especialidades, conhecimentos acumulados e presença em áreas geográficas não abrangidas pelas redes públicas, são consideradas ao mesmo tempo parceiros e instrumentos privilegiados para execução das políticas.

## 2.2 Atenção às famílias através do PROASF

Diante da complexidade da tarefa foram estruturados programas amplos, tais como o Programa de Proteção Social e Desenvolvimento das Famílias - PROASF, para reformular e fortalecer a proteção básica e outras ações integradas, e assim dar mais efetividade à proteção especial. Por meio do PROASF pretende-se incluir socialmente a população nas situações mais críticas, fortalecendo o núcleo familiar e criando condições progressivas para sua emancipação socioeconômica. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos:

- Articular e integrar programas, projetos, serviços e benefícios da SMADS;
- Assegurar atendimento socioeducativo às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda – federal, estadual e municipal - que residam prioritariamente nos setores censitários de alta e muito alta vulnerabilidade;
- Identificar e cadastrar as famílias em situação de vulnerabilidade para a inclusão no PROASF, visando articular o acesso delas à rede de serviços públicos;
- Desenvolver as diferentes capacidades dos integrantes das famílias, propiciando ganhos de autonomia e melhoria sustentável da qualidade de vida;
- Sistematizar e divulgar metodologias e instrumentos de trabalho com as famílias;
- Monitorar e avaliar os resultados.

A partir dessa iniciativa, e com a sua gradual articulação com os programas de transferência de renda, é possível começar a planejar a oferta de serviços, bens e transferências monetárias, de forma a alcançar níveis progressivos de transformação na condição de vida das famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

O Município de São Paulo já dispõe de informações precisas e confiáveis dos bairros de concentração das famílias em situação difícil, principalmente na periferia, identificando os grupos sociais prioritários e direcionando as intervenções. Foram identificados setores censitários com perfis socioeconômicos e de vida familiar semelhantes, fornecendo uma escala clara para a priorização das intervenções: famílias domiciliadas em setores de vulnerabilidade alta e muito alta. Tornou-se então possível planejar um novo formato de operacionalização de políticas e programas, visando tornar mais consistente seu processo de implementação.

Nesse novo formato buscou-se:

- estabelecer critérios claros de elegibilidade das famílias;
- criar um Cadastro Único das Famílias em Situações de Vulnerabilidade Social, para uso de toda a Prefeitura;
- planejar a ampliação ordenada e progressiva das ações do PROASF;
- estabelecer mecanismos de cooperação e integração da SEADS com as outras secretarias de interface para a articulação intersetorial de programas;
- organizar parcerias com organizações não-governamentais para formar uma rede consistente de proteção social básica na periferia da cidade;
- monitorar e avaliar a situação das famílias, a partir de metodologia desenvolvida pela SMADS e implantada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas Supervisões de Assistência Social das Subprefeituras, e pela rede de organizações não-governamentais conveniada com o programa;
- capacitar, de forma contínua, a rede própria e conveniada para garantir uma ação uniforme de implantação do PROASF.

Em síntese, no período 2006-2009, por meio do PROASF, se implantará gradualmente uma proteção social básica organizada a partir de três eixos orientadores:

- fortalecimento da vida em família;
- fortalecimento de relações que favoreçam a inserção das famílias na vida em comunidade, a constituição de redes de apoio e a viabilização de empreendimentos colaborativos comunitários;
- capacitação das famílias e das comunidades para exercer seus direitos básicos de cidadania, dentre os quais se destaca o de acesso a bens e serviços públicos.

### **2.3 Ações destinadas a indivíduos e grupos sociais demandantes de Proteção Especial**

O segundo foco de atenção da Secretaria está voltado para criar condições prioritárias para atender crianças, adolescentes, adultos e idosos que, por motivos diversos, se encontram em situação de altíssimo risco, apartadas de núcleos familiares consolidados por diferentes motivos, ou submetidas a uma situação de violação de direitos.

A rede municipal de atendimento a esses indivíduos e grupos envolve, além de intervenções destinadas a solucionar situações especiais de risco decorrentes de calamidades públicas ou outras situações emergenciais, um complexo de serviços, através do qual é realizada uma enorme variedade de intervenções, tais como:

- Proteção social especial a crianças, adolescentes e jovens;
- Vigilância e proteção social especial a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
- O mesmo para crianças e adolescentes vítimas de abusos;
- O mesmo para adolescentes em medidas socioeducativas;
- Centro de referência da Cidadania da Criança e do Adolescente;
- Vigilância e proteção social especial a crianças e adolescentes ameaçados de morte;
- Proteção e defesa da cidadania à população em situação de rua.

Tradicionalmente, esses grupos vêm ocupando o Centro da cidade, por ali encontrarem oportunidades econômicas e sociais de inserção, e por existir uma rede de atendimento mais abrangente e aparelhada para enfrentar tais situações.

A SMADS pretende, ao escolher como um dos focos prioritários da sua ação a criança e o adolescente em situação de rua, articular proteção especial com proteção básica, para:

- oferecer condições de retorno, permanência e bom desempenho escolar;
- gerenciar mensalmente o repasse da Bolsa Criança Cidadã ou outros benefícios de transferência de renda às famílias;
- inserir crianças e adolescentes em atividades socioeducativas no período complementar ao da escola;
- possibilitar o acesso à rede de proteção social às crianças e adolescentes egressos do trabalho;
- proporcionar apoio e orientação aos responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e egressas do trabalho;
- promover e ampliar a sinergia das ações, potencializando seus resultados pela mobilização e integração de parceiros, para a gestão integrada e compartilhada do PETI na cidade de São Paulo;
- desenvolver estratégias de comunicação para obter apoios de atores sociais relevantes; manter a motivação dos agentes implementadores; aumentar o nível de conhecimento da sociedade paulistana sobre o tema;
- monitorar e avaliar a implementação do programa e seus resultados, criando mecanismos para a correção de problemas e ajustando melhor a intervenção para a realização das metas planejadas.

Outras iniciativas da SMADS se inserem no campo da proteção especial dos adultos em situação de rua, também com a mesma perspectiva do São Paulo Protege Suas Crianças, ou seja:

- criar sinergias por meio da articulação de iniciativas que mobilizam o conjunto da rede da SMADS, voltada para esse tipo de proteção e de outros organismos do poder público e da sociedade organizada;
- partir de diagnósticos precisos da situação de grupos sociais em situação de alto risco social, criando a possibilidade de estabelecer objetivos e metas realistas para a minimização ou eliminação desses riscos;
- construir canais de comunicação e, se possível, de coordenação entre a proteção especial e a básica, criando condições de resolução de problemas nos dois níveis de assistência;
- reservar gradualmente à proteção somente aquelas situações que não podem ser resolvidas no médio e longo prazos, pela proteção básica, por estarem referidas a aspectos que devem ser objeto exclusivo de uma proteção especial.

# C a p í t u l o 7

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
**Infra-estrutura**  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## Diagnóstico

A Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras (SIURB) tem por finalidade racionalizar a ocupação e utilização da infra-estrutura instalada e por instalar, assegurando a equidade na distribuição territorial na cidade de São Paulo.

Para que a cidade seja dotada de uma infra-estrutura capaz de fazer frente às necessidades, que surgem ao longo do seu processo histórico de crescimento econômico e urbano, é preciso que as análises e implementação de programas sejam direcionadas para a quantificação e qualificação das demandas. Isso é feito por meio da realização de projetos de engenharia que: fundamentem as ações pontuais concomitantes com a implantação de políticas públicas; contemplem a cidade com um sistema viário urbano para abrigar de forma eficiente os fluxos de pessoas, bens e de serviços; e de um sistema de drenagem urbana suficiente para resolver o problema da absorção de águas pluviais.

Essas ações são pautadas não só no âmbito das micro, mas também das macrorregiões do município, considerando aspectos de proteção ambiental, de melhoria da qualidade de vida e de ocupação e uso do solo, em consonância com os objetivos do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Tais atividades podem ser inseridas numa das quatro principais linhas de atuação da secretaria, que visam a melhoria de desempenho dos sistemas de infra-estrutura, conforme descritas a seguir:

**Sistema viário:** a primeira linha de atuação visa garantir a acessibilidade permanente de todas as regiões do Estado de São Paulo e do País à Cidade de São Paulo, com condições de fluidez e segurança de tráfego em toda a sua área urbana, bem como proporcionar ao conjunto de agentes econômicos, e aos munícipes, condições de circulação fácil na rede principal e capilar da cidade.

**Estruturas:** dotar a cidade de uma malha de obras estruturais que garantam a extensão da circulação viária, mantendo os conjuntos existentes e realizando intervenções que garantam a expansão da capilaridade da rede.

**Pavimentação:** desenvolver e implementar programas de pavimentação que dotem a cidade, com qualidade urbanística, de acessibilidade aos logradouros oficiais dotados de infra-estrutura urbana, equipamentos e serviços públicos.

**Drenagem:** desenvolver e implementar programas de drenagem, considerando o estudo da bacia hidrográfica envolvida, com intervenções locais que complementem as ações desenvolvidas para o conjunto de cursos de água existentes nas micro e macrorregiões respeitando a absorção, a retenção e o escoamento de águas pluviais.

Face ao conjunto inerente de demandas e obras necessárias para dotar e revitalizar a infra-estrutura da cidade de São Paulo, a SIURB tem que atentar ao conjunto de inter-relações no âmbito da metrópole em que a cidade de São Paulo está inserida. Assim, a implementação de programas e ações deve ser alvo de uma definição das prioridades que contemple a interligação dos sistemas de rede metro-viária, rodoviário, acesso das rodovias estaduais e federais, todos componentes inerentes da trama viária metropolitana. E, principalmente, contemporizar o gerenciamento dos recursos hídricos da Bacia do Rio Tietê, no que tange em especial os afluentes que cruzam a cidade.

Outro segmento de atuação da SIURB, e que demandará grande integração com os outros agentes e executores de políticas públicas, é o programa de revitalização da área central, que proporcionará por si só reflexos em toda a municipalidade e na região metropolitana de São Paulo.

## O Plano Plurianual – Ações Programadas

Frente aos desafios e demandas hoje identificadas e seguindo as metas regionais na Lei Municipal 13.430, de 13 de setembro de 2002, que promulgou o Plano Diretor Estratégico e estabelece o Sistema de Planejamento e Gestão e Desenvolvimento Urbano, a SIURB elaborou metas focalizadas em diversos setores de atuação, todas visando a melhoria de desempenho dos sistemas de infra-estrutura da cidade.

Inseridas no Plano Plurianual 2006-2009, as ações da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras contemplam os seguintes programas:

- Programa de Intervenção no Sistema Viário;
- Programa de Prevenção e Defesa Contra Inundações e
- Programa de Canalização de Córregos e Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale (PROCAV – GEPROCAV)

Cada um desses programas é estruturado num conjunto de ações, separados em metas pontuais que correspondem à implantação de uma obra ou um conjunto de obras com alocação de recursos previstos para o período de 2006 a 2009.

O **Programa de Intervenção no Sistema Viário** prevê a realização de ações voltadas à manutenção da malha viária já existente, bem como à expansão da rede principal e capilar que garanta a boa circulação de pessoas e do transporte de bens necessários à vida econômica da cidade, tanto no âmbito local como na interligação com os sistemas viários da região Metropolitana da Grande São Paulo, em especial o Rodoanel.

Outro conjunto de intervenções do programa visa proporcionar a complementaridade do sistema viário ao metro-viário implantando pelo Governo do Estado de São Paulo, ligando as artérias existentes no viário local à rede de transporte metro-ferroviário de passageiros, criando novos pólos de aglutinação de vias que supram de passageiros este modal de transporte existente.

Para que a cidade obtenha uma maior sinergia das ações de recuperação e expansão do sistema viário, os projetos viários estão sendo desenvolvidos tendo como premissa a gestão integrada entre demandas pontuais e as que afetam o sistema viário como um todo, buscando assim um caráter de complementaridade de ações, eliminando pontos críticos locais com a obtenção de uma melhoria global da circulação do sistema municipal, em conjunto com toda a malha existente no metropolitano.

Para a melhoria do sistema viário da cidade, a SIURB está realizando um trabalho conjunto com outras Secretarias, em especial a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras e a Secretaria Municipal de Transportes, para implantar ações conjuntas. Dentre estas, conta-se a melhoria e recuperação de 10% (1.600 km) da malha viária total, incluindo neste item as principais vias da cidade, que incluem as vias marginais e as outras que compõem o minianel viário. Com esta ação a cidade experimentará uma melhoria significativa nas condições de circulação existente.

São parte também deste programa a expansão e recuperação das Marginais do Tietê e do Rio Pinheiros, a implantação do corredor de cargas da Avenida dos Bandeirantes, a ligação do complexo Jacu-Pêssego com outros sistemas já existentes, a ligação da Avenida Roberto Marinho

com o sistema Anchieta-Imigrantes e com a Marginal Pinheiros, a complementação da Radial Leste, entre outras ações.

Quanto à integração a outros programas em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo, são relevantes, dada a complexidade da malha viária, as ações de revitalização da área central da cidade, alvo de programa integrado específico entre áreas, não só no sistema viário, mas também no de drenagem urbana.

A manutenção da malha viária existente é fator preponderante neste programa, com a implementação de ações que visam a recuperação e reforço de pontes e viadutos existentes, bem como de túneis, garantindo a contínua ligação de conjuntos viários de regiões da cidade, e mantendo a segurança e fluidez do tráfego que hoje concorre nessas obras de arte.

Dotar a cidade de intervenções no sistema viário que proporcionem a recuperação do conjunto existente, e agregar novos conjuntos neste sistema, tem como resultado final a recuperação de inversões para os munícipes e agentes econômicos, em maior eficiência de toda a malha e melhoria na condições de vida e bem-estar urbano.

O **Programa de Prevenção e Defesa Contra Inundações**, concomitante com o **Programa de Canalização de Córregos e Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale (PROCAV-GEPROCAV)**, contem ações para dotar a cidade de infraestrutura que minimize, ou até elimine, os impactos das inundações, considerando os impactos inerentes à gestão ambiental e proporcionando a recuperação de áreas degradadas pelo uso não disciplinado das cabeceiras e várzeas dos córregos, riachos e rios.

Além das interferências diretas na calha dos córregos, riachos e ribeirões, é parte integrante também destes programas, em determinados casos, a urbanização das margens, com a pavimentação ou até a construção de parques lineares, conforme especificado em projetos.

Para a obtenção de resultados efetivos no conjunto de intervenções existentes ou necessárias, é parte do conjunto de ações deste Plano Plurianual, pela SIURB, o estudo das bacias e sub-bacias hidrográficas do município. Estes estudos visam identificar o conjunto de ações com viabilidade técnica, que proporcionem os melhores resultados não somente em intervenções pontuais, mas em toda bacia em questão.

Frente ao grande conjunto de ações a serem implementadas, é obrigatória a interação com outras Secretarias, novamente a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras e as 31 Subprefeituras, pois é necessário efetivar as atividades para a união de esforços que minimizem o problema das inundações, cabendo à SIURB grandes intervenções nas bacias e sub-bacias, intervenções estas que proporcionem novos sistemas de drenagem, bem como a manutenção estrutural dos canais e galerias já existentes, além da limpeza dos sistemas de córregos, canais, galerias, bocas de lobo e dos piscinões.

Fazem parte dos programas aqui analisados um conjunto de obras já em curso, e de outras a serem incorporadas ao longo do período de 2006 a 2009. Dentre elas podem ser destacadas a Drenagem da Bacia do Córrego Aricanduva e parte de seus afluentes, a finalização das obras do Córrego Ipiranga, o Córrego Jaboticabal, o Córrego Pirajussara, o Córrego Verde, Riacho dos Machados, Córrego Guaraú, Córrego Franquinho, Córrego Águas Espriadas, dentre outros córregos, riachos e ribeirões que compõem parte das bacias hidrográficas da cidade.

Quanto ao conjunto de ações voltadas à revitalização do espaço do Centro da Cidade, estão previstas neste plano as intervenções necessárias no sistema de drenagem do Vale do Anhangabaú.

Para os piscinões, é necessário implementar novos reservatórios, que devem considerar não só os volumes de retenção de águas pluviais para a sub-bacia hidrográfica em questão, como também os impactos para a bacia nos quais estão inseridos, de forma a complementar o conjunto de ações do **Programa Estadual de Combate às Inundações do Governo do Estado de São Paulo**, coordenado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), empresa vinculada à Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento.

Deve ser aqui salientado que neste Plano Plurianual estão contidas, também, outras ações que permitirão à SIURB qualificar a sua estrutura para atender às necessidades e demandas inerentes às suas atribuições, destacando o Programa de Informatização e o Programa de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da SIURB.

# C a p í t u l o 8

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
**Trabalho**  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## DIAGNÓSTICO

A Secretaria Municipal do Trabalho (SMTrab) definiu o seu papel e dimensionou seu espectro de atuação e as maneiras pelas quais deverão ser coordenadas as suas ações nos próximos anos. Suas principais metas podem ser sintetizadas da seguinte forma: promover oportunidades para a inserção econômica dos cidadãos, qualificando a ocupação e gerando renda na cidade de São Paulo, a partir da mobilização coordenada de agentes da sociedade e da prestação de serviços integrados, com vistas ao impulsionamento do desenvolvimento local.

## AÇÕES

A priorização dos objetivos compõe a estratégia da Secretaria, pois coloca em primeiro lugar a consolidação da política municipal de trabalho enquanto vetor de inserção econômica e de promoção do desenvolvimento local. Assim, a proposta da SMTrab para o Plano Plurianual 2006-2009 congrega os seguintes programas:

- **Capacitação Profissional** por meio do aperfeiçoamento do trabalhador, visando a promoção de sua competência para aumento de sua empregabilidade. Encontram-se também aí inseridas medidas como a introdução da Bolsa Trabalho, que representa uma concessão de auxílio pecuniário para jovens e estudantes de cursos pré-vestibulares;
- **Serviços Integrados ao Trabalhador** como os Centros do Cidadão, visando o atendimento integrado dos beneficiários da política municipal do trabalho, e o alcance de melhores resultados nos serviços prestados; esses serviços podem permitir a recolocação do trabalhador ou seu encaminhamento para cursos de reciclagem ou de aperfeiçoamento;
- **Desenvolvimento Territorial/Setorial** através de programas de microcrédito, fomento a projetos locais, às cadeias produtivas, apoio às micro e pequenas empresas, e ações como a Operação Trabalho e o Começar de Novo, reorientando os instrumentos das políticas públicas do trabalho para a realidade e as potencialidades do mercado.

# C a p í t u l o 9

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
**Transporte**  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1 Diagnóstico

A Secretaria Municipal de Transportes organiza as suas ações constitucionais com a missão de dotar a cidade de São Paulo de um sistema moderno de transporte que contribua para a realização de metas de mobilidade, qualidade de vida e integração urbana e metropolitana, em consonância com os objetivos do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

O programa de mobilidade e acessibilidade urbana visa garantir o atendimento da necessidade de deslocamentos diários das pessoas e do transporte de bens necessários à vida econômica da cidade.

A peça principal do programa consiste na abordagem de qualificação da parcela estratégica do sistema viário, que abriga a maior parte dos fluxos de veículos privados ou públicos, embora seja uma parte reduzida da rede de vias da cidade. O tratamento a ser dado a este viário principal combina ações de trânsito, de transporte coletivo e de urbanismo, obtendo o máximo de eficiência de fluxos por meio de acompanhamento permanente, de modo a ter um reflexo sobre todo sistema de circulação municipal.

As ações do programa de mobilidade contemplam também regras de fluidez e segurança, assim como o procedimento de fiscalização e educação de trânsito.

As ações de transporte, voltadas mais especificamente para a melhoria da qualidade de vida, formam um programa composto de medidas de qualificação, considerando os aspectos ambientais associados aos veículos, energia de tração e à própria ocupação e uso do solo relacionados aos programas governamentais de proteção do ambiente.

A par das ações mencionadas, há uma série de iniciativas que se referem ao âmbito da metrópole em que o município está inserido e, portanto, na sua condição de protagonista do maior aglomerado urbano brasileiro. Como tal, ele deve participar da definição das prioridades dos sistemas em implantação, tais como a rede metro-ferroviária e o rodoanel, sistemas que provocam intensos reflexos sobre a vida da cidade, assim como outros elementos significativos da trama metropolitana.

No outro extremo da escala de intervenção há uma série de medidas que fazem parte de um programa específico para a área central da cidade. Por sua própria natureza esse programa apresenta reflexos em um raio mais abrangente, além de se constituir em poderoso elemento de identidade.

### 1.1 O Plano Plurianual de Transporte Municipal

Como todas as grandes cidades, no limiar deste novo século, São Paulo é uma cidade de fluxos de redes, seja de transporte, de informação ou de trocas, tanto no nível local como no nacional e no internacional.

No município de São Paulo realizam-se, diariamente, 15 milhões de viagens motorizadas, repartidas aproximadamente em montantes equivalentes entre os sistemas de transporte coletivo (rede metro-ferroviária inclusive) e os transportes individuais - basicamente automóveis particulares e, com menor peso, motocicletas, táxis e bicicletas. Entretanto, a exemplo do que acontece em outras grandes metrópoles latino-americanas, São Paulo conheceu, nas últimas décadas, uma redução da mobilidade de sua população, como conseqüência do agravamento das condições socioeconômicas e das condições internas de circulação.

Tomando como indicador aproximado de mobilidade urbana as viagens urbanas diárias per capita, em São Paulo, nas duas últimas décadas do século passado, tal índice, em lugar de apresentar crescimento, caiu de 1,5 para 1,23. Portanto é de responsabilidade da sociedade e do

governo a criação de condições que assegurem a mobilidade e encorajem a exploração do potencial econômico da cidade.

Define a Constituição Brasileira (Artigos 22, 25, 30 e 175) que o transporte coletivo é um serviço público de caráter essencial, prestado diretamente ou por concessão, de responsabilidade dos municípios, e dos estados, quando entre municípios. Quanto ao trânsito, a Constituição define que o estabelecimento de normas é competência da União. No entanto, por se tratar de matéria de interesse local, pode o município suplementar a legislação federal e, quanto ao estabelecimento e implantação de educação para segurança do trânsito, é competência comum dos governos federal, estaduais e municipais (Artigos 22, 23 e 30). Quanto à política de desenvolvimento urbano, a Constituição torna obrigatória a adoção de plano diretor aprovado pela Câmara Municipal (Artigo 182).

## 1.2 O Plano Diretor Estratégico

A Lei Municipal 13.430, de 13 de setembro de 2002, que promulgou o Plano Diretor Estratégico, estabelece o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano, no qual estão contempladas as metas de mobilidade e organização urbana, equidade social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Nas diretrizes para a política de circulação viária e de transportes (Art. 83, Inciso I) é definida a orientação de articulação de todos os meios de transporte, para que operem em uma rede única, de alcance metropolitano, integrada física e operacionalmente. É indicada também, entre as diretrizes mais gerais, a necessidade de compatibilizar os efeitos indutores dos investimentos, na circulação viária e nos transportes, com a requalificação dos espaços urbanos.

Para melhor atender às diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, a Prefeitura pensa o futuro da cidade como estratégia de ação, de modo a encurtar a distância entre o futuro desejável e o presente. Além de gestor dos serviços essenciais, o Prefeito é coordenador dos projetos estruturantes de hoje, que vão definir a fisionomia e o dinamismo da cidade no futuro. Como tal, ele é um articulador das alianças necessárias para consolidar São Paulo como cidade mundial.

Para se firmar na posição de capital empresarial e cultural da América do Sul, São Paulo adota uma estratégia de reforço de seus atrativos e mitigação dos problemas que possam afastar dela os centros de decisão das grandes empresas e os produtores de cultura. É no contexto dessa estratégia que a prefeitura planeja integrar suas ações sobre os aspectos determinantes da qualidade de vida na cidade: a urbanização dos bairros, infra-estrutura viária e de transporte, gestão dos recursos hídricos, conservação ambiental, segurança, saúde, educação e lazer.

## 2 Ações gerais da Secretaria de Transportes

O Plano Plurianual de Transporte e Circulação Urbana é constituído pelos seguintes programas:

- Mobilidade e acessibilidade urbana
- Qualidade de vida e proteção ambiental
- Integração Metropolitana
- Ação Centro

Cada programa engloba um conjunto de ações do governo, identificadas por metas correspondentes a serviços e obras resultantes do dispêndio dos recursos previstos para o período de 2006 a 2009.

Estão agrupadas no programa de mobilidade e acessibilidade urbana todas as atividades da Secretaria Municipal de Transportes relativas ao gerenciamento e investimentos, que caracterizam a sua responsabilidade permanente como gestora dos serviços e obras municipais relativas a esta atividade.

O programa de qualidade de vida e proteção ambiental agrega atividades relativas à proteção do meio ambiente e qualidade do sítio urbano, cujos resultados são compartilhados com outras secretarias da administração municipal.

Da mesma forma, o programa de ação metropolitana refere-se a sistemas de âmbito metropolitano, como a rede metro-ferroviária, o rodoanel, a localização de rodoviárias e aeroportos, e a futura hidrovía do Rio Tietê, operando nos limites da região metropolitana.

O Programa Ação Centro, embora também relativo à diretriz de mobilidade urbana, tem sua especificidade justificada pelo fato de combinar um projeto de micro-acessibilidade com características urbanísticas, com um projeto de circulação com efeitos sobre toda a rede de transporte coletivo.

Há ainda ações no âmbito organizacional das agências encarregadas da gestão e operação dos sistemas de transporte, que visam aprimorar os recursos humanos, tecnológicos e administrativos necessários para o cumprimento de suas tarefas. Como estas dimensões abrangem todas as unidades dinâmicas da administração municipal, para sua apreciação unitária no Plano Plurianual, estão configuradas em três programas:

1. Suporte administrativo
2. Processamento de dados
3. Fortalecimento institucional e melhoria da gestão, com a indicação da estimativa de suas respectivas dotações orçamentárias.

Vale lembrar ainda que existem recursos extra-orçamentários provenientes de remuneração de serviços e de contribuições, a fundo perdido, de agências de fomento, a serem considerados no desdobramento dos programas de ação. Estes desdobramentos, por sua vez, podem merecer destaques pelo seu significado e por seus efeitos, mesmo quando não envolvam recursos expressivos. São como que bandeiras da mobilidade, pela maneira como são vistos e anunciados pelos órgãos de informação.

A seguir, são apresentadas as iniciativas que ultrapassam a duração de um ano fiscal.

### **3 Sistema Viário Estratégico**

A cidade de São Paulo, com uma população que ultrapassa 10 milhões de habitantes, possui uma frota de aproximadamente 5,8 milhões de veículos. Recebe ainda significativo volume de veículos de outras regiões do País, do Estado e, em especial, dos demais municípios da área metropolitana. O desequilíbrio entre o fluxo de veículos e a capacidade viária tem feito crescer a escassez dos espaços de circulação, e os congestionamentos, por conseguinte, vêm aumentando significativamente a perda de tempo no trânsito e no transporte.

O sistema viário paulistano é composto por cerca de 15.500 quilômetros de vias expressas, arteriais, coletoras e locais. Pressupõe-se que, mesmo sem a implantação de novas vias, se 10% desse viário (1.500 km) for restaurado e mantido em condições adequadas, o trânsito da cidade experimentará uma melhora significativa.

Esse conjunto de vias, definido como o Viário Estratégico de São Paulo, será objeto de uma gestão integrada que objetiva, simultaneamente, fluidez e segurança. Este conjunto inclui todos os corredores de transporte coletivo com tratamento preferencial de circulação, e receberá o seguinte tratamento: correção geométrica; pavimento compatível com seu uso; calçadas com tratamento adequado, em relação aos equipamentos urbanos e segurança de pedestres; manutenção de sinalização e de pavimento com rotinas especiais de caráter preventivo e corretivo; sinalização horizontal, vertical e semaforica, painéis eletrônicos de mensagem variável, circuito de TV e fiscalização eletrônica, concebidos dentro dos padrões do chamado trânsito inteligente; programa de comunicação incluindo, também, serviço de informação das condições de trânsito ao público em geral, além de programas e campanhas educativas para a população; agentes operacionais treinados e periodicamente reciclados. A implantação do Viário Estratégico será feita em etapas, segundo critérios objetivos de prioridade.

#### **4 Garantia do rodízio municipal**

Uma das formas para a obtenção de índices aceitáveis de fluidez no trânsito, no saturado sistema viário da cidade, é o controle de demanda de veículos particulares. A chamada Operação Rodízio foi instituída em outubro de 1997, quando a frota de veículos da capital era de 4,7 milhões, com o objetivo de redistribuir os fluxos de tráfego para horários em que a malha viária apresentava menores índices de utilização. Teoricamente, a operação retirava das ruas, nos horários de pico, 20% da frota circulante, ou seja, cerca de um milhão de veículos. Passados sete anos, constata-se que o crescimento da frota da cidade, atualmente de 5,8 milhões, já superou o número de veículos originalmente fora de circulação. Com isso, o formato atual da Operação Rodízio vem apresentando sinais de esgotamento de sua eficiência. Como resultado, notam-se altos índices de saturação no sistema viário, diante da impossibilidade de sua expansão, seja pelo custo, seja pela constatação de que toda expansão é consumida pela demanda reprimida.

Diante desse quadro, foram desenvolvidos estudos que conduzissem à adoção de medidas para proporcionar melhores condições de mobilidade para a população, garantindo o direito de ir e vir, buscando um melhor desempenho no sistema viário e melhoria na qualidade de vida. Entretanto, o exame das medidas de aperfeiçoamento, cotejado com as alternativas técnicas que foram avaliadas, mostrou que nenhuma alcançaria o mesmo resultado que pode ser obtido se exigido o efetivo cumprimento das regras estabelecidas. Em vista disso, optou-se por efetivar o reforço de detecção de infrações, pela adoção de formas tecnológicas modernas de registro e controle do uso da via fora das condições autorizadas, como medida preliminar para o estudo de novas alternativas de gestão da demanda.

#### **5 Reorganização do sistema de transporte coletivo**

O Sistema de Transporte Coletivo da Cidade de São Paulo transporta, em um dia útil, cerca de 8,1 milhões de passageiros, sendo 5,2 milhões na concessão e 2,9 milhões na permissão. Para tanto, envolve aproximadamente 15.000 veículos, que operam 1.327 linhas.

A situação atual apresenta, além da sobreposição de linhas, várias disfunções, tais como: eixos sobrecarregados, ônibus vazios à medida que chegam ao Centro, frota inadequada para grandes demandas, falta de regularidade e grandes intervalos entre veículos. Tal irracionalidade gera ineficiências que aumentam o custo total do sistema, o que é pago sempre pela população, seja por meio de tarifas, seja por meio de impostos.

O programa de reorganização do sistema de transporte coletivo em curso obedece às diretrizes da legislação municipal específica para o setor e tem como objetivos racionalizar o uso das vias, especialmente onde existem corredores de ônibus implantados, estabelecer custos operacionais compatíveis com as fontes de recursos existentes, e favorecer a adoção de técnicas ambientalmente amigáveis.

As rotas de ônibus serão remanejadas, conforme o previsto no plano de transporte em áreas operacionais com troncalização de linhas em excesso e alimentação de linhas estruturais por linhas locais.

## **6 Integração tarifária ônibus-metrô-CPTM**

O sistema de transporte coletivo público do município tem seu sistema de arrecadação baseado na utilização da moderna bilhetagem eletrônica, que permite uma grande flexibilidade na adoção de políticas tarifárias. O sistema municipal utiliza, atualmente, um sistema de tarifas que possibilita a adoção de mais de uma linha de ônibus municipal durante o período de duas horas. Na região metropolitana vigora, desde 1976, uma política de integração entre os ônibus municipais e a rede metro-ferroviária. Entretanto, essa facilidade, baseada na utilização de bilhetes magnéticos, quase caiu em desuso.

Entendimentos com o governo estadual prevêem a possibilidade de adoção do chamado Bilhete Único nos sistemas de transporte sobre trilhos da Região Metropolitana de São Paulo, até o final de 2005. Espera-se que a possibilidade de utilizar mais de uma linha de ônibus municipal, associado aos serviços metro-ferroviários, permita reativar a integração entre estes serviços, como etapa para futuras integrações com os ônibus metropolitanos e de outros municípios. Estima-se que a implementação do projeto beneficiará aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, que utilizam freqüentemente ou de forma esporádica os sistemas de transporte no município.

## **7 Operação logística de carga**

Administrar as necessidades de mobilidade geral da população é mais que uma questão de trânsito, uma vez que engloba a gestão do fluxo de riquezas que circula e cruza a segunda maior economia do País, centro consumidor e produtor de bens e serviços.

Um dos grandes desafios do planejamento de trânsito é a conciliação das soluções para os problemas gerais de trânsito, com a necessidade de abastecimento e escoamento da produção da cidade, tendo em vista a importância estratégica do transporte de mercadorias para a sua economia.

A gestão dos diversos tipos de fluxos (os rodoviários de passagem, os que abastecem e levam os bens de produção industrial e os de distribuição urbana), exige, além de uma regulamentação clara, a intermediação dos interesses e conflitos entre os diversos agentes envolvidos na movimentação de bens e na utilização do sistema viário municipal.

A orientação dada visa orientar e reordenar os fluxos ao longo do dia, para melhor aproveitar o sistema viário existente, ocupando-o também nos horários de ociosidade, especialmente no período noturno, com a transferência de parte das viagens de mercadorias para esses intervalos, dependendo da especificidade de cada setor.

A adoção de medidas que conduzam os agentes do setor a desenvolver práticas de logística será associada a intervenções físicas no sistema viário municipal, onde há grande movimento de veículos de carga, como na Avenida Bandeirantes e na Marginal do Tietê.

Os objetivos da proposta são: a obtenção de maior eficiência ao setor, com a redução dos tempos gastos nos trajetos; a utilização adequada, pelo tráfego de passagem do sistema viário estrutural; e a utilização da capacidade viária urbana em períodos de menor atividade.

## **8 Corredor expresso Cidade Tiradentes**

Uma das formas mais eficientes de melhorar as condições de transporte e do trânsito na cidade é a implantação de corredores exclusivos para o transporte público. O programa em curso no município, que já conta com nove corredores dessa natureza, prevê a implantação do Corredor Cidade Tiradentes, em direção à Zona Leste, que não dispõe ainda deste tipo de instalação.

O projeto abrange o trecho das obras paralisadas do antigo projeto de VLP, que será transformado nos primeiros 8 km do Corredor Expresso Pq. D. Pedro – Cidade Tiradentes.

A área de influência do Corredor é a região Sudeste, contemplando as seguintes subprefeituras e distritos: Cidade Tiradentes (Cidade Tiradentes), São Mateus (Iguatemi, São Rafael e São Mateus), Vila Prudente/Sapopemba (Sapopemba, São Lucas e Vila Prudente) e Mooca (Água Rasa).

Esse corredor, com a extensão total de 31,8 km, irá beneficiar uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes, com taxas de crescimento populacional negativas nos bairros mais próximos ao Centro (Água Rasa, Vila Prudente e São Lucas) e positivas (algumas muito altas) nos bairros mais distantes. O Corredor Expresso Parque D. Pedro – Cidade Tiradentes atenderá a uma demanda estimada em 350 mil a 400 mil passageiros por dia.

A este projeto se seguirá um novo corredor para a Região Leste, pela Av. Celso Garcia, estudos de muitos outros, que possibilitem ligações anelares para contrabalançar a tradicional estrutura radio-concêntrica das vias da cidade.

## **9 Rótula e contra-rótula**

O programa de ação Centro tem nos projetos de rótula e contra-rótula sua expressão viária. Seu objetivo principal é garantir a micro-acessibilidade na área central por coletivos e pedestres, sem que seja afetada a acessibilidade atual por transporte individual. A rótula estabelece uma nova articulação das linhas de ônibus da cidade, como parte do programa de reorganização do sistema de transporte coletivo. Na contra-rótula, a utilização prevista para o transporte público será menor e maior o atendimento à circulação geral de veículos que atravessam a área central. Os investimentos deste programa serão feitos por etapas, de modo a minimizar a intensidade dos possíveis efeitos de perturbação durante o período de implantação.

## **10 Trânsito inteligente**

Os novos recursos da informática e telemática permitem atuar na operação e gestão do tráfego urbano em tempo real. O programa de trânsito inteligente visa consolidar e expandir o monitoramento eletrônico com base nas Centrais de Tráfego em Áreas, onde atuam operadores dos

sistemas centralizados de controle semafórico. Com o desenvolvimento desses recursos será possível monitorar o tráfego em vias de fluxo contínuo, como a Marginal Tietê, com controle de acesso nas entradas, bem como o desenvolvimento de sistemas de informação e apoio aos deslocamentos dos usuários das vias. Como parte desse conjunto, e de implantação mais imediata, está em curso a adoção da identificação automática de veículos, que permite o controle de acesso a áreas saturadas, fiscalização de infrações, localização de veículos e orientação de rotas.

# C a p í t u l o 1 0

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
**Subprefeituras**  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP) é constituída pelo Gabinete do Secretário, pela Superintendência de Usina de Asfalto – SPUA e pelas 31 Subprefeituras. O Gabinete tem como atribuição precípua a coordenação das atividades das subprefeituras que, por sua vez, devem se constituir na instância regional da administração direta.

Por serem a representação local do poder do Prefeito, as subprefeituras devem facilitar a participação da população e a articulação intersetorial dos diversos serviços que a Administração Municipal presta na região. Por esta razão, além dos Programas próprios e tradicionais de zeladoria e de ordenamento da cidade, a SMSP participa de vários outros programas, de várias secretarias, com projetos e atividades próprios. Por fim, a Usina de Asfalto, anteriormente paralisada, retomou nesta gestão sua capacidade de produção de massa asfáltica que serve de apoio a importantes atividades da SMSP.

Em vista da importância da cidade de São Paulo no contexto internacional, e dos novos papéis que se impõem à sua administração como cidade mundial, cabe à SMSP a implementação de programas de ação fundamentais à gestão do prefeito José Serra. Visando transformar São Paulo em uma cidade moderna e segura, capaz de garantir aos seus habitantes e aos seus visitantes serviços públicos que se traduzam em comodidade e conforto, tanto para o desenvolvimento do trabalho como para a manutenção da atratividade da cidade, o grande desafio da Prefeitura de São Paulo é manter empresas e serviços já estabelecidos na cidade. Este desafio deve ser enfrentado por intermédio do fornecimento da infra-estrutura necessária, da conservação da infra-estrutura já existente e da re-urbanização de parte da cidade, a ser levada aos locais mais longínquos do município, e do combate à pobreza.

Assim, podemos vislumbrar a ação da SMSP em quatro funções principais:

1. A primeira é a zeladoria da cidade, isto é, a manutenção física de vias, logradouros, áreas verdes, equipamentos de drenagem e outros bens públicos.
2. A segunda é o ordenamento da cidade, assim entendida a expedição de alvarás, licenças, permissões e autorizações relativas a uso e ocupação do solo e espaços públicos, além de sua fiscalização.
3. Outra importante função da SMSP é a facilitação da participação da sociedade, por intermédio dos diversos conselhos já previstos legalmente, os quais as subprefeituras devem viabilizar e operar.
4. Finalmente, outra função das subprefeituras é a articulação intersetorial dos diversos serviços e obras da Administração Municipal que operam na região.

A prática da descentralização administrativa, por intermédio das subprefeituras, tornou-se um imperativo de gestão, devido às dimensões territoriais e à enorme diversidade entre as regiões da Cidade de São Paulo, cujas demandas à Prefeitura são mais facilmente percebidas e melhor atendidas por autoridades locais.

A nomeação de subprefeitos com comprovada experiência administrativa e comprometidos com uma visão moderna e responsável de gestão, demonstra concretamente esta crença na descentralização para a melhoria da eficiência na ação pública. De fato, alguns programas, projetos e atividades, propostos no Plano Plurianual – PPA, são de responsabilidade exclusiva das subprefeituras e devem ser levadas a cabo descentralizadamente.

## 2 PROGRAMAS DE AÇÃO

### 2.1 Prevenção a Enchentes

O programa de prevenção a enchentes tem como objetivo minimizar a possibilidade de inundações na cidade, por intermédio de ações preventivas de manutenção ou limpeza dos equipamentos de drenagem, ou mesmo pela realização de pequenas obras.

As ações previstas para essa prevenção são: limpeza e desassoreamento de bocas de lobo, ramais, galerias, córregos e piscinões; conservação estrutural de galerias de águas pluviais até o diâmetro de 1,50m; projetos e obras para eliminação de pontos de alagamento; projetos e obras de contenção localizada de margens de córregos; canalização de córregos; projetos e obras para eliminação de pontos de erosão; coleta de entulho; e criação de áreas de lazer ao longo de margens reurbanizadas de córregos.

### 2.2 Revitalização de Bairros

Com o objetivo de tornar os bairros adequados à sua utilização e agradáveis à população, este programa pretende reestruturar, pavimentar e recapear vias e logradouros públicos locais, bem como disciplinar a utilização de bens públicos disponíveis à população, inclusive das áreas de proteção aos mananciais.

No primeiro grupo de ações, juntamente com o recapeamento do sistema viário municipal, e com a pavimentação asfáltica de vias locais, pretende-se também tapar buracos, reparar guias e sarjetas, corrigir valetas (sarjetão), colocar barreiras de concreto, implantar ou reformar áreas verdes, estruturar e padronizar passeios públicos e requalificar ruas comerciais em parceria com a iniciativa privada. A construção das barreiras de concreto visa aumentar a segurança dos usuários de veículos, reduzindo o número de acidentes.

Em conjunto com as Secretarias de Transporte e Infra-estrutura, serão recuperados cerca de 1.200km da malha viária da cidade, incluindo o mini-anel viário, formado pelas avenidas marginais dos rios Pinheiros e Tietê, dos Bandeirantes, Visconde de Taunay, Tancredo Neves, Juntas Provisórias, Anhaia Melo e Salim Farah Maluf. E quanto à pavimentação, a meta é atingir 400 km de vias locais.

Para isto é fundamental a atuação da Superintendência das Usinas de Asfalto – SPUA que, com a retomada da produção de massa asfáltica em 2005, passa a ser peça-chave na viabilização dessas metas. Pretende-se ainda adquirir, construir, ampliar, reformar e re-estruturar outras usinas de asfalto, seguindo um plano de localização estratégica para provisão racional da massa nas diversas regiões da cidade.

No segundo grupo de ações, estão as operações que visam o disciplinamento do uso e ocupação do solo, em particular do espaço público urbano. Podemos citar as operações de silêncio urbano – Psiu, o cadastramento ou recadastramento de ambulantes, as ações de combate à pichação, a fiscalização de anúncios publicitários e propaganda temporária, e a fiscalização permanente das áreas de proteção aos mananciais, entre outras ações.

### 2.3 Promoção de Desenvolvimento Local

Este programa tem como objetivo melhorar as condições econômicas e sociais locais, por intermédio da participação de diversos setores da comunidade no planejamento local, e da reforma, operação e manutenção de alguns equipamentos das subprefeituras (de abastecimento, cultura e esportes).

Na primeira linha de ações está a viabilização e operação dos conselhos de representantes das subprefeituras, como o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – CMPU e o Conselho Municipal de Habitação - CMH, a coordenação da revisão dos Planos Regionais Estratégicos até julho de 2006, a discussão e elaboração dos planos de bairros, e a realização de outros eventos nas subprefeituras.

Pretende-se que as subprefeituras atuem como indutoras do desenvolvimento local, implementando políticas públicas a partir das vocações regionais e dos interesses manifestos pela população.

Na segunda linha de ações estão as reformas e ampliações de equipamentos de abastecimento, equipamentos de cultura, centros desportivos municipais - CDM e equipamentos esportivos em sistema de rodízio, assim como da operação e manutenção dos equipamentos de cultura e unidades de abastecimento e de esportes. Com isto, em alguns casos, as subprefeituras passam a ter uma ação efetiva em áreas não tradicionais de sua ação, e, em outros, agem em coordenação com as respectivas secretarias municipais. Em ambos os casos, pretende-se maior proximidade do cidadão.

### 2.4 Contensões em áreas de risco geológico

Este programa tem como público alvo a população residente em áreas de risco, definidas em trabalho elaborado pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. Tem por objetivo minimizar a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos (escorregamentos e solapamentos) em áreas de encostas e margens de córregos, com a execução de obras e serviços.

Foram estimados valores gerais por subprefeitura para a execução das intervenções em setores de risco alto e muito alto. Estas obras e serviços deverão ser priorizados pelas subprefeituras de acordo com o orçamento disponível para o período. As intervenções devem ser iniciadas com a realização de um projeto executivo elaborado ou contratado pela própria subprefeitura, possibilitando a adoção da melhor solução técnica e econômica.

### 2.5 Operações Especiais

O objetivo deste programa é a consolidação do Centro de Controle Operacional, visando minimizar os transtornos aos munícipes, em situações críticas e emergenciais, que possam ocorrer na cidade, por intermédio da coordenação entre diversos órgãos da administração pública, fazendo com que as informações fluam de forma rápida, objetiva e precisa para subsidiar as ações.

Pretende-se que a informação flua o mais rápida e fielmente possível entre os diversos órgãos envolvidos no controle de emergências: Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE),

Defesa Civil, Subprefeituras, Guarda Civil, Secretaria de Infra-estrutura, SAS, Centro de Engenharia de Tráfego, concessionárias de serviços públicos, órgãos de segurança pública e de saúde.

## 2.6 Interação com as diversas Secretarias

No PPA estão previstas, também, ações de programas gerais a todas as secretarias, como o Programa de Suporte Administrativo, o Programa de Fortalecimento e Melhoria de Gestão e o Programa de Sistemas de Informações e Processamento de Dados. Particularmente relacionado à informática, estão previstas as atividades de aquisição de materiais, equipamentos e serviços de informática, de informatização da fiscalização e de aperfeiçoamento das praças de atendimento ao cidadão. Estas atividades merecem serem destacadas, dada a importância que trazem na melhoria da gestão pública da Secretaria, em particular das subprefeituras, na possibilidade de melhorar na fiscalização e, principalmente, dar atendimento mais condigno aos cidadãos.

A SMSP participa também, com atividades ou projetos sob sua responsabilidade, nos seguintes programas de ação de outras secretarias municipais:

1. Assistência Social Geral – operação dos Centros Regionais de Assistência Social – CRAS.
2. Assistência à Criança e ao Adolescente – viabilização e operação dos Conselhos Tutelares de Assistência à Criança e ao Adolescente.
3. Defesa Civil – implantação das Brigadas de Incêndio em favelas.
4. Limpeza Pública – prestação de serviços de limpeza urbana.
5. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida – realização de obras de melhoria de acessibilidade nas subprefeituras.
6. Qualidade de Vida e Proteção ao Meio Ambiente – conservação de áreas verdes e vegetação arbórea.
7. Manutenção dos Equipamentos de Educação - EF – conservação de escolas do Ensino Fundamental.
8. Manutenção dos Equipamentos de Educação - EI – conservação de escolas do Ensino Infantil.
9. Manutenção dos Equipamentos de Educação – EFM – conservação de escolas do Ensino Fundamental e Médio.
10. Manutenção dos Equipamentos de Saúde – conservação de Unidades de Saúde.

# C a p í t u l o 1 1

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
**Serviços**  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## DIAGNÓSTICO

A cidade de São Paulo tem passado por mudanças de diversas ordens, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura e prestação de serviços à população. Com o crescimento rápido em tão pouco tempo, com a escassez de recursos e precárias formas de gerenciamento e controle, a cidade deixou de proporcionar de forma completa serviços como iluminação pública, coleta de lixo urbana, reciclagem e outros.

Nesse sentido, a Secretaria de Serviços englobou no PPA os programas que impactarão diretamente nos grandes problemas apresentados. É imperioso que o setor público proporcione e gerencie os serviços de sua responsabilidade de maneira transparente e com efetivo controle por parte das organizações da sociedade civil.

## AÇÕES

Dentro desse contexto, diante da urgência das demandas e precárias condições em que se encontram os serviços de limpeza urbana e iluminação pública, a atual administração criou a Secretaria Municipal de Serviços, por meio do Decreto n.º 45.683, de 1.º de janeiro. Estão sob sua responsabilidade a administração, o gerenciamento e a implantação de políticas públicas que supram a carência de iluminação pública, a limpeza urbana, os serviços de abastecimento da municipalidade e o serviço funerário.

## ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A prestação dos serviços de iluminação, atribuídos ao poder público, necessitam atender a todo o conjunto da população, proporcionando segurança, cidadania e melhoria do conforto urbano. Sendo assim, a atual gestão constatou a necessidade de tornar a prestação deste tipo de serviço, tanto na manutenção da rede existente como na sua expansão, mais eficiente para a população. Para obter esta melhoria, algumas medidas foram adotadas no intuito de corrigir o sistema como um todo, proporcionando uma redução do número de reclamações na execução dos serviços de manutenção, e tornando-os mais ágeis. Além disso, é de preocupação da SES a melhoria na performance da rede instalada, por meio do Programa RELUZ, visando a redução do consumo de energia elétrica e a melhoria da luminosidade nas áreas instaladas, com a substituição das atuais lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio.

*Defrontando as grandes demandas acumuladas pela instalação de serviços públicos nas regiões periféricas da cidade, em especial a instalação de pontos de iluminação pública em vias, vielas e acessos a bairros e comunidades, a Secretaria criou um programa especial para este Plano Plurianual, prevendo a instalação de 40.000 novos pontos de luz na cidade, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP.*

## LIMPEZA URBANA

A Limpeza Urbana é um serviço prioritário para a municipalidade, pois envolve aspectos efetivos de saneamento básico, ligados ao equilíbrio do meio ambiente, e padrões de urbanização adequados às populações. A qualidade desse serviço resulta em inclusão social.

O devido tratamento à questão da geração de resíduos é fato preponderante no desenvolvimento da sociedade moderna, tendo este assunto como um vértice da preservação das condições ambientais atuais, não só para as gerações atuais mas para as futuras. Todas as políticas e ações tomadas pelo poder público e pela sociedade devem buscar a reversão dos níveis atuais de degradação dos recursos ambientais e proporcionar o devido tratamento e destinação final dos resíduos.

Dada a complexidade da cidade de São Paulo, não só pelo seu tamanho, mas pelas suas grandes diferenças socioculturais de sua população, tratar do assunto "lixo" envolve um conjunto de ações e políticas públicas, para garantir a acessibilidade e qualidade de todo o sistema.

A Secretaria de Serviços, por meio do Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb), administra os serviços prestados na cidade de São Paulo, como coleta de resíduos de saúde, domiciliares e seletivos, varrição de vias públicas, lavagem de monumentos e escadarias e remoção de entulho. O Limpurb também gerencia os contratos de operação de aterros e transbordos de inertes, e os contratos de concessão.

A coleta do lixo, tanto o orgânico como o seletivo, tem que buscar alternativas no seu trato, resultando em forte incremento nas políticas de controle de seu destino, e de incentivos à reciclagem, por meio da criação de grandes núcleos de reciclagem.

Um problema enfrentado pela municipalidade há vários anos é o volume de entulho jogado de maneira ilegal nas vias públicas, somado ao grande número de caçambas irregulares que estão espalhadas pela cidade. Para equacionar este grave problema dos detritos inertes, o Limpurb tem um programa de fiscalização que precisa ser intensificado na sua execução. Além disso, a SES, reconhecendo a complexidade dos agentes envolvidos no problema, pretende criar uma nova dinâmica para a regulamentação das caçambas.

Com estes esforços na melhoria da fiscalização e condições de transporte e desbordo do entulho gerado, o poder público poderá regulamentar o destino final desses detritos. Atendendo à Resolução n.º 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), as prefeituras precisam incentivar a iniciativa privada a investir em Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos de construção civil (ATT). Frente a essas exigências, e considerando que a municipalidade deve tratar do coletivo, a SES tem um programa específico para regularizar e incentivar a criação das ATT's.

Para dar correta destinação a pequenos volumes de entulho, grandes objetos e resíduos recicláveis, o município de São Paulo, de acordo com a Resolução n.º 307/02 do Conama, tem como política a ser implementada e universalizada aumentar os chamados Ecopontos, que consistem em locais de entrega voluntária de pequenos volumes de entulho, grandes objetos e resíduos recicláveis. É intenção do programa aumentar o número de unidades, uma para cada distrito do município.

## ABASTECIMENTO

É papel da gestão pública também garantir livre acesso da população ao abastecimento de gêneros. Para conseguir isso, é preciso criar condições para a revitalização dos mercados regionais. Uma das tarefas da Secretaria é exatamente reformar as unidades de abastecimento existentes, por meio de ações em parceria com as subprefeituras, promovendo uma renovação

completa não só de todos os mercados regionais, como também do seu entorno, permitindo uma nova composição da economia local.

Deve ser aqui salientado que neste Plano Plurianual estão contidas, também, outras ações que permitirão à SES requalificar sua estrutura para atender às necessidades e demandas inerentes às suas atribuições. Destaca-se aqui a criação do Programa de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da secretaria.

## **CONCLUSÃO**

Dessa forma, diante do cenário apresentado, com um esforço de gestão privilegiando a utilização competente e racional da estrutura já disponível, e maximizando o potencial de atendimento, a Secretaria Municipal de Serviços pretende atuar, durante a execução deste Plano Plurianual, executando programas e ações que proporcionem à população um retorno efetivo nas demandas dos serviços de infra-estrutura urbana.

# C a p í t u l o 1 2

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
**Verde e Meio Ambiente**  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1. Diagnóstico

### 1.1 A ocupação do solo

As condições socioambientais hoje existentes na cidade resultam da interação, ao longo da história, das dinâmicas urbanas, representadas pelas de ordem socioeconômica, demográfica e de ocupação do território. Todas elas condicionaram a forma de apropriação do espaço e dos recursos naturais e influenciam, ainda, o futuro e a sustentabilidade da metrópole.

Desde as décadas de 60 e 70, intensifica-se a expansão da mancha urbana em direção às áreas periféricas, independente das limitações e potencialidades de seu sítio natural. Ocupam-se indiscriminadamente os fundos de vales e terrenos suscetíveis à erosão e com altas declividades. Remanescentes de mata atlântica são suprimidos e inicia-se a ocupação em áreas de mananciais de abastecimento, vitais para a sobrevivência da metrópole. Em contrapartida, acentuam-se as demandas por água, energia, transporte, saneamento e habitação.

As dificuldades de acesso à moradia impelem a população, cada vez maior, à adoção de soluções-problema, como favelas, cortiços, invasões e parcelamentos clandestinos. A década de 70 é marcada pelo incremento da população favelada, que passa de 1,1% em 1973 para 5,2% do total da população, em 1980.

A atividade industrial, até então a predominante na metrópole, associada ao aumento da circulação de veículos movidos a combustíveis fósseis, provocam os primeiros sinais de pressão e de alterações significativas na qualidade do ar.

A partir da segunda metade da década de 70, inicia-se o declínio das taxas de crescimento demográfico, fortemente influenciado pelo processo de desconcentração industrial e pela queda das taxas de natalidade. Áreas específicas da cidade, tradicionalmente com perfil industrial, como a Lapa, Mooca, Pari, Brás e Ipiranga, passam a sofrer com a desconcentração da atividade e a apresentar sinais de degradação urbanística. O mesmo acontece com as áreas centrais.

Nas décadas posteriores, o setor de serviços passa a contribuir cada vez mais para a economia da cidade. No início da década de 90, o setor era responsável por cerca de 29,7% dos empregos formais, valor muito próximo ao da indústria, com 29,4%. Já em 2000, esses valores se alteram para 38% e 20%, respectivamente.

Não obstante a redução do crescimento populacional, nas décadas de 80 e 90, o processo de expansão da área urbanizada continua de forma acelerada, seja por condomínios de alto padrão, em municípios limítrofes, como por exemplo no caso de Alphaville, quer por autoconstrução na periferia. Esta expansão passa a ser acompanhada por um processo de esvaziamento das áreas centrais e pericentrais, melhor providas de infra-estrutura, processo que continua até os dias de hoje.

Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento populacional situou-se em 0,9% a.a. e, segundo estimativas, vem decrescendo ainda mais no período de 2001 a 2004, com valores estimados em torno de 0,6% a.a. Entre 1980 e 2000, cerca de 2/3 dos distritos da cidade, do total de 96, apresentaram taxas negativas de crescimento populacional. Entretanto, os distritos restantes, todos situados em áreas periféricas, evidenciaram um movimento inverso, com crescimento de até 13% a.a.. Entre esses distritos contam-se os de Anhangüera e Jaraguá, na Zona Noroeste, Grajaú e Parelheiros, na Zona Sul e Iguatemi e Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade.

Estes números comprovam a persistência do processo de migração interna da população, em direção às áreas periféricas, contribuindo para o agravamento da situação

ambiental de São Paulo, já que nessas regiões localizam-se os últimos redutos ambientais: remanescentes de mata, áreas permeáveis, biodiversidade e mananciais de abastecimento.

A grande maioria dos mais de 10,4 milhões de habitantes da cidade convive diariamente com graves problemas socioambientais, de difícil reversão, tais como a poluição de seus recursos hídricos e mananciais de abastecimento; enchentes; episódios críticos de poluição do ar; áreas contaminadas; desmatamento e supressão contínua da cobertura vegetal, escassa ainda existente; e impermeabilização do solo, entre outros problemas.

Cerca de 28% da população, ou seja, 3 milhões de pessoas, vivem em condições precárias de habitação, nos 1.241 loteamentos irregulares e nas 2.018 favelas existentes (PMSP, 2004). Só em áreas de mananciais, dentro dos limites do município, vivem 420 mil pessoas em favelas e loteamentos clandestinos.

Em 2001, a cidade apresentava 305 áreas de enchentes e 284 com ocorrências de deslizamento de encosta. Segundo levantamento realizado pelo IPT para a Secretaria Municipal de Subprefeituras, em 2003, 137,5 mil pessoas vivem em 192 áreas de favelas, com risco de serem atingidas por processos de deslizamento.

Por outro lado, 33% do município ainda é coberto por vegetação, sendo 21% por maciços florestais significativos, localizados nos distritos periféricos, onde estão submetidos a intensa pressão para a ocupação urbana. Entre os principais, estão: Engenheiro Marsilac (que concentra 45% de toda a vegetação nativa), Parelheiros, Grajaú, Jaçanã-Tremembé e Perus, entre outros. Esse processo de ocupação desordenado vem levando à supressão contínua da vegetação. Entre 1991 e 2000, foram suprimidos 5.340 hectares de cobertura vegetal (SVMA, 2004).

A redução da cobertura vegetal, ao longo do processo de ocupação do território paulistano, vem condicionando uma série de fatores ambientais, diretamente relacionados com a qualidade urbano-ambiental da metrópole. Além de alterações significativas da paisagem e a perda da biodiversidade, condiciona também o controle de enchentes, seja pelo aumento das áreas sujeitas a erosão, e conseqüente assoreamento das drenagens, seja pelo aumento da área impermeável.

Observa-se também uma íntima relação entre fatores microclimáticos e a cobertura vegetal. Estudos da SVMA apontam a existência de diferenças de temperatura de quase 10° C entre regiões da cidade com presença ou ausência de vegetação.

Nesse contexto, a existência de parques urbanos e outras unidades de conservação é de fundamental importância para a metrópole. Existem hoje 47 parques municipais, sendo 32 totalmente implantados e os demais em fase de implantação. Mas a cidade ainda sofre com a carência de novas áreas para a implantação de parques e outras áreas verdes públicas, visto que a ocupação irregular onera duplamente o estoque de terrenos públicos destinados a esse fim. Isso acontece por força da ocupação dessas áreas por favelas, ou pela não destinação – que é obrigatória - de áreas pelo loteador clandestino, uma vez que, para ele, quanto maior for o número de lotes à venda, maior será o lucro final.

## 1.2 A poluição do ar

Apesar de a qualidade do ar ter melhorado na última década, segundo dados das estações de monitoramento de ar da Cetesb, os maiores contribuintes para o aumento da poluição continuam sendo os veículos automotores, que, entre automóveis, motos, caminhões e ônibus, atingiam quase 5 milhões de unidades em 2002.

O uso do transporte individual pela população paulistana vem crescendo sistematicamente, passando de 18,9% em 1977, para 30,4% em 1987, e atingindo 34,3% em 2002. Neste último ano, apenas 30% da população utilizava o transporte coletivo, e 37% andava a pé. Dentre os automóveis particulares, 78% são movidos a gasolina e 70% da frota tem fabricação anterior a 1997.

Como consequência disso temos um agravamento da saúde da população, principalmente no inverno, especialmente entre idosos e crianças, que são os que mais sofrem com os efeitos da poluição do ar. São registradas cerca de 12 mil internações/ano por doenças causadas pela má qualidade do ar. No período de 2000 a 2002, observou-se um aumento de cerca de 40% na incidência de asma e bronquite em crianças com idade inferior a cinco anos.

### **1.3 Os resíduos sólidos**

A gestão dos resíduos sólidos - domésticos, hospitalares, industriais ou oriundos da construção civil - constitui-se em um grande desafio para a Administração Municipal, considerando os volumes gerados, superiores a 10 mil toneladas/dia, contando-se apenas o lixo domiciliar. O comprometimento da vida útil dos dois aterros existentes, São João e Bandeirantes, bem como a ausência de áreas para a implantação de novos depósitos, agravam o quadro existente. E contribui ainda para isso o grande número de locais com descarga clandestina de resíduos, alguns situados em áreas próximas aos mananciais.

### **1.4 O papel da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente**

Alia-se a este grave panorama de degradação ambiental, a degradação das condições socioeconômicas da população. Degradação esta caracterizada pelo aumento da pobreza, conforme dados do aumento da desigualdade de renda, no período de 1991 a 2000, quando o Índice de Gini variou de 0,56 para 0,62. Os dados de exclusão social e do IDH-Municipal apontam que, à medida que se caminha para a periferia, os valores pioram sensivelmente, aumentando o risco de comprometimento dos recursos naturais.

Os padrões desiguais de qualidade socioambiental da metrópole, associados às novas demandas, sejam elas oriundas do ordenamento jurídico, do panorama internacional - a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Rio/92, Rio+10 de 2002, Joanesburgo/África do Sul e a vigência do Protocolo de Kioto, em 2005) - ou do papel de cidade mundial que São Paulo desempenha desde a última década, passam a exigir da SVMA uma atuação bem distinta da época de sua criação, em 1993, extrapolando o seu papel de simples zeladoria dos parques municipais.

## **2. Ações da Secretaria**

A atual administração está implementando um novo modelo de gestão ambiental da cidade, considerando as realidades locais e as especificidades das diversas regiões, sob o prisma de três diretrizes fundamentais:

## 2.1. Eleição de prioridades

Foram definidos 6 eixos programáticos - ar, água, solo, áreas verdes, ecoeconomia e cultura da paz -, que se desdobram em 12 projetos prioritários, transformadores das políticas ambientais para o Município de São Paulo. Os projetos serão implementados em 40 ações prioritárias, que deverão nortear todo o trabalho da Secretaria. Cada eixo terá um gerente-articulador para implementar, acompanhar, avaliar e propor mudanças de rumo para cada uma das ações escolhidas como prioritárias.

Os projetos e atividades inseridos no Programa de Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade de Vida foram pautados na busca de um modelo de cidade sustentável, tanto do ponto de vista social como ambiental, tendo como pressuposto básico a necessidade de implementação de políticas de inclusão ambiental, que gerem renda/trabalho e preservação/recuperação do meio ambiente, seja ele construído ou natural.

## 2.2. Descentralização: reestruturação e desconcentração da SVMA

A Secretaria adotará também um modelo de desconcentração, democratização e descentralização de algumas de suas atividades por meio da busca incessante de compartilhamento, com a participação de outros órgãos públicos e da sociedade organizada.

Compartilhando com as subprefeituras e outros órgãos municipais a co-responsabilidade de gerir as questões ambientais no município de São Paulo, a Secretaria estará contribuindo para um movimento institucional de aperfeiçoamento gerencial, que permitirá um comprometimento maior de todas as instâncias da Prefeitura e da sociedade com os objetivos definidos.

A instalação progressiva de quatro núcleos de gestão descentralizada, cada qual com um coordenador, e com pessoal das diferentes áreas da SVMA, atuando de modo regionalizado, é peça fundamental no processo de aproximação da SVMA com as demais instâncias: as subprefeituras, e demais órgãos públicos municipais e estaduais comprometidos com a proteção ao meio ambiente, e a própria sociedade civil.

Outras decisões, tomadas pela Secretaria, têm a finalidade de flexibilizar a gestão do meio ambiente, trazendo agilidade e eficiência administrativa. São elas: a reformulação da Assessoria Jurídica; a criação de um grupo de articuladores junto à Assessoria Técnica, para cada eixo prioritário; a criação da Câmara de Compensação Ambiental, com a efetiva participação dos departamentos e do Gabinete; a mudança do modelo de gestão orçamentária, reduzindo de quatro para uma unidade orçamentária, e transformando as mais de 45 dotações em apenas 8.

## 2.3. Municipalização: fortalecendo o Sistema Nacional de Meio Ambiente

Desde agosto de 1981, o Brasil tem uma Política Nacional de Meio Ambiente, ditado pela Lei Federal nº 6938, que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Sistema Nacional de Informações Ambientais (Sinima). Seu objetivo geral é o de dotar o País de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

O Sisnama preconiza a participação do Estado e da Sociedade na formulação das diretrizes para a Gestão Ambiental, em espaços específicos de negociação. São os Conselhos de Meio Ambiente Nacional, Estaduais e Municipais. Além disso, para reforçar suas características

sistêmicas, estabelece como necessária a complementaridade das instâncias federativas de decisão – União, Estados e Municípios. Com isso, atende ao que preconiza o Artigo 23 da Constituição de 1988, que estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no combate à poluição, em qualquer de suas formas.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente apoiará o fortalecimento da Comissão Tripartite Estadual e as estratégias por ela apontadas para a implantação do Sisnama. Para isso, propõe que, de imediato, enquanto não se regula o Artigo 23 da Constituição Federal, seja feito um convênio com o Estado, para que, desde já, o município desempenhe ações de fiscalização e licenciamento, até agora feitas pelos órgãos técnicos do Estado.

### 3. Programas e ações

O Plano Plurianual 2006/2009, e a proposta orçamentária para 2006 da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, abarcam cinco programas. Três deles são comuns a toda a Administração Municipal: Programa de Suporte Administrativo, Programa de Fortalecimento Institucional e Melhoria da Gestão e Programa de Informação e Processamento de Dados. O quarto, Programa de Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade de Vida, liderado por esta Secretaria, também tem caráter intersecretarial.

Ações no campo do Meio Ambiente também serão executadas no programa Ação Centro, no qual estão previstas atividades nas áreas de arborização, sistema de gestão ambiental e educação ambiental, sob a coordenação da Emurb.

#### 3.1. Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade de Vida

Dada a amplitude e magnitude dos problemas ambientais existentes, e a necessidade de intervenções do Poder Público, propõe-se um programa abrangente visando minimizar, recuperar e preservar o meio ambiente e a qualidade de vida, em um modelo de sustentabilidade socioambiental para a cidade.

Este programa atende ao novo quadro jurídico-institucional condicionado pela edição da Lei de Crimes Ambientais, exigindo plena atuação da SVMA/Decont, no exercício de seu poder de polícia administrativa, para coibir e prevenir agressões ambientais em todo o território municipal. O programa incorpora ações de caráter transformador de hábitos e padrões, que visam alcançar novos paradigmas e modificar modelos de gestão, quer da administração pública ou da iniciativa privada, adequando-os ao contexto da sustentabilidade. Na área de transporte, com a adoção de veículos menos poluentes e o incentivo a outras modalidades, com ênfase ao não motorizado. Na gestão da administração pública, com programas de redução de consumo e mudanças de hábitos, e com a adoção de novas formas de educação e disseminação de conhecimento.

#### Objetivos

Esse programa tem os seguintes objetivos principais:

- Promoção à proteção dos recursos naturais, garantindo a qualidade ambiental do Município de São Paulo;
- Promoção do equilíbrio da paisagem e do meio físico ambiente;
- Implementação da Política de Gestão do Sistema de Áreas Verdes, propondo a criação de novos parques urbanos e demais áreas verdes;

- Criação e gestão de Unidades de Conservação (Parques Naturais, Áreas de Proteção Ambiental e demais unidades de conservação);
- Preservação e conservação da biodiversidade no município, por meio da observação e registro da flora e da fauna, bem como o acompanhamento médico-veterinário;
- Administração, preservação, conservação e manejo de parques e seus equipamentos;
- Implementação da APA Capivari-Monos;
- Projeto e gerenciamento de obras e serviços de construção civil e ajardinamento para viveiros, parques, praças, jardins e demais logradouros públicos;
- Produção de mudas ornamentais e arbóreas para uso da administração pública;
- Estímulo ao reflorestamento e arborização urbana, com fins ecológicos e paisagísticos, no âmbito do Município de São Paulo;
- Fiscalização de atividades poluidoras e causadoras de degradação ambiental (desmatamento, descarga clandestina de resíduos, movimento de terra irregular, entre outras);
- Fiscalização da área de Mananciais (Billings e Guarapiranga), com ênfase na APA Capivari-Monos, e promoção de ações necessárias para a implementação de usos compatíveis em Áreas de Proteção de Mananciais;
- Fiscalização e controle de emissão da frota de veículos automotores;
- Implementação de Política Municipal de Redução das emissões de gases de efeito estufa;
- Implementação de Política Municipal de Incentivo ao Transporte Não Motorizado, com implantação de ciclovias, cicloredes etc;
- Recuperação ambiental de áreas degradadas;
- Gerenciamento e revitalização de áreas contaminadas;
- Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;
- Monitoramento da qualidade das águas superficiais do Município (lagos dos parques e córregos);
- Estabelecimento das diretrizes e de plano de recuperação dos antigos aterros (lixões) desativados;
- Análise e monitoramento dos planos de atendimento emergenciais relacionados com transporte de produtos perigosos;
- Implantação de novos cadastros e manutenção dos existentes;
- Monitoramento e fiscalização das antenas de rádio base (ERBs), emissoras de radiações não ionizantes;
- Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local;
- Exame técnico de EIA ou RAP apresentados para licenciamento no órgão ambiental estadual - manifestação do órgão ambiental municipal nos termos previstos no Artigo 5º da Resolução CONAMA 237/97;
- Análise de Relatórios de Impacto de Vizinhança – RIVI;
- Monitoramento e acompanhamento de empreendimentos licenciados;
- Consolidação do Sistema de Informações Ambientais;
- Implementação de instrumentos ambientais e programas previstos no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Diretores Regionais;
- Diagnóstico das condições da qualidade ambiental do Município de São Paulo e alimentação de indicadores ambientais;
- Elaboração e publicação do Relatório da Qualidade do Meio Ambiente do MSP – RQMA;
- Promover a participação popular, por meio do CADES, de sua descentralização em 31 Subprefeituras e das consolidações dos Conselhos Gestores;
- Promover a Cultura de Paz na cidade;

- Fortalecimento da implementação da Agenda-21, elaborada em 1996;
- Inserção da variável ambiental nas políticas setoriais da PMSP;
- Implementação de padrões de produção e consumo sustentáveis;
- Planejar e executar atividades científicas, culturais e educacionais no campo da Astronomia;
- Operação dos Planetários do Ibirapuera e do Parque do Carmo;
- Informar, conscientizar e educar diferentes públicos sobre a qualidade ambiental do município.

### 3.2. Público-alvo

O público-alvo do programa é bastante diversificado e abrangente, Compõe-se de simples munícipes sensibilizados pelas atividades de educação ambiental, passando pelos servidores municipais, usuários de parques municipais - que podem atingir em um final de semana mais de 500 mil pessoas –, pelos proprietários de veículos automotores (mais de 4 milhões), até a totalidade da população da cidade, a ser beneficiada pelos resultados de ações de controle e melhoria da qualidade do ar.

### Estudo, diagnóstico, fiscalização e monitoramentos ambientais

*Esta ação abrange atividades já em desenvolvimento pelas diversas unidades de SVMA, integrando ações rotineiras de controle ambiental, tais como a fiscalização e o licenciamento ambiental, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar o planejamento ambiental, a gestão das áreas verdes e das unidades de conservação, e a recuperação/reabilitação de áreas degradadas e contaminadas.*

#### Objetivos

- Operacionalização de posturas administrativas e sistema de multas ambientais;
- Formação de cadastro de infratores ambientais;
- Processos administrativos de apuração de infrações ambientais;
- Auditoria Ambiental dos empreendimentos licenciados pela SVMA;
- Realização de campanhas mensais de coleta e análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos, priorizando-se o Lago do Ibirapuera;
- Valoração de danos ambientais;
- Cadastro de áreas degradadas por subprefeitura, priorizando a Zona Leste e as áreas de mananciais;
- Investigação de áreas suspeitas e/ou contaminadas;
- Elaboração e implantação de diretrizes para recuperação de áreas municipais e particulares degradadas/contaminadas, em cooperação com as subprefeituras;
- Análise e deliberação dos Planos de Atendimento Emergencial, contidos nos processos de Requerimento de Licença Especial de Trânsito de Produtos Perigosos, referentes aos transportadores que circulam no município de São Paulo;
- Gerenciamento da implantação e operação do Programa de Inspeção e Manutenção Veicular IM;

- Consolidação do Sistema de Informações Ambientais;
- Elaboração do Diagnóstico Ambiental do município e edição do Relatório de Qualidade Ambiental – RQMA;
- Instituição do Zoneamento Ambiental do Município de São Paulo, atendendo ao Artigo 248 da Lei nº 13.430/2002 do Plano Diretor Estratégico;
- Elaboração de Parâmetro Ambiental para Planejamento e Regulamentação – FQA, que subsidiará o Zoneamento Ambiental;
- Elaboração de estudo de viabilidade de implantação de novas Unidades de Conservação no município;

### **Manutenção e Conservação de Áreas Verdes**

Esta ação abrange diversas atividades já em desenvolvimento pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes da SVMA, integrando ações rotineiras visando a conservação e melhoria dos aspectos ambientais dos Parques Públicos Municipais da cidade, o manejo da fauna e flora e a melhoria da qualidade ambiental, por meio da implantação de arborização urbana.

#### **Objetivos**

- Manutenção e conservação dos parques municipais;
- Implementação do Plano Diretor do Parque Ibirapuera;
- Produção de mudas de espécies herbáceas e arbustivas e de mudas de espécies arbóreas para atendimento da demanda da municipalidade;
- Aumento da biodiversidade das espécies;
- Plantio de espécies arbóreas, no âmbito do Plano Diretor de Arborização;
- Recuperação e reabilitação de animais silvestres;
- Levantamento da fauna e flora dos parques e demais áreas da cidade;
- Manutenção e controle da fauna de animais silvestres e do acervo dos parques;
- Diagnóstico e proposição de programas de proteção e recuperação da biodiversidade da fauna;
- Subsídios dos programas de soltura e reintrodução de animais silvestres em seu local de origem.

### **Educação Ambiental**

#### **Objetivos**

- Dar diretrizes aos trabalhos de Educação Ambiental dos Núcleos de Gestão Descentralizada;
- Implementação da Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Paz – UMA-PAZ;
- Criação da Política Municipal de Educação Ambiental;
- Atendimento das demandas da SVMA em relação à Educação Ambiental em programas/projetos institucionais;
- Implantação da monitoria ambiental nos parques;

- Participação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, estimulando sua implantação nas propriedades municipais;
- Fomento à criação de Núcleos de Arborização das Subprefeituras
- Atendimento das parcerias com outras secretarias municipais (SME, SMC e SMS);
- Gerenciamento de Banco de Dados sobre Educação Ambiental no município;
- Disseminação do Diagnóstico Ambiental do Município de São Paulo para incorporação das propostas e recomendações às políticas públicas locais;
- Atividades e ações dos Planetários do Ibirapuera e do Carmo e da Escola Municipal de Astrofísica;
- Formação de jardineiros e paisagistas.

### **Construção, Reforma e Ampliação das Unidades da SVMA**

#### Objetivos

- Manutenção das edificações, playground, estares, infra-estrutura, sanitários, cercamento e brinquedos nos parques existentes;
- Reforma do prédio para instalar a Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Paz;
- Execução das obras previstas no Plano Diretor do Parque Ibirapuera;
- Requalificação do sistema de abastecimento de água do Parque Ibirapuera;
- Restauro das estufas e ripados do Viveiro Manequinho Lopes e reforma do seu sistema de abastecimento de água e da rede coletora de esgoto;
- Restauro do ripado e instalação de bancada de tubetes, assim como reparo do sistema de drenagem do Viveiro de Cotia;
- Viveiro do Anhangüera: reativação para produção de árvores nativas;
- Viveiro do Carmo: reparo na cobertura do galpão.

### **Implantação de Áreas Verdes, Proteção de Mananciais e Recuperação Ambiental**

A partir do diagnóstico realizado pela SVMA, há necessidade de estabelecer e implantar ações efetivas que visem a preservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental da cidade, seja pela implantação de novos parques urbanos, pela proposição de novas unidades de conservação ou pela reabilitação de áreas degradadas.

#### Objetivos

Implantação de novos parques, atendendo às diretrizes do Plano Diretor Estratégico, entre os listados abaixo;

**Tabela 1 – Novos Parques Propostos**

Aterro Jacuí	Parque Shangrilá
Parque Alto da Boa Vista	Parque Pinheirinho d' água
Parque Emb. Sérgio Vieira de Mello	Parque Sena
Parque Campo da Vinha	Parque Prof. Lydia Natalício Diogo
Parque Colinas de São Francisco	Parque Tenente Brig. Faria Lima
Parque Darcy Silva	Parque Jacinto Alberto
Parque das Águas	Parque Jardim Herculano
Parque do Trote	Parque Ganhembu
Parque do Cordeiro	Parque Itaguaçu
Parque Ermelino Matarazzo	Parque Vila do Rodeio
Parque D. Pedro (Emurb)	Parque Sapopemba (denominado)
Parque Rincão	Parque D. Paulo Evaristo

- Implantação de parques lineares previstos no PDE e nos PDRs;
- Implantação de praças com áreas superiores a 6.000 m<sup>2</sup>;
- Reimplantação do Viveiro do Anhangüera, atualmente inativo;
- Fortalecer, subsidiar e apoiar o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos;
- Plano de Gestão, por meio do projeto Fortalecimento da Gestão Participativa da APA Capivari-Monos, aprovado pelo FNMA/MMA em 2003. A elaboração do referido plano deverá atender ao Artigo 26 inciso II da Lei supracitada;
- Elaborar e executar a Programação/Sinalização da APA Capivari-Monos;
- Implementar projeto de fortalecimento e organização do setor agrícola;
- Criação e implantação da Área de Proteção Ambiental – APA do Bororé –Colônia;
- Criação e implantação do Parque Natural da Cratera de Colônia, na Subprefeitura de Parelheiros;
- Viabilização da criação de novas Unidades de Conservação – Cabeceiras do Aricanduva, Morro do Cruzeiro, Mata do Iguatemi e Sete Praias;
- Criação e Implantação do Parque Natural da Fazenda do Carmo;
- Desapropriação de áreas para a criação de novas Unidades de Conservação;
- Nova edificação do Hospital Veterinário no Parque Anhangüera;
- Realização de levantamento arqueológico das Unidades de Conservação, a fim de identificar e preservar seu patrimônio cultural;
- Realização de levantamento fundiário das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia;
- Implantação de sinalização turística e educativa nas Unidades de Conservação existentes, a fim de divulgar e orientar usuários.

# C a p í t u l o 1 3

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
**Cultura**  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1. Diagnóstico

A ação da Prefeitura de São Paulo na área desta Secretaria tem por finalidade estimular a produção e a difusão da cultura de forma ampla, estabelecendo parcerias operacionais com as demais secretarias de governo e, em especial, com áreas estratégicas como Meio Ambiente, Educação e Turismo.

Nesse sentido, são formuladas neste PPA políticas públicas compatíveis com a nova dimensão que a cultura vem assumindo, seja como fonte de emprego, instrumento de desenvolvimento espiritual ou de coesão social.

Estima-se que a atividade econômica diretamente ligada à área da cultura movimenta R\$ 1,5 bilhão ao ano na cidade de São Paulo, gerando cerca de 70 mil empregos. No mundo, a indústria cultural tem tido um crescimento de 200% ao ano, constituindo-se em grande fonte de geração de renda e arrecadação de impostos.

Diante disso, a atuação da administração pública é antes de tudo normativa, indutiva e compensatória. A Secretaria Municipal da Cultura agirá no campo das políticas públicas, buscando assegurar o amplo acesso às mais diversificadas ações culturais, e o direito de expressão e fruição, atuando na promoção de eventos artísticos e no apoio aos artistas, oferecendo uma programação de qualidade, sem discriminações culturais ou de classe. Nesta perspectiva, o funcionamento do programa "Vai", que incentiva o desenvolvimento de projetos artísticos e culturais na periferia, é tão importante quanto a temporada de ópera do Teatro Municipal.

Contudo, a Secretaria não pode se limitar ao papel de produtora de eventos. Deve estabelecer um equilíbrio entre os recursos destinados à programação e os investimentos em infraestrutura, recuperando bibliotecas, teatros, casas históricas e casas de cultura, estancando o processo de deterioração do patrimônio público, promovendo sua conservação e oferecendo à população instituições em condições de prestar bons serviços.

A Secretaria Municipal de Cultura, dentro da estratégia enunciada neste PPA, deverá passar por uma reconstrução institucional, preparando suas equipes de trabalho, investindo na formação de funcionários, delegando responsabilidades e poderes e garantindo às suas instituições centrais gestões autônomas, que lhes proporcione independência e estabilidade financeira, administrativa e política. No bojo desse movimento, deverão ser implantados o Sistema Municipal de Bibliotecas, o Sistema Municipal de Museus e o Departamento de Expansão Cultural, além de elevar a nível de Departamento o Arquivo Histórico Municipal.

Em contraponto à crescente limitação de recursos orçamentários, consagrou-se uma enorme liberalidade com o uso do dinheiro público pela iniciativa privada. Ferramentas essenciais para as ações culturais, os mecanismos de incentivo fiscal precisam ser aperfeiçoados. Nesta perspectiva, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura deverá passar por um redesenho, visando resguardar o papel do poder público na formulação de prioridades, indução de investimentos e iniciativa de parcerias.

Por último, é essencial que o poder público municipal identifique suas vocações e defina os campos nos quais irá atuar, evitando reproduzir programas e eventos similares àqueles já realizados por outros órgãos de cultura. A Secretaria Municipal de Cultura deve aprofundar o reconhecimento de suas áreas de atuação, para que possa investir nas especificidades e potencialidades de cada uma delas. Nesse sentido, alguns parâmetros revestem-se de importância para a definição das linhas de trabalho da Secretaria Municipal de Cultura:

- Com a arte, busca-se um equilíbrio entre os investimentos em infra-estrutura e os recursos que são destinados à programação artística. Os órgãos e instituições da Secretaria precisam ser recuperados e reestruturados: as experiências comprovam que o público responde aos investimentos, mesmo modestos. O caso recente da revitalização do Centro Cultural São Paulo é um exemplo eloqüente.

- Com o meio ambiente, é uma aliança estratégica em que ambos ganham. Um exemplo bem-sucedido a reproduzir é expandir a experiência localizada da Escola de Iniciação Artística – EMIA, implantando esses órgãos de cultura nos parques da cidade.
- A cultura pode cooperar ainda com a educação de duas formas: como elemento facilitador, fornecendo o diferencial que dá sentido e torna os conteúdos educacionais assimiláveis e atraentes, e também como complementação, dando continuidade ao processo de formação fora do espaço da sala de aula. A educação também pode fornecer à cultura um referencial necessário para o planejamento da formação do indivíduo.
- É importante que a cultura não renuncie à sua dimensão lúdica e prazerosa, oferecendo opções de lazer de boa qualidade. Para que a programação seja eficiente é preciso conhecer o perfil do público de cada órgão. Nesse sentido, pesquisas de público regulares são imprescindíveis como instrumento de planejamento.
- Se tiver uma presença marcante nos anos de formação do indivíduo, a cultura pode criar oportunidades, despertando aptidões e talentos. A presença da cultura na escola é indispensável à completa formação da pessoa.
- Ao contrário do que se diz, as leis de incentivo infelizmente não foram capazes de desenvolver mercados para as diferentes áreas da cultura. O projeto da Secretaria é colaborar nesse sentido por meio da ativação do Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais (FEPAC) como financiador de custeio de projetos de instituições públicas não-governamentais.
- A consolidação de São Paulo como Cidade Mundial está intimamente relacionada com seu papel como cidade de turismo de negócios e cultural. O turista de negócios amplia sua estadia e transforma-se em turista cultural se o potencial cultural da cidade for desenvolvido. É esta alavancagem que multiplica a geração de empregos, renda, negócios e cultura na cidade. Por esse motivo, deve-se aproveitar ao máximo o grande potencial de São Paulo, investindo-se, por exemplo, em museus competitivos, com boas coleções e boas exposições, que atraiam o público e estejam inseridos no circuito nacional, com o objetivo de estimular o encontro de programas culturais e estrutura turística. A interação entre a Secretaria de Cultura e a São Paulo Turismo (Anhembi) se efetivará, entre outras coisas, por meio da criação de um Calendário Cultural da Cidade de São Paulo.
- Parcerias com outras Secretarias e entidades na formulação de programas de qualificação profissional. No momento em que escasseiam empregos formais na indústria e no comércio, surgem, paradoxalmente, oportunidades de emprego e crescimento profissional nas áreas ligadas à cultura, em franca expansão. Prover a qualificação de mão-de-obra é indispensável para esse desenvolvimento espontâneo.
- Apoiar manifestações de grupos populares que resistem ou se adaptam ao modo contemporâneo, sem perder suas características. O intuito não é, com uma visão paternalista, congelar essas manifestações: é incentivá-las e acompanhar o processo de sua adaptação aos novos tempos.
- São Paulo tem uma dinâmica própria de construção e reconstrução. Cabe, pois, implantar uma política patrimonial que permita a preservação dos acervos e manchas históricas, sem interromper o desenvolvimento urbano.
- Apoiar o desenvolvimento de grupos que, em torno de um universo próprio de valores, constituem sua identidade. Caso, por exemplo, dos grafiteiros, pichadores, skatistas, vegans, que possuem uma dinâmica própria. O reconhecimento dessa expressão cultural poderá transformá-la, inclusive, em fonte de renda e segurança social para esses grupos.

Dados estes parâmetros, as principais políticas definidas para o presente Plano Plurianual da Prefeitura são:

1. Modernizar e descentralizar a administração, recuperando os órgãos públicos e descobrindo as vocações das instituições a fim de implementá-las. Para tal serão implementadas alianças com todos os parceiros disponíveis, locais, nacionais e internacionais, sejam eles governamentais ou não-governamentais. O intuito é induzir a realização de programas públicos, com apelo à participação privada, mediante incentivos. A exemplo do que se adota em outros países, o poder municipal deve definir onde investir os recursos, convidando o setor privado a participar, a partir da criação de fundos combinados (*matched funds*). Não se trata de simplesmente oferecer os recursos financeiros para que o poder privado determine, segundo a sua lógica e os seus interesses, o destino dos investimentos. Em contraponto à limitação de recursos orçamentários, existe uma enorme liberalidade com o uso do dinheiro público pela iniciativa privada. É preciso confrontar situações e iniciativas que não sejam de interesse público.
2. Incentivar a cultura de exportação sobre a de importação, favorecendo a exportação de conteúdos – sejam eles paulistanos, paulistas, brasileiros –, de obras, artistas e modelos de gerenciamento. A preocupação deve ser a de garantir o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada setor – instituições, artistas e programação –, analisando suas vertentes de atuação e competitividade.
3. Mobilizar esforços para o desenvolvimento de mercados culturais internos que possam se auto-sustentar a médio e longo prazo, já que a cultura se tornou fonte de renda para muitas pessoas.
4. Garantir o cumprimento do papel do poder público, onde for imprescindível e insubstituível.

Além do quadro de restrição orçamentária com o qual o presente Plano Plurianual tem que se conformar, a austeridade com o dinheiro público é um princípio norteador, critério a ser adotado em Secretaria Municipal da Cultura tanto com recursos orçamentários como extra-orçamentários.

O objetivo é sempre promover o máximo com o mínimo, reduzindo o custeio e aumentando o investimento. Uma das formas de se reduzir os custos é eliminar os vícios da máquina administrativa. Uma medida possível e necessária é a redução dos gastos com aluguel, por exemplo. Os Departamentos hoje reunidos no prédio da Secretaria de Cultura devem ser gradativamente transferidos, retornando para prédios públicos. Essas mudanças serão realizadas considerando-se as especificidades, necessidades e características de cada área.

## 2 Ações gerais da Secretaria de Cultura

### 2.1 Ações no curto prazo

- Implantar um modelo de administração pública responsável, baseado em descentralização e autonomia.
- Reconstrução institucional da Secretaria Municipal de Cultura, que passará a delegar responsabilidades e poderes, descentralizando o que for possível de forma a permitir que, alinhados à política cultural formulada pela Secretaria, os órgãos centrais passem a ter uma gestão autônoma administrativa e financeiramente.
- A criação das autarquias do Teatro Municipal, da Biblioteca Mário de Andrade e do Centro Cultural São Paulo permitirá a implantação de conselhos que tornem as gestões mais transparentes e criteriosas no desenvolvimento dos planos de trabalho e na administração dos recursos. Dessa forma, as instituições também ficam mais resguardadas das mudanças de

- diretrizes políticas e partidárias e a administração deixa de estar centralizada na Secretaria, que assim poderá exercer melhor o seu papel de formuladora de políticas públicas.
- Fusão do Departamento de Ação Cultural Regionalizada com o Departamento de Teatro para a criação do Departamento de Expansão Cultural, que passará a programar de forma conjunta e mais racionalizada os órgãos da Secretaria Municipal de Cultura.
  - Criação e implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas, a partir de uma reestruturação do Departamento de Bibliotecas Públicas e do Departamento de Bibliotecas Infanto-juvenis. Essa classificação deixa de existir e o Sistema passa a administrar conjuntamente as 64 unidades da rede.
  - A Biblioteca Mário de Andrade, que futuramente será transformada em autarquia, será imediatamente elevada, mediante decreto, à categoria de Departamento, adquirindo maior autonomia administrativa.
  - Criação de uma Coordenadoria de Gestão visando a melhorar o padrão administrativo, instituindo controles de orçamento e de pessoal.
  - Recuperação da capacidade de investimento, por meio de convênios, parcerias e patrocínios.
  - Remanejamento de espaços, com o objetivo de reduzir despesas de aluguel e manutenção.
  - Investimento em obras de infra-estrutura e aquisição de equipamentos necessários à modernização da administração.
  - Remanejamento de quadros administrativos para serviços em que há escassez de pessoal, de forma a equilibrar as equipes de trabalho.
  - Implantação do programa de Letramento, visando à complementação da educação formal – ensino fundamental e médio – dos funcionários, inclusive dos prestadores de serviços terceirizados, em todos os órgãos de Secretaria Municipal de Cultura.
  - Aprimorar a tramitação dos processos administrativos, simplificando procedimentos e propondo, quando necessário, a sua reformulação em nível superior. É sabido que a administração municipal encontra-se em estágio atrasado com relação às suas congêneres em nível estadual e federal. A partir da experiência da Secretaria Municipal de Cultura, serão sugeridas medidas visando à desburocratização e à descentralização.
  - Implantar procedimentos e estratégias de comunicação e troca de informações entre os departamentos. Esta ação de aprimoramento da comunicação interdepartamental visa, inclusive, à economia de recursos na contratação de serviços e programação.

## 2.2 Ações permanentes

- Recuperar e manter as instituições públicas, da Biblioteca Mário de Andrade à Casa de Cultura de bairro. Identificar os setores organizados, que já têm alguma vocação e que precisam de incentivo e suporte para se desenvolver.
- Investir no aprimoramento profissional dos funcionários por meio de programas de capacitação e cursos de atualização.
- Estimular o corpo funcional em todos os níveis, devolvendo a capacidade de participação e envolvimento na execução e formulação dos programas. Reconhecer e localizar onde estão os bons funcionários, valorizando-os e engajando-os na administração.

Operacionalmente, estas ações dar-se-ão por sobre os seguintes grandes grupos:

- Ações para o Sistema Municipal de Bibliotecas
- Ações para a Biblioteca Mário de Andrade

- Ações para o Patrimônio Histórico
- Ações para o Centro Cultural São Paulo
- Ações para Expansão Cultural
- Ações para o Teatro Municipal.
- Ações de promoção, apoio e expansão de Atividades Culturais.
- Outras ações e parcerias

# C a p í t u l o 1 4

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
**Deficientes**  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

Dos 170 milhões de brasileiros contabilizados pelo censo de 2000 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 14,5% são pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Na cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, dos mais de 10 milhões de habitantes, 10,32% são deficientes. O fato de residirem numa metrópole não é, para eles, sinônimo de vida melhor. Ao contrário: a cidade, completamente urbanizada, é extremamente carente em condições de infra-estrutura para pessoas nessas condições. Esses paulistanos convivem diariamente com a inacessibilidade às ruas, prédios, restaurantes e até passeios públicos. Essa não é, porém, a principal dificuldade enfrentada pela pessoa com deficiência em São Paulo - ou em qualquer outro lugar do Brasil. Uma outra, alimentada por anos de história, choca ainda mais: é o preconceito.

### **As maiores e barreiras**

Em números gerais, são quase 25 milhões de brasileiros que possuem alguma deficiência, e por isso sentem inúmeras dificuldades em sua sociabilização. Essas barreiras são dos mais diversos tipos, e podem ser assim agrupadas:

**Arquitetônicas:** a falta de acessibilidade física como rampas e elevadores nas escolas, transportes coletivos, aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos em geral, hotéis e similares, museus, teatros, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos e outros locais.

**Atitudinais:** a incompreensão da sociedade, de uma forma geral, quanto às necessidades de uma pessoa com deficiência. É importante que todos compreendam que diferença não é sinônimo de incapacidade. É preciso que a sociedade mude de opinião e de atitude, quebre o preconceito e aceite as pessoas como elas são, pois incluir é tratar igualmente todas as pessoas, todos os cidadãos.

**Comunicáveis:** a falta de sinalização de locais (em atenção aos cegos e pessoas com visão reduzida) e a necessidade de intérpretes da língua de sinais para os surdos, nos principais pontos da cidade, entre outros.

**Instrumentais:** a falta de aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que possam ser disponibilizados em parques, escolas e passeios para que não haja distinção devido às limitações físicas, sensoriais e mentais de pessoas com esses tipos de deficiência.

**Programáticas:** são as barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas; barreiras que se apresentam implicitamente, mas que, na prática, impedem ou dificultam a completa inclusão das pessoas com deficiência.

### **O que é preciso ser feito**

Um primeiro e importante passo é transformar essa São Paulo de milhares de possibilidades, eventos, roteiros, mercados, numa cidade acessível para todos os seus habitantes, sejam eles deficientes, idosos, gestantes, crianças ou adultos.

Com vistas à inclusão da pessoa com deficiência, e a fim de organizar e gerir políticas públicas que proporcionem uma melhor qualidade de vida para esta parcela da população – contando também com as pessoas que tenham (temporariamente ou não) mobilidade reduzida –, foi criada, em abril de 2005, uma Secretaria Especial incumbida desta missão.

Surge, então, a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, com a nobre e árdua tarefa de quebrar todas as barreiras que impedem a total inclusão desses cidadãos. Elencadas as dificuldades, a Secretaria definiu como primeira e primordial ação levantar a bandeira

da **acessibilidade**, cumprindo exatamente o significado semântico da palavra: garantir o acesso à comunicação, aos direitos e à mobilidade física.

### **As oportunidades**

A carência de políticas públicas para a pessoa com deficiência no Brasil é enorme, uma vez que a grande maioria encontra-se marginalizada e excluída. Muitas dessas pessoas estão fora do mercado de trabalho, pela falta de adequação instrumental ou educacional às novas tecnologias, e atualização em relação às necessidades do mercado. Outras não conseguem se inserir por enfrentar dificuldades de locomoção – pessoas que iriam à escola, ao centro de reabilitação, ao trabalho, mas não o fazem por falta de transporte adequado e adaptado. Ainda há pessoas que não se sociabilizam pela dificuldade, simplesmente, de andar pelos passeios públicos, sejam calçadas, parques, praças e outros logradouros. Melhorar a vida dessas pessoas é mais do que uma missão: é um compromisso da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência.

A cidade de São Paulo pode despontar como um dos maiores municípios capaz de tratar dignamente uma pessoa com deficiência. Realizar esse sonho é tarefa de todos nós.

# C a p í t u l o 1 5

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
**Segurança**  
Turismo  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1 Segurança

A Segurança Pública é considerada pela população como um dos principais itens de preocupação que o poder público deve priorizar. Os números da violência em todo o País e, sobretudo, nas regiões metropolitanas, corroboram a procedência destas manifestações.

Tradicionalmente considerada como de responsabilidade dos governos federais e estaduais, sobretudo deste último, recentemente os municípios tiveram formalmente incluídos entre as suas atribuições a participação com suas Guardas Cíveis no Sistema de Segurança Pública, na proteção dos bens públicos, no apoio ao cumprimento da legislação urbana e na prevenção à violência.

Se estudos apontam correlação entre índice de desemprego e criminalidade, não é menos verdade que a desarticulação dos governos, nas ações de prevenção e nas medidas de segurança pública, também sempre foi considerada como fator que contribui para a menor eficácia do combate à violência.

A estruturação e organização da área da Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana tem como diretriz a articulação com as polícias civil e militar, atuando de forma complementar a elas. O objetivo é a integração entre os municípios e o Estado, a sintonia constante com a comunidade, estabelecendo canais de comunicação eficazes e a proteção dos bens públicos, especialmente escolas e equipamentos de grande fluxo de pessoas.

Para isso, a estrutura e a formação do contingente da Guarda Civil Metropolitana devem ser constantemente aprimorados, com investimentos em equipamentos e programas continuados de qualificação.

A atuação da Guarda Civil Metropolitana, no contexto social e comunitário, está sendo revista, com a implantação de um plano de carreira para os policiais, uma nova grade curricular, com ênfase nos direitos humanos, a criação de uma corregedoria independente e autônoma, e as Comissões Cíveis Comunitárias, que priorizarão a integração entre a Guarda Civil Metropolitana e a população, por meio de fóruns de discussão dos problemas relacionados à segurança urbana.

A atuação mais eficaz da polícia, dirigida para as áreas com maiores índices de criminalidade, é possibilitada pela implantação do InfoCrim, sistema informatizado de registro e mapeamento de ocorrências criminais nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

## 2 Programas

O Plano Plurianual – PPA 2006-09 da Secretaria de Governo, responsável pela orientação da Política de Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana, definiu as principais medidas e ações que permitirão a evolução da qualidade dos serviços prestados nesta área:

- Fortalecimento da Ronda Escolar, fixa e motorizada, garantindo os equipamentos necessários para o atendimento de todas as escolas municipais, e ampliando a qualificação dos guardas cíveis para esta tarefa, que requer atitudes especialmente positivas junto às crianças, pais, professores e comunidade.
- Aparelhamento da Guarda Civil com aquisição de coletes à prova de balas, carros, motos, bicicletas, computadores e sistemas de comunicação modernos e integrados às demais polícias
- Apoio à ação do poder público nas ações do Departamento de Controle de Uso dos Imóveis – Contru, órgão da Secretaria da Habitação, fazendo a segurança preventiva e evitando incêndios e outros tipos de acidentes; nas ações dos agentes do Psiu – Programa de Silêncio Urbano, que cuida da observância dos limites de sons e ruídos, especialmente no período noturno, para preservar o descanso e bem estar das pessoas.

- Ampliação à proteção dos mananciais e áreas de proteção ambiental, numa ação conjunta com a Polícia Florestal e agentes de fiscalização do Ibama.
- Maior presença da Guarda Civil Metropolitana nos bairros mais distantes do Centro da Capital, levando àquelas comunidades maior proteção e ações de caráter preventivo.

# C a p í t u l o 1 6

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
**Turismo**  
Esportes  
Participação e Parcerias

## 1. Considerações iniciais

O lazer, o entretenimento, a cultura e os negócios compõem a base do turismo da cidade de São Paulo. Todos os anos, milhões de visitantes, do Brasil e Exterior, injetam na economia paulistana valores consideráveis e geram milhares de empregos diretos e indiretos. Atividade de mão-de-obra intensiva, o setor tem uma capacidade multiplicadora única, visto promover desde a ocupação dos trabalhadores menos qualificados, até profissionais de alto nível e formação.

São Paulo se destaca em todos os segmentos básicos da atividade: no lazer e entretenimento, mantém o ano todo o maior e mais variado cardápio de opções; na cultura, apenas para citar dois exemplos, oferece ao visitante mais de cem museus e monumentos que compõem o patrimônio histórico. Nos negócios, em suas diversas manifestações – do pequeno lojista que vem à cidade se abastecer, aos participantes das feiras de negócios, passando pelos executivos em missões de investimento, prospecção ou implantação de novas atividades – São Paulo é o grande destino internacional da América Latina.

A grande missão da São Paulo Turismo SA, nova denominação da Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo, é aproveitar todas estas características. Será dada atenção para ações que estimulem o crescimento do número de visitantes, mas também o aumento na permanência dos que já recorrem à cidade, motivados principalmente pelos negócios, e que não desfrutam de tudo o que São Paulo oferece, nos mais diversos setores: de um eventual exame de saúde em hospitais com reconhecido avanço tecnológico, a uma noite memorável com shows de nível internacional e os melhores restaurantes.

São Paulo tem o maior e mais variado parque hoteleiro da região: são 1.113 hotéis, totalizando 66 mil apartamentos, nas mais diversas categorias. O transporte aéreo conta com 30 companhias em operação, que ligam a cidade a 39 destinos internacionais, além do aeroporto doméstico de maior movimento do País, Congonhas, com 13,6 milhões de passageiros atendidos em 2004. Completam o quadro do transporte os terminais rodoviários, com rotas intermunicipais, interestaduais e internacionais, com ônibus que se utilizam de acessos terrestres por 10 rodovias. E, como resultado desta superestrutura, recebemos anualmente 7,5 milhões de turistas, sendo 5,5 milhões a negócios e 2 milhões motivados pelo lazer.

Esses elementos são essenciais para a consolidação de São Paulo como centro internacional, ou, como dizem os urbanistas, Cidade Mundial.

## 2 Diagnóstico

### 2.1 O turismo no mundo

De acordo com dados divulgados pela Organização Mundial de Turismo – OMT, em 2004 foram realizadas 762,5 milhões de viagens motivadas pelo lazer, o que gerou um faturamento de US\$ 622 bilhões. Na última década e meia, o setor registrou um crescimento médio de 3,9% no total de viagens e 6,4% no faturamento. Considerando apenas os últimos dois anos, o crescimento no total de viagens foi superior a 14% ao ano (média).

Segundo outra fonte, o World Travel and Tourism Council (WTTC), atualmente o mercado de viagens e turismo (lazer e negócios, principalmente) responde por 10,4% do Produto Interno Bruto mundial, com uma produção chegando aos US\$ 4,2 trilhões. Na geração de empregos, os dados também impressionam: são 214 milhões de postos de trabalho gerados pelo setor.

As expectativas, tanto por parte da OMT quanto da WTTC, para os próximos anos, são boas. Para a primeira, em 2020 serão 1,6 bilhão de pessoas viajando, sendo 75% em trechos de curta distância (intra-regionais) e 25% em viagens de longa distância – o que interessa particularmente ao Brasil, por estar distante dos grandes pólos mundiais de emissão de turistas. O WTTC, por seu lado, também demonstra otimismo, estimando que em 2014 serão US\$ 6,9 trilhões, com o emprego de 260 milhões de pessoas.

Sob o ponto de vista dos impactos negativos, o que mais tem abalado o turismo no mundo são os atos terroristas, principalmente quando verificados em destinos com grande fluxo de visitantes – Londres e Madri são exemplos recentes. Movimentos recessivos são sentidos também diante de crises sanitárias ou de saúde, como a Febre Asiática e, fatalmente, com a lenta recuperação a ser verificada em New Orleans, nos Estados Unidos, um dos destinos americanos mais procurados pelos estrangeiros.

## 2.2 O turismo no Brasil

Em 2004, 4,7 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil, segundo a Embratur, gerando uma receita cambial de US\$ 3,9 bilhões. A Argentina, como sempre acontece, liderou o ranking de principal emissor, com mais de 792 mil turistas, resultado bastante inferior a 2001, quando do país vizinho vieram 1,3 milhão de visitantes.

Além da Argentina, figuram entre os cinco maiores emissores internacionais os Estados Unidos, a Alemanha, o Uruguai e a França. Tais resultados econômicos colocam o turismo entre as principais fontes de exportação do País. A distribuição de renda no turismo é bastante mais imediata, mais democrática até, do que muitas outras, uma vez que atende o comércio de luxo e o popular, os restaurantes, a hotelaria e as companhias aéreas, os grandes hotéis e as pequenas pousadas.

Mesmo com desempenho positivo na última década e meia – média anualizada de 10,9% no número de turistas, e de 7,3% na receita – o setor ainda é bastante vulnerável, sofrendo com as oscilações da economia mundial, especialmente as que ocorrem no seu principal emissor, a Argentina. Outros problemas que afetam diretamente o turismo são a imagem negativa vinculada a questões sociais, como segurança; a distância com relação aos outros grandes centros emissores, tornando a viagem ao Brasil mais cara; e os baixos investimentos em promoção.

Em 2003, o Governo Federal, por meio do Ministério de Turismo, lançou o Plano Nacional de Turismo, abrangendo o período 2003-2007, com programas a serem implementados e a meta de receber 9 milhões de visitantes estrangeiros. Estruturalmente, do ponto de vista político, a principal mudança foi o novo posicionamento da Embratur, que passou a se dedicar exclusivamente ao mercado internacional.

Em termos de previsão de evolução deste mercado, tem-se as projeções da WTTC:

<b>Tabela 1 - Brasil – Mercado de Viagens e Turismo</b>			
<b>Indicador</b>	<b>2.004</b>	<b>Previsão 2.014</b>	<b>Cresc. anual</b>
Viagens pessoais e turismo	60,7 bilhões US\$	142,5 bilhões US\$	3,7%
Viagens de negócios	23,2 bilhões US\$	57,3 bilhões US\$	4,3%
Empregos totais gerados pelo turismo	5,4 milhões	6,8 milhões	2,4%
Empregos gerados só no setor	2,2 milhões	2,7 milhões	2,1%
Produto Interno Bruto do Turismo	114,7 bilhões US\$	281,7 bilhões US\$	4,2%

Fonte: WTTC

## 2.3 O Turismo em São Paulo

A São Paulo Turismo SA é a empresa responsável pela gestão do turismo na cidade de São Paulo, compreendendo desde sua estruturação até a promoção. Além desta função, ela tem ainda duas outras: é a responsável pela administração e locação de equipamentos, como o Parque Anhembi, o Palácio das Convenções, o Autódromo de Interlagos, o Terminal Turístico de Compras 25 de Março e o Pólo Cultural; e responde como braço executor dos eventos sob a chancela da Prefeitura do Município.

Sob o ponto de vista da infra-estrutura, turística e de serviços, nenhuma cidade da América do Sul tem tantas qualidades quanto São Paulo. Atendem a cidade os dois mais movimentados aeroportos do País – Internacional de São Paulo/Guarulhos e Congonhas – consolidando-a como o *hub* na América do Sul. Do ponto de vista doméstico, além da grande oferta de vôos, São Paulo tem também uma malha rodoviária bastante adequada, que ganhará em qualidade quando for concluído o Rodoanel.

Com relação ao transporte no perímetro da cidade, merecem destaque o sistema metroviário, em fase de expansão, os táxis e a boa oferta das locadoras de veículos – praticamente todas as grandes marcas mundiais mantêm operações na cidade — com mais de 61 mil veículos de aluguel, distribuídos por quase 300 locadoras (dados de 2004).

Sobre os atrativos turísticos, culturais, de lazer e entretenimento, a cidade tem como características principais a qualidade de suas produções e a variedade de opções. O mesmo acontece com a gastronomia e, bastante importante, o segmento de compras – para consumo próprio ou para abastecimento do comércio de outras cidades. Na mesma linha de segmentação, têm ganho destaque especial dois setores bastante rentáveis: o chamado “turismo de saúde”, formado por pessoas que procuram os mais diversos tipos de tratamento e/ou exames; e o consumo de alto luxo, naturalmente fomentado pela qualidade das grifes de fama internacional que se instalaram na cidade.

Diferente da maioria dos destinos turísticos clássicos do mundo, São Paulo tem no setor de negócios – eventos profissionais em destaque – o seu grande mercado. Em um único dia chegam a acontecer na cidade 250 eventos, de pequenas convenções de vendas a feiras que reúnem mais de 100 mil pessoas. São quase 40 centros de eventos e cerca de 500 mil metros quadrados para exposições.

Naturalmente, a infra-estrutura instalada é a grande responsável pela atração de tantos eventos. E um dos grandes desafios para o crescimento do setor na cidade é, a partir da avaliação mercadológica, criar produtos que possam fazer com que o visitante, que já chega à cidade de São Paulo por motivos puramente profissionais, possa desfrutar de tudo o que ela oferece, o que aumentaria a sua permanência, elevaria seus índices de consumo e provocaria benéfico círculo virtuoso.

## 3. Diretrizes para os próximos quatro anos

Dentro das premissas que norteiam este Plano Plurianual as principais ações a serem desenvolvidas no setor turismo são integradas às demais áreas de que trata este Plano. Com esta concertação de esforços, o papel da São Paulo Turismo SA estará focado na gestão, principalmente interagindo com o setor privado no sentido de atingir a excelência em termos de turismo receptivo, aspecto estratégico para o desejado atingimento do status de Cidade Mundial. Esses esforços se dão no sentido de:

- Aumentar a atratividade que a cidade exerce sobre o turista
- Qualificar a oferta turística, fomentando o desenvolvimento de produtos e a prestação de serviços que assegurem a satisfação do turista
- Integração da cadeia produtiva de valor do turismo: operadoras, entidades, rede hoteleira, universidades, promotores de eventos, companhias aéreas, locadoras de veículos, agentes de viagens e outros
- Fortalecer parcerias para desenvolver programas favoráveis à imagem da cidade
- Desenvolver fontes de informação e pesquisa, bem como estruturar indicadores e processos de avaliação de programas e atividades
- Incentivar ações que levem à melhoria da auto-estima do paulistano, gerando a criação de um bom ambiente de acolhimento do turista
- Consolidar São Paulo como um destino turístico internacional e o mais completo da América Latina
- Aumentar a permanência e o gasto médio diário do turista
- Explicitar as ações da São Paulo Turismo como o órgão oficial do turismo da cidade
- Administrar o complexo Anhembi e demais equipamentos sob a gestão da São Paulo Turismo, visando o incremento do fluxo turístico e a exposição da cidade à mídia nacional e internacional
- Incentivar a construção de um grande centro multiuso de congressos e eventos, visando suprir uma carência da cidade e permitir a atração de eventos

#### 4. Linhas de ação

Para o atendimento das diretrizes acima listadas, a São Paulo Turismo SA deverá desenvolver as seguintes linhas de ação:

- **Integração da cadeia de agregação de valor do turismo** por meio de ações conjuntas que envolvam preferencialmente, mas não necessariamente, todos os segmentos organizados do *trade* turístico, promovendo uma maior integração, com a finalidade de melhor prestar serviços aos visitantes – de lazer, negócios e eventos. Trabalhar de forma a suprir carências básicas, como informações estatísticas, de tendências e que dêem o suporte necessário às ações de todo o setor privado de turismo, além da própria São Paulo Turismo SA.
- **Apoiar e incentivar a criação de eventos que elevem o nome de São Paulo**, por meio da mobilização da cadeia produtiva de valor e utilização da *expertise* da empresa; dar maior expressão para os eventos, que já vêm sendo realizados, ou os inéditos, que promovam mundialmente e de forma positiva a imagem da cidade. Como exemplos, pode-se citar a São Paulo Fashion Week, a Bienal Internacional do Livro, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, os 100 Anos do Vôo do 14 Bis (2006) e os 100 Anos da Imigração Japonesa (2008). Todos com a fundamental participação dos veículos de comunicação, seja como mídia espontânea (sem custo), ou por meio de anúncios publicitários.
- **Participação de eventos profissionais de expressão** individualmente ou por meio de ações cooperadas, marcar presença nos principais eventos profissionais de turismo, já consolidados no calendário nacional e internacional. Por exemplo: Feira Internacional de Turismo de Madri (Fitur), Bolsa de Turismo de Berlim (ITB), Congresso e Exposição de Turismo da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), e outros considerados de importância e cuja pertinência seja confirmada pelo Conselho Municipal de Turismo.

- **Busca na captação de eventos** junto com São Paulo Convention & Visitors Bureau: realizar missões para a captação de novos eventos, profissionais ou de público consumidor, para a cidade de São Paulo.
- **Incentivo para a realização de eventos nos espaços administrados pela São Paulo Turismo SA**, utilizando os próprios equipamentos sob administração da São Paulo Turismo SA, com ênfase no Autódromo de Interlagos e o Parque Anhembi, para eventos que atendam à expectativa dos clientes, organizadores e participantes; aumentar a atratividade e melhorar a prestação de serviços para a população local; otimizar o funcionamento da própria empresa.
- **Atenção aos mercados com forte potencial de crescimento:** concentrar os esforços e recursos disponíveis em mercados com reais condições de emissão de mais turistas.
  - No Brasil
    - Interior de São Paulo
    - Belo Horizonte
    - Rio de Janeiro
    - Brasília
    - Salvador
    - Curitiba
    - Porto Alegre
    - Campo Grande
    - Florianópolis
  - Na América do Sul
    - Argentina
    - Chile
  - Na Europa
    - Itália
    - Alemanha
  - Na América do Norte
    - Estados Unidos
- **Campanhas publicitárias** - com base nos mesmos mercados acima, porém com maior atenção ao Brasil e América do Sul, lançar campanhas publicitárias que divulguem as qualidades de São Paulo como principal destino de lazer, cultura, entretenimento, eventos e negócios da América Latina.

## 5. Considerações finais

Nos últimos três anos, dois fatos importantes, de âmbito estadual e federal, chamam atenção e merecem uma análise um pouco mais cuidadosa quando se discute o turismo como setor econômico organizado. Em janeiro de 2003, pela primeira vez, o Brasil passou a ter um Ministério de Turismo. Em 2005, mais precisamente em junho, foi a vez de o Estado de São Paulo reconhecer a importância estratégica do setor, criando, também fato inédito, uma Secretaria de Turismo.

De parte do Município de São Paulo, a São Paulo Turismo SA, como o órgão executor de eventos na cidade, deverá ter da Administração Municipal as condições e recursos necessários para exercer o papel de Autoridade do Turismo, principalmente no que diz respeito à promoção. Pelos motivos expostos, fica patente o retorno social e econômico a ser percebido pela cidade, se e quando adotada esta postura.

Fazer a gestão do turismo, de forma a otimizar recursos e alcançar melhores resultados para a cidade, é a tarefa precípua da São Paulo Turismo, mas que não tem fim apenas nesta empresa. O envolvimento com os demais órgãos da administração pública e o Legislativo Municipal, respeitadas suas áreas de atuação e identificadas situações de maior necessidade, com certeza colocará São Paulo no patamar merecido de a grande metrópole da América Latina.

# C a p í t u l o 1 7

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
**Esportes**  
Participação e Parcerias

## APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação da Cidade de São Paulo-SEME tem por finalidade atender os preceitos legais da Lei Orgânica do Município de São Paulo, artigos 230 a 236, no que concerne às políticas públicas dessa área.

São inúmeros os estudos e trabalhos que destacam a importância do esporte como mecanismo de inclusão social, descoberta de talentos esportivos, bem como os benefícios da prática regular e orientada da atividade física na perspectiva da melhoria da qualidade de vida e saúde da população. É importante salientar também a relevância do lazer em termos de qualidade de vida, pois este pode proporcionar ao indivíduo adequada utilização do tempo livre.

Esses aspectos são de extrema relevância para a elaboração, implantação e implementação das políticas públicas da Secretaria, com o intuito de proporcionar maior acesso à sua programação, visando ampliar a quantidade e qualidade do atendimento ao munícipe. A SEME desenvolverá programas e eventos regulares de atividades físicas, esporte, lazer, recreação, convivência e inclusão para todo e qualquer cidadão, independente de faixa etária, sexo, condição física, mental e sociocultural.

É dentro desse contexto que apresentamos o presente plano, onde estão contidas as principais ações, o que possibilitará tanto a continuidade de alguns programas, como a ampliação de outros. Teremos ainda a captação de importantes eventos esportivos de nível nacional e internacional.

Estamos buscando celebrar convênios com recursos federais, estaduais, do exterior e de instituições privadas, visando ampliar o desenvolvimento das políticas públicas de esporte, lazer e recreação. Portanto, as ações aqui apontadas refletem o que entendemos ser adequado para a Cidade de São Paulo.

## ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

O objetivo dos programas é oferecer, por meio de programas regulares de atividades físicas, esporte, lazer, recreação, convivência e inclusão para todo e qualquer cidadão, independente de faixa etária, sexo, condição física, mental e sociocultural.

Na atualidade, as políticas públicas de esporte, lazer e recreação visam possibilitar que um maior número de pessoas tenha acesso à prática de diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. E observamos a necessidade de aprimorar e ampliar essas políticas. Diante disso, esta Secretaria propõe programas mais abrangentes, enfocando atividades múltiplas, visando a melhoria da qualidade de vida da população, em especial a relação existente entre atividade física e saúde.

Todos conhecem os benefícios da prática de atividade física regular e orientada no auxílio à prevenção de várias doenças, aprimoramento de comportamentos, promoção da integração, tornando-se imprescindível sensibilizar a população para mudanças de hábito de vida. Portanto, faz-se necessário que a SEME elabore e implemente ações voltadas para esse fim.

Uma das vertentes dessa política pública, que compreende o lazer, recreação e esporte, consta como direitos dos deficientes em inúmeros documentos internacionais, publicados entre 1948 (Declaração Universal dos Direitos Humanos) até os dias de hoje.

Na cidade de São Paulo existe um expressivo contingente de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, portanto cabe à municipalidade criar mecanismos que operem tanto processos de integração quanto de inclusão social dessas pessoas. O que se pretende é o uso das unidades esportivas e de lazer (Centros Educacionais e Esportivos e Centros Desportivos Municipais), por meio dos programas e projetos desenvolvidos pela SEME, por essas

peessoas. Além de restabelecer a responsabilidade do Departamento de Unidades Educacionais na reunificação do corpo técnico nesta Pasta.

## **CULTURA CORPORAL**

A Cultura Corporal abrange as diferentes manifestações da expressão corporal que ocorrem por meio do esporte, dos jogos, da brincadeira, da dança, das lutas e da ginástica. As diferentes atividades corporais contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo, em especial crianças e adolescentes, bem como o exercício da cidadania. Deste setor de atividades da Secretaria fazem parte nove programas, desde aprendizagem motora para crianças de 4 a 6 anos, passando por diversas atividades para adolescentes, jovens e adultos, até atividades específicas para a terceira idade.

## **ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE**

Esta área tem a finalidade de conscientizar o munícipe da importância da prática de atividade física regular, orientada e supervisionada como promotora de saúde e qualidade de vida. Deste setor fazem parte cinco programas.

## **PROGRAMAS COMPLEMENTARES**

Os Programas Complementares têm por finalidade dar suporte e ampliar os Programas Matriciais anteriormente explicitados. Fazem parte deste setor sete programas específicos.

## **EVENTOS ESPORTIVOS, DE LAZER E RECREAÇÃO**

O Departamento de Esportes Lazer e Recreação (DEPEL) desempenha papel fundamental na SEME. Ele objetiva a implementação de atitudes promocionais que possibilitem estimular a população à prática de atividades e adquirir hábitos salutaros. A finalidade é sempre a melhoria da qualidade de vida dos paulistanos.

Também nesse sentido trabalha o Departamento de Unidades Educacionais (DUED 1), nas mais diferentes faixas etárias. Ele visa obter a sensibilização da população pela necessidade e benefícios produzidos pela atividade física, por meio do desenvolvimento de eventos e programas consistentes e com conteúdo conceitual. Os eventos nessa área são sete, desde o Programa da Melhor Idade, passando pelo Festival Arte e Movimento, até o Passeio Ciclístico da Primavera e a Taça São Paulo de Futebol Júnior, as Ruas de Lazer e os Jogos Escolares.

Os Jogos da Cidade, outra promoção da Secretaria, têm como objetivo: ativar a integração comunitária; incentivar o convívio social; estimular a cultura da paz; incrementar as relações de solidariedade; dinamizar o desenvolvimento regional; colaborar com o fortalecimento das subprefeituras; propiciar novas formas de participação esportiva; oferecer oportunidades para esportistas amadores praticarem seu esporte favorito e garantir ao público a chance de torcer por seus familiares e amigos. Ou simplesmente apreciar uma competição realizada em sua vizinhança.

O evento acontece no período de abril a novembro, envolvendo cerca de 40 mil participantes, na faixa etária acima de 16 anos. As competições acontecem nas modalidades de futebol, futsal, vôlei, basquete e handebol, ainda nas disputas de truco, natação, judô e tênis de mesa.

## ATENDIMENTO À COMUNIDADE

Implica na regulamentação da Lei nº 13.718, de 8 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização dos Clubes Desportivos Municipais (CDMs), ou Clubes da Comunidade, por meio de decreto que restabelece as responsabilidades do Dueat (Departamento de Unidades Esportivas Autônomas).

Cabe ainda à SEME publicar portarias de normatização e regularização do funcionamento, destinação e utilização dos CDMs e do cadastro das entidades esportivas e associações comunitárias, informatizando e digitalizando o Dueat, e incluindo-o no Banco de Dados do Esporte na Cidade de São Paulo, por meio do portal da Prefeitura na Internet.

São também suas atribuições ampliar, intensificar e multiplicar as ações da Prefeitura nos CDMs, com escolinhas de futebol e outros esportes coletivos, modalidades olímpicas e esportes radicais, com a construção de pistas de skate e patinação, por exemplo, todos com o objetivo principal de afastar crianças e jovens das ruas, por meio de atividades esportivas e recreacionais.

### Outros programas

**Mais Esporte** - oferece aos alunos da 1ª à 8ª série da rede de ensino de São Paulo uma complementação educacional com atividades livres de esporte e recreação, principalmente por meio das escolinhas de futebol, em horário complementar ao das aulas.

**Seleção Mais Esporte** – seleção de 25 a 30 adolescentes que participam regularmente das escolinhas de futebol dos CDMs, para aprimorá-los com um acompanhamento mais intensivo, orientação teórica e prática por meio de palestras, treinamentos físicos e táticos, e preparação para eventuais competições e partidas de exibição representando a Secretaria de Esportes e a cidade de São Paulo.

A Secretaria possui vários próprios para atividades esportivas, a saber:

**O Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa**, que tem por função propiciar a formação e o aperfeiçoamento de atletas com grande potencial, desenvolver pesquisas na áreas psicológica e médica ligadas ao desporto e dar todo o apoio às seleções representativas amadoras oficiais.

**Estádio Municipal do Pacaembu**, inaugurado no dia 27 de abril de 1940, ganhou o nome de Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. Hoje o Pacaembu é considerado um dos estádios mais complexos, com instalações para a prática de quase todos os esportes olímpicos: futebol, natação, boxe, vôlei, basquete, handebol, futebol de salão, atletismo, tênis.

**Estádio Municipal Jack Marin**, unidade esportiva voltada à prática do futebol de salão e de campo, por meio de cursos de iniciação e aperfeiçoamento aplicados às crianças de 7 a 17 anos.

**Estádio Municipal de Beisebol Mie Nishi**, unidade voltada à prática do beisebol, promovendo cursos de iniciação e aperfeiçoamento aplicados às crianças de 10 a 14 anos, realizando treinos e competições de caráter oficial ou não.

A Secretaria promove ou participa também de eventos internacionais, como o Campeonato Mundial de Biccross, a ser realizado no ano que vem em Toronto, no Canadá. E outros, como os III Jogos Mundiais IBSA, para deficientes visuais, os Jogos Internacionais das Polícias e Bombeiros e o Campeonato Mundial de Masters de Judô.

# C a p í t u l o 1 8

Planejamento  
Gestão  
Saúde  
Educação  
Habitação  
Assistência Social  
Infra-estrutura  
Trabalho  
Transporte  
Subprefeituras  
Serviços  
Verde e Meio Ambiente  
Cultura  
Deficientes  
Segurança  
Turismo  
Esportes  
**Participação e Parcerias**

## Diagnóstico

A Secretaria Especial de Participação e Parcerias (SEPP), criada pelo decreto municipal nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005, tem como objetivo a integração entre a sociedade civil e o governo da cidade de São Paulo, sendo um canal interlocutor e aglutinador de propostas e reivindicações dos vários segmentos existentes na sociedade.

A necessidade do poder público em fundamentar a elaboração e execução de políticas que atendam efetivamente ao conjunto de demandas identificadas nos movimentos sociais, gerou novas formas de interação entre a população e os administradores públicos.

A participação do conjunto da sociedade organizada é, hoje, fator preponderante na elaboração e execução das ações públicas, que devem atingir não só a população como um todo, mas também segmentos sociais diferenciados e com gêneros e orientações distintos. Só assim, por meio da participação popular na elaboração das políticas segmentadas, é que a sociedade como um todo pode e deve controlar as ações diferenciadas..

Outra importante evolução do comportamento da sociedade é a implementação de parcerias, entre os vários segmentos e agentes sociais, na realização de programas e ações, antes atribuições exclusivas do setor público. Essas ações hoje são encaradas como de responsabilidade do conjunto de toda a sociedade.

As parcerias devem considerar o que é estratégico e passível, pelo poder público, de compartilhamento de atribuições com os segmentos privados da sociedade, sempre observando a manutenção do interesse público, por meio da elaboração das políticas necessárias, do controle exercido e da administração dos resultados obtidos.

A partir desta análise, a gestão pública deve considerar e realizar, em conjunto com os setores mais expressivos da sociedade, um trabalho de mobilização, conscientização e melhoria de condições de vida em cada uma dessas áreas.

## Ações

Dada a nova forma de inserção e interação do poder público com a sociedade, a SEPP estruturou seus programas em ações a cargo de 6 Coordenadorias.

Cinco delas tratam das políticas públicas em relação a estes segmentos:

- Coordenadoria da Juventude;
- Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra;
- Coordenadoria das Mulheres;
- Coordenadoria do Idoso;
- Coordenadoria da Diversidade Sexual.
- Para integrar os esforços das coordenadorias fim e proporcionar a interação e participação da sociedade organizada nas ações, a SEPP utiliza a :
- Coordenadoria de Participação Social.

Para obter a implementação de suas políticas voltadas aos segmentos sociais, a SEPP observa nas atividades das coordenadorias fim, a garantia do critério democrático nas ações, sempre com a necessária participação dos segmentos envolvidos, resultando num efetivo controle social dos esforços.

A Coordenadoria de Participação Social funciona neste contexto, como agente de integração entre os movimentos, proporcionando o que poderíamos chamar de "transversalidade" de ações entre os diversos segmentos alvo das políticas implementadas.

Sendo assim, as coordenadorias existentes, independente dos segmentos sociais em que atuam, possuem um conjunto de políticas a serem desenvolvidas no período deste Plano Plurianual, dentre elas:

- Criação de Centros da Juventude, para promover o desenvolvimento da identidade e da autonomia dos jovens, respeitando os diversos segmentos desta parcela da população e promovendo a interação entre as diversas “tribos”, classes socioculturais e regionais.
- Implantação de Centros de Atenção para a Diversidade Sexual, criando um espaço de comunicação para a sociedade como um todo na construção e implantação de políticas públicas voltadas ao segmento GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros).
- Aumento e melhoria do atendimento jurídico à mulher vítima de violência, bem como a reforma da Casa-Abrigo Helenira de Rezende, e aumento do número destas instituições, ampliando e proporcionando não só um espaço diferenciado e especializado, mas um local de completo acolhimento às mulheres expostas à violência. Por meio de integrações e protocolos entre todos os órgãos governamentais e não-governamentais envolvidos com o tema da violência à mulher, a SEEP pretende aumentar a qualidade e principalmente a eficiência do atendimento proporcionado.
- Criar e fomentar, por meio de políticas municipais, a integração de esforços para a efetiva implementação de programas voltados à valorização dos Idosos, por meio da realização de seminários, debates, encontros e cursos para a toda a sociedade.
- Intensificar e fomentar políticas de equidade racial, em especial dos assuntos da população negra, por meio das ações voltadas a combater a desigualdade racial.

Quanto à realização de parcerias com a sociedade civil, para a melhoria do ambiente urbano, a SEEP está realizando um trabalho em sinergia com outras secretarias, em especial a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras, e o conjunto das 31 Subprefeituras, na implantação do programa de recuperação de calçadas.

Outro programa desenvolvido em interação com a Secretaria Municipal de Comunicação é a expansão dos Telecentros hoje existentes, com o objetivo de proporcionar a inclusão digital aos segmentos da população excluídos desta nova forma de linguagem de comunicação do mundo atual.

Entre outras ações contidas neste Plano Plurianual, a SEPP tem como meta a qualificação de seus servidores para atender às diversas demandas dos segmentos sociais,, bem como a implantação da estrutura física e operacional necessária.

### **As Audiências Públicas para Plano Plurianual 2006-2009**

Com o intuito de proporcionar à sociedade civil organizada um canal direto com a atual gestão da Prefeitura do Município de São Paulo, a Coordenadoria de Participação Social da SEPP, em ação conjunta com a Secretaria Municipal de Planejamento, a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras e todas as 31 Subprefeituras organizou 5 Audiências Públicas de apresentação do Plano Plurianual.

Estas audiências, que contaram com a presença de cerca de 500 pessoas e tiveram maciça participação dos movimentos sociais, criaram para a administração pública municipal um espaço, no qual os diversos anseios e demandas foram apresentados, e proporcionou aos gestores a possibilidade de ouvir as grandes necessidades locais da população.

Por meio deste esforço de aproximação da sociedade civil organizada com poder público, a Secretaria Especial de Participação e Parcerias norteará as suas ações, garantindo o critério democrático de atuação, com participação e controle social das políticas públicas.